



Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE

Publicação do Departamento
de Ciências Sociais da
Universidade Federal
Rural de Pernambuco

Volume I, número 24, 2025.1

ISSN: 2446-6662-Versão Eletrônica

ISSN: 2316-977X-Versão Impressa



REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. J.C. Marçal – UFRPE

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dra Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr. Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dra Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dra Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

EDITOR GERENTE

Dr.J.C Marçal – UFRPE

EDITOR GRÁFICO

Dr. Adailton Laporte – UFPE

Volume I, número 24, 2025.1

ISSN: 2446-6662–Versão Eletrônica

ISSN:2316-977X–Versão Impressa

SUMÁRIO

**REPRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA CAPITALISTA HEGEMÔNICA
GLOBAL: FOME DAS PESSOAS E SOFRIMENTO DOS ANIMAIS**

Luzia de Kassia Rocha de Souza

04

**“NOS CAMBALEIOS” DO ALCOOLISMO: O VÍCIO E A GESTÃO
BIOPOLÍTICA DA PERICULOSIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XX**

Fernando Tadeu Germinatti

28

**JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: REALIDADES E PERSPECTIVAS
DE JOVENS DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ**

Samuel Pires Melo

Gabriel Clysman Pereira

45

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS ALTERIDADES DO CAMPESINATO

Givanilton de Araújo Barbosa

64

**O CONTRIBUTO DO TOCOISMO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
EM ANGOLA DE 1964 A 1974**

Chiquito Afonso Fernando Domingos

83

**OS IMPACTOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE
BETÂNIA-PE**

Jane Maria da Rocha

103

**RESENHA: VALENTIM, Igor Vinícius Lima. Cafetinagem acadêmica, assédio
moral e autoetnografia. Rio de Janeiro: ComPassos Coletivos**

Mário Jorge de Paiva

Gustavo Cravo de Almeida

115

**RESENHA: MATTEI, Clara. A ordem do capital: como economistas inventaram
a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023**

Givanilton de Araújo Barbosa

120

REPRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA CAPITALISTA HEGEMÔNICA GLOBAL: FOME DAS PESSOAS E SOFRIMENTO DOS ANIMAIS

LUZIA DE KASSIA ROCHA DE SOUZA¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é visibilizar o impacto na soberania alimentar das pessoas e o sofrimento dos animais enquanto consequências da expansão dominante da agropecuária capitalista e as alternativas possíveis. Elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, o trabalho reflete sobre a fome como uma consequência de formas econômicas arcaicas, geradas no processo desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo em que simultaneamente ocorre o sofrimento dos animais de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Crueldade; Segurança alimentar; Alternativas.

ABSTRACT

The objective of this work is to visualize the impact on food sovereignty of people and animal suffering as consequences of the dominant expansion of capitalist agriculture and livestock and the possible alternatives. Based on bibliographical research, the work reflects on hunger as a consequence of archaic economic forms, generated in the unequal and combined process of development of capitalism in which simultaneously occurs the suffering of production animals.

KEYWORDS: Cruelty; Food safety; Alternatives

¹ Universidade Federal da Grande Dourados.

INTRODUÇÃO

A expansão dominante do capitalismo no campo ocorre viabilizada pela industrialização da produção agrícola. Em que a ciência e tecnologia empregadas à automação de máquinas, permite a produção de alimentos em ampla escala. Entretanto, esta potência tecnológica para a ampliação das forças produtivas no âmbito da produção de alimentos, torna-se potência enquanto produção de commodities para exportação. Neste contexto produtivista, os animais são matéria-prima para a produção de alimentos. Sendo assim, as consequências desta expansão dominante é o enfraquecimento da soberania alimentar das pessoas e o significativo sofrimento dos animais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é visibilizar o impacto na soberania alimentar das pessoas e o sofrimento dos animais enquanto consequências da expansão dominante da agropecuária capitalista e as alternativas possíveis.

Elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, este trabalho resulta de desdobramento da tese: “Agronegócio e a crueldade contra os animais na produção de carne bovina em Tocantins”. Constituído por quatro partes, além de introdução e conclusão, dois subtítulos compõem o trabalho. No subtítulo “Agronegócio pecuário e soberania alimentar” há explanações sobre as consequências da reprodução da agropecuária hegemônica global no Brasil, tomando para estudo de caso os índices relacionados a fome no Tocantins. No subtítulo “Economia política e alternativas para a produção de alimentos” há definições conceituais de economia política, produção e capitalismo, tais definições possibilitam insuflar ideias alternativas contra-hegemônicas, sendo assim, neste item, são visibilizadas alternativas para a produção de alimentos ao encontro da soberania alimentar das pessoas em detrimento da acumulação capitalista.

Agronegócio pecuário e soberania alimentar

De modo interdependente a reprodução da pecuária comercial global provoca consequências em como o sofrimento dos animais e a fome das pessoas. Este texto avalia aspectos sobre a fome em Tocantins, relacionados à expansão de empreendimentos do agronegócio para produção de grãos e carne. Compreende-se que a fome é uma das expressões da questão social caracterizada por formas econômicas arcaicas, geradas no processo desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo. A “questão social é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações” (Pinheiro; Dias, 2009, p. 2). Antes de pontuar índices que visibilizam a fome no Tocantins, há contextualizações introdutórias sobre desenvolvimento desigual na mundialização do capitalismo, na soberania alimentar e na segurança alimentar.

Existem contradições bizarras no processo de expansão dominante do capitalismo internacional. Observa-se que ocorreram a modernização e a ampliação dos meios de

produção, mas, concomitantemente à modernização, ocorreram e ocorrem formas econômicas arcaicas. Ou seja, o processo de expansão do capitalismo e a globalização da produção, embora tragam, para o local, ‘confortos’ proporcionados pela modernidade e a tecnologia, se expande de modo oligopolizado em que o contraste da acumulação de capital seja a massificação de desemprego, exploração da força de trabalho, falta de moradia, doenças, fome e diversas expressões da questão social com características do passado e do presente.

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social apresente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a (Iamamoto, 1997, p. 37).

A desigualdade social que prevalece no país, submetendo as pessoas a privações múltiplas, entre elas o acesso aos alimentos, mesmo no contexto de desenvolvimento econômico do Brasil, encontra raízes na expansão ‘dominante’ do modo de produção capitalista, afinal a mundialização do capitalismo ocorreu e prevalece se expandindo por meio da dominação.

A inserção subordinada e dependente do Brasil no sistema capitalista mundial, desde o período colonial, foi responsável por um bloqueio econômico, social, político e cultural, o que minou as bases para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, há a necessidade de formação de um sistema econômico nacional autônomo e independente, pois a economia dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, não se estruturou em bases próprias, ou seja, nacional. A economia nacional dos países subdesenvolvidos se estruturou em função dos objetivos econômicos dos países dominantes do sistema (Fabri, 2017, p. 56).

A dependência do Brasil em relação ao sistema capitalista mundial provoca o enfraquecimento do Estado, o que, de fato, resulta em múltiplas situações associadas à questão social, por exemplo, a fome. Isso porque, no contexto de emergência e prevalência do sistema capitalista mundial, o neoliberalismo influencia o enfraquecimento das políticas sociais.

O projeto neoliberal surge como uma reação ao Estado do Bem-Estar Social, contra a social democracia. Com a crise dos anos 1970, as ideias neoliberais são

assumidas como “a grande saída”, preconizando a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de possibilitar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário [...]. O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de ‘se virarem no mercado’. [...] As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas. Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do ‘enxugamento do Estado’ em suas responsabilidades sociais (Iamamoto, 1997, p. 33, 34, 35).

Uma característica significativa do processo de mundialização do capitalismo é exatamente a pobreza, construída estrategicamente e necessária para a reprodução e prevalência do sistema, evidenciando que o desenvolvimento ocorre de modo contraditório e desigual. A fome é uma expressão aguda dessa pobreza, gestada no âmbito do desenvolvimento. São muitas as violações de direitos, sob a forma de privações, sofridas por pessoas submetidas à vulnerabilidade, até chegar à fome: desemprego, falta de acesso a tecnologia, falta de moradia, saneamento básico, transporte público, violência urbana. Desse modo, em torno da fome existem diversas mazelas, sendo a privação de alimentos o ponto crucial que antecipa a violação do direito à vida.

Assim, observa-se que a soberania alimentar possui um conteúdo político, ideológico e territorial para além da problemática alimentar e nutricional [...] Soberania é uma construção histórico-espacial e está relacionada ao poder, à autoridade e ao domínio sobre um determinado espaço exercido por uma pessoa, família, povo, classe, dentre outros, o que forma o território (Fabrini, 2017, p. 55).

Debater sobre a soberania alimentar de determinado local remete a reflexões sobre a função da produção global de alimentos em todos os países. Erradicar a fome deveria ser a principal meta de uma organização produtiva de alimentos, todavia, paradoxalmente, a produção de alimentos na agropecuária hegemônica global, atualmente, garante a acumulação capitalista e o aumento nos índices relacionados à fome. Ainda que a produção de alimentos no agronegócio - ampliada, entre outros meios, pela tecnologia - favoreça a oferta de produtos alimentícios direcionados ao abastecimento e à comercialização, é importante a reflexão e a elaboração de métodos de produção de alimentos que garantam a erradicação da fome, de fato, e que não impliquem crueldade com animais.

O debate em torno da problemática alimentar teve início na terceira década do século XX. Segundo Chonchol (2005), havia duas concepções em relação a essa questão. Primeiro os especialistas em nutrição humana defendiam e chamavam a atenção sobre a necessidade de aumentar a oferta de alimentos, já os economistas orientavam a redução da produção agrícola tendo em vista a superprodução. O paradoxo é que enquanto o número de pessoas que passavam fome aumentava, o mercado não era capaz de absorver a superprodução de alimentos. Diante dessa contradição, o ex-primeiro-ministro da Austrália, Stanley Bruce, denunciou esta questão à Organização das Nações Unidas - ONU e teve como resultado a criação de uma comissão com a finalidade de estudar as relações entre agricultura, nutrição, saúde e economia, que foi extinta devido a Segunda Guerra Mundial, porém as suas reflexões permaneceram (Scarabeli; Fernandes, 2020, p. 27).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) cunhou o conceito de ‘segurança alimentar’ em 1945. Então, é relevante elucidar que, em documentos oficiais, estaduais e internacionais, se utiliza o termo segurança alimentar e não soberania alimentar.

Para a FAO, a segurança alimentar tem quatro dimensões: 1) a disponibilidade de alimentos suficiente para toda população; 2) o acesso físico e econômico aos alimentos; 3) a utilização dos alimentos e dos nutrientes, que geralmente é pensada em termos da sua utilização biológica; 4) a estabilidade que se refere ao elemento temporal das três condições já citadas (Scarabeli; Fernandes, 2020, p. 39).

É de fundamental importância a compreensão, por parte da FAO, sobre a necessidade de garantir segurança alimentar e determinar as quatro dimensões que estruturam esse conceito. Contudo, pensadores e representantes de Organizações da Sociedade Civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentam críticas a respeito da compreensão acerca de segurança alimentar.

Os autores Chonchol (2005) e Stedille e Carvalho (2012) são críticos em relação ao conceito de segurança alimentar, ao analisarem os seus efeitos práticos. Uma das críticas é em relação aos mecanismos do livre mercado e a refuncionalização do estado na perspectiva neoliberal, que não garante recursos para as áreas sociais, particularmente recursos destinados ao combate à fome. Uma segunda crítica é dirigida ao Programa Mundial Alimentar - PAM da FAO, que além de ser paliativo, não atinge todas as pessoas que passam fome no mundo, além disso, os fundos arrecadados para manter o programa têm como fontes doadoras os governos e as grandes empresas transnacionais do mercado de alimentos (Scarabeli; Fernandes, 2020, p. 39).

Desse modo, apesar de ser importante a existência de ações em torno da segurança alimentar, essa questão envolve estratégia de governo e de grandes empresas transnacionais, o que termina por favorecer a prevalência da organização produtiva de alimentos em vigência. Portanto, soberania alimentar difere de segurança alimentar, porque soberania alimentar remete a um amplo sentido de autonomia referente às necessidades nutricionais das pessoas, condições para que elas acessem alimentos de forma livre da imposição dos padrões de consumo impostos pelo capitalismo.

A Via campesina, movimento internacional e autônomo, sem nenhuma filiação política, econômica [...] constrói o conceito de soberania alimentar que surge da necessidade de combater a fome atacando as suas causas. Esse conceito compreende que o fenômeno da fome é um problema social e não natural, ou seja, a fome é resultado do regime social, a exemplo do capitalismo que por um lado produz em abundância e por outro, há produção da escassez como método de garantir maior lucratividade com o comércio de alimento oligopolizado pelas transnacionais da agricultura e pecuária [...] O conceito de soberania alimentar e a construção de políticas públicas com base nessa concepção entendem que o povo em qualquer parte do mundo tem potencial de decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir os alimentos. Nessa perspectiva, as ações do estado e da sociedade civil deve ser a de viabilizar os meios necessários para o alcance das ações dessa natureza. Para viabilizar a soberania alimentar é necessário ampliar uma nova matriz de produção agropecuária que estimule a produção e a produtividade de alimentos de maneira sustentável. (Scarabeli; Fernandes, 2020, p. 38).

Soberania alimentar compreende, então, mais que a autonomia nutricional, a capacidade crítica a respeito da ocupação da terra e da reprodução dos padrões alimentares. A luta pela soberania alimentar das pessoas amplia a consciência de que o produtivismo do agronegócio não garante a autodeterminação dos povos a respeito do acesso ao território e à produção de alimentos. “Rosset analisa que a superprodução, bem como a elevação dos custos para produzir são resultados do modelo produtivista agrícola que adiciona de forma permanente e incessante, tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho na agricultura” (Scarabeli; Fernandes, 2020, p. 44). Se as forças produtivas da agropecuária global são eficientes para produzir em ampla escala, esse mesmo empenho pode ser direcionado para a qualidade na produção da diversidade de alimentos suficientes para todas as pessoas conforme suas necessidades nutricionais.

Temos os dados, temos os recursos financeiros necessários, temos as tecnologias necessárias, temos até a produção de alimentos em quantidades imensas, mas

temos o escândalo da fome. Repito: não são mecanismos econômicos, são opções políticas, articuladas com interesses corporativos (Dowbor, 2022, p. 123).

Os mecanismos econômicos e as opções políticas nada mais são do que a expressão da consciência humana, são as atitudes de seres humanos em interface aos interesses de grandes corporações empresariais, portanto, ficam evidentes duas situações: uma, em que a acumulação capitalista é a principal meta dessa organização produtiva de alimentos; outra, em que é importante e possível priorizar novas metas.

A explosão radical da fome e da insegurança alimentar está diretamente ligada a ambos: a apropriação dos recursos pelos grupos financeiros reduz a capacidade de compra da população, que não tem como pagar pelos alimentos, e a exportação dos alimentos pela agroindústria gera uma escassez no mercado interno e a alta descontrolada de preços. A política econômica se desvinculou dos interesses da nação (Dowbor, 2022, p. 126.)

A fome não é uma expressão da questão social isolada em determinado país, mas um sofrimento global que atende ao projeto de expansão dominante do capitalismo com empreendimentos internacionais, por exemplo, o da agropecuária hegemônica. Nesse contexto, os estados brasileiros têm sido, em maior proporção, explorados na produção de carne, exportação de grãos e animais vivos.

No Brasil, considerando o volume de alimentos produzidos e a quantidade de terra disponível, o processo é aberrante, mas ativamente sustentado por um governo determinado a “passar a boiada” por cima do povo. “Bovinocultura e soja foram as atividades mais financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 2020, somando 59,9% dos recursos, seguidos pela produção de milho (14,4%). Enquanto isso, para a produção de arroz e feijão foram destinados apenas 2,53% dos recursos do Pronaf Custeio Geral” (Dowbor, 2022 p. 126, apud Oliveira, 2021).

A luta contra a fome na perspectiva da soberania alimentar se relaciona à luta contra as monoculturas e os oligopólios da produção globalizada, portanto, trata-se da luta pela distribuição da terra “da qual deriva a luta pela reforma agrária, é também uma luta pela inclusão, pela inserção social ativa, produtiva, participante e criativa, na sociedade, é luta por dignidade e respeito e não por aquilo que na consciência popular é tido como esmola” (Martins, 2000, p. 100). Contudo, a Reforma Agrária não alcançou prioridade na agenda política do Brasil, ao contrário, os governos brasileiros, em maior proporção, incentivam o desenvolvimento econômico por meio da ampliação da produção e exportação

de commodities; isso por intermédio da concessão do território, de incentivos fiscais, de cartas de créditos.

Temos um sistema financeiro que se tornou global, enquanto os governos e os bancos centrais são nacionais. Isso não está funcionando, e produz um dreno na economia. Internacionalmente, é chamado de financeirização, de extractive capitalism, de capitalismo parasitário, mas um fato básico é que trava a economia, em vez de fomentá-la [...] A evasão fiscal, no Brasil, essencialmente praticada pelos ricos, custa muito mais aos cofres públicos. É uma questão de prioridade. Com dois adultos por família, seria possível assegurar quatrocentos reais mensais para pelo menos comprar comida (Dowbor, 2022, p. 125 e 126).

A reprodução da agropecuária hegemônica, sob a égide do capitalismo global, ocorre no Tocantins deixando drásticas marcas de fome. Fato ilustrado pela reportagem do jornal Folha de São Paulo² (2015), com o título No Tocantins há fome enquanto número de milionários cresce 510%. A matéria destaca a discrepante desigualdade no estado, explanando que o número de milionários cresceu 510% na última década; que a quantidade de pessoas com renda acima de US\$ 1 milhão saltou de 10 para 61, a maior alta do país; por outro lado, há o destaque de que 37,6% dos domicílios de Tocantins, ou seja, 172 mil famílias enfrentam algum tipo de dificuldade em relação à manutenção dos alimentos, segundo a Pnad-2013.

Os empreendimentos instalados em Tocantins, com a expansão do projeto Matopiba para produção agropecuária, citados na reportagem do jornal Folha de São Paulo, são os mesmos empreendimentos que provocam o sofrimento dos animais de produção na pecuária extensiva e no confinamento, pois trata-se de uma produção de alimentos ampliada e globalizada, que contrasta com os dados sobre o bem-estar das pessoas e dos animais de produção. Conforme o IBGE³ (2021), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Tocantins é de 0.731; o estado ocupa a 13^a posição entre os estados brasileiros, o PIB do Tocantins é de R\$: 51.781. Para Dowbor:

Poucos entendem a dimensão do PIB brasileiro, até porque são somas vultosas: 7,5 trilhões de reais não cabem na nossa imaginação, mas a conta é simples: dividir o PIB (valor dos bens e serviços produzidos anualmente pelo país) pela população mostra que o Brasil produz o equivalente a onze mil reais por mês por família de quatro pessoas. Uma soma que, não fosse a nossa brutal concentração de renda, permitiria a todos uma vida digna e confortável (Dowbor, 2022, p. 122).

2 Cf. <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1638650-no-tocantins-populacao-passa-fome-enquanto-numero-de-milionarios-cresce-510-em-dez-anos.shtml>

3 Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>

Conforme a Embrapa (2017), o Tocantins está entre os dez estados com a pior renda per capita do país. Cerca de 12% da população está abaixo da linha da pobreza, embora haja terra fértil e chuvas regulares. Por conseguinte, em consonância com Dowbor (2022, p. 122), “o problema central e estruturante do Brasil não é econômico, é de organização política e social. Não há democracia que funcione com o grau de desigualdade que temos. Isso é uma farsa democrática”. É por tais evidências que Dowbor (2022) enfatiza que o problema da fome no Brasil é aberrante e trata-se de ‘vontade’⁴.

Nesse sentido, a tabela que segue, construída a partir dos dados do IBGE, compila as informações mais recentes publicadas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) sobre Segurança Alimentar em Tocantins. As informações da POF se referem aos Domicílios Particulares Permanentes e visibiliza que somente 54,4% da população total do estado vive com segurança alimentar, ou seja, aproxima-se da metade da população total a proporção da população que vive com insegurança alimentar.

Tabela 1 - Situação de segurança alimentar em Tocantins

Domicílios Particulares Permanentes	
Com segurança alimentar	54,4%
Com insegurança alimentar leve	30,3%
Com insegurança alimentar moderada	10,6%
Com insegurança alimentar grave	4,7%

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/46/81637> (2024)

Em entrevista concedida ao Jornal Gazeta do Cerrado (2020), André Martins, gerente da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF, explica que quando um domicílio tem insegurança alimentar grave, há uma restrição maior de acesso aos alimentos, com uma redução da quantidade consumida para todos os moradores, inclusive crianças, quando presentes. E nesses lares pode ter ocorrido a fome, situação em que pelo menos alguém ficou o dia inteiro sem comer um alimento. Ressalta-se que da insegurança alimentar emergem consequências interdependentes, relativas à privação de acesso aos alimentos.

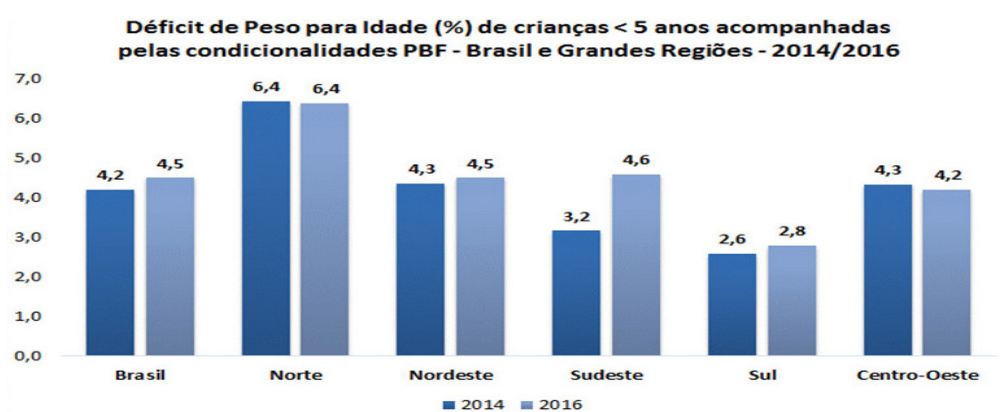
É importante salientar que a desnutrição de crianças, que atinge milhões no Brasil, além do drama humano, terá impacto estrutural e de longo prazo: “A desnutrição está associada à maior recorrência de doenças infecciosas, prejuízos no desenvolvimento psicomotor, menor aproveitamento escolar e menor capacidade produtiva na vida adulta. Adultos que foram desnutridos quando crianças apresentaram mais riscos de desenvolver doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade” (Dowbor, 2022, p. 127, apud Bentes & Cerqueira, 2022).

⁴ O conceito de vontade, delineado na obra de Rousseau, é um dos mais retomados na filosofia política e nas teorias democráticas, a fim de se fazer referência ao ideal da soberania popular. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732018000100099 acessado em: 11 de fevereiro de 2024.

Desse modo, a crueldade envolvendo a imposição à fome que assola as crianças tocantinenses deixará prejuízos à saúde posteriormente em sua vida adulta. Consequentemente também acarretará gastos públicos com a saúde, sendo então um sistema financeiro desprovido de resoluções a médio e longo prazo no que diz respeito à alimentação e à saúde da população. O Estudo Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), publicado em 2018, aponta (de acordo com o gráfico que segue) que a maior incidência da fome no Brasil concentra-se nos estados localizados na região Norte, onde se localiza o Tocantins.

Os dados compilados no gráfico 1 foram levantados por meio do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional, com foco na desnutrição, a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI).

Gráfico 1 - Déficit de peso infantil por regiões



Fonte: Sisvan e Cadastro Único

A prevalência da fome e da desnutrição infantil na região Norte do Brasil é uma forte expressão da questão social a qual reflete a desigualdade perpassando o desenvolvimento econômico nacional. A fome é fato existente e contradiz com o processo de desenvolvimento internacional de capitalismo.

Trata-se de um sistema planetário que reflete, para muitos países, a reprodução, em pleno século XXI e com tecnologias muito mais avançadas - tanto de produção quanto de comercialização, transporte e dreno financeiro -, do que tem sido corretamente qualificado de tecnofeudalismo, de neocolonialismo, ou ainda de capitalismo extrativista. (Dowbor, 2022, p. 128).

É oportuno lembrar que a situação de insegurança alimentar infringe leis. O direito humano

à alimentação é uma determinação legal, preconizada na Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, Art. 2º:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Comer é um hábito básico, fundamental para a consolidação do direito humano à vida. O direito humano à alimentação também está pactuado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Artigo 25 - 1 “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação”. Contudo, contraditoriamente, não há prioridade na consolidação desse direito tão básico. Registre-se que a resolução para o problema sobre a prevalência da fome conta com boas legislações, com pactos internacionais e ainda com críticas dos pensadores destacados neste texto. Entretanto, na prática, alimentar-se com qualidade atualmente chega a ser o privilégio de determinada proporção da sociedade, enquanto a prioridade real é a acumulação capitalista.

Se existem legislações preconizando o direito humano à alimentação, isso, evidentemente, significa que a imposição à fome é crime. Segundo Dowbor (2022):

Vivemos em um país que produz muito alimento e tem muita gente passando fome. Para além do escândalo ético, isso é uma aberração em termos de organização econômica e social. No plano moral, beira o criminoso: são 33 milhões de pessoas famintas, enquanto exportamos e produzimos mais de três quilos, só de grãos, por pessoa por dia (Dowbor, 2022, p. 122).

Não apenas ‘beira’ o crime, a imposição à fome é crime! Como posto anteriormente, a falta de acesso à alimentação infringe a Lei n.º 11.346/2006 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Portanto, para essa questão social, além das alternativas à produção e à distribuição justa de alimentos, também é imprescindível responsabilizar governantes, judicialmente, quando a população estiver exposta à fome enquanto existe produção de alimentos em forma de commodities para exportação, levando ao enriquecimento pequenos grupos da sociedade.

Economia política e alternativas para a produção de alimentos

Historicamente a produção de alimentos provenientes da terra envolve problemas relacionados à concentração de terra, exploração da força de trabalho das pessoas e dos recursos naturais e desigualdade na distribuição da riqueza produzida coletivamente. Este item reúne alternativas para a produção de alimentos em contraponto à produção na agropecuária hegemônica global. Antes de indicar tais possibilidades, apresentam-se contextualizações sobre economia política; produção; modo capitalista de produção.

Para facilitar a emergência de alternativas criativas em contraponto ao modelo hegemônico da produção de alimentos, importa refletir sobre o sentido dos conceitos produção e economia política, base para a compreensão da produção de alimentos na organização produtiva em vigência. De acordo com Luxemburgo (2019, p. 51): “a economia política é uma ciência singular. Dificuldades e desacordos surgem logo de início com esta pergunta elementar: qual é, precisamente, o objeto desta ciência?” O que especificamente a economia política aborda é complexo, porque diz respeito à amplitude constante nas relações sociais e na produção de objetos e alimentos necessários à manutenção da vida dos seres humanos.

Para viver, o homem tem necessidade de se alimentar, abrigar, vestir e de todo um conjunto de utensílios domésticos. Estas coisas podem ser simples ou refinadas, escassas ou abundantes. Contudo, são indispensáveis à existência em qualquer sociedade humana e por isso precisam ser continuamente fabricadas já que, em parte, nenhuma dessas coisas nos caem do céu. Nos estados civilizados há ainda que acrescentar todo um conjunto de objetos que tornam a vida mais agradável e que ajudam a satisfazer as necessidades morais e sociais, havendo mesmo que incluir as armas, para “defesa contra os inimigos”. Entre os chamados selvagens são as máscaras de dança, o arco e as flechas, as estátuas dos ídolos; entre nós são os objetos de luxo, as igrejas, as metralhadoras e os submarinos. Para produzir todos estes objetos são necessárias matérias-primas e ferramentas. Estas matérias-primas, isto é, as pedras, as madeiras, os metais, as plantas, etc., exigem trabalho humano e as ferramentas utilizadas são também produtos do trabalho humano (Luxemburgo, 2019, p. 57).

Em síntese, definir economia política remete a considerações sobre o dispêndio da força de trabalho em torno da produção dos víveres fundamentais para a reprodução da vida. Segundo Luxemburgo (2019, p. 57): “a forma como um povo executa todos estes trabalhos, como reparte os produtos por todos os seus membros, como os consome e os produz novamente no eterno movimento circular da vida, tudo isto constitui a economia do povo em questão, isto é, a economia política”. Sendo assim, a economia política diz respeito à

vida econômica do povo, por assim ser, compõe-se de diversas interfaces.

A economia política decompõe-se, por sua vez, em inúmeras economias particulares ligadas entre si pela circulação e mantendo múltiplos laços de interdependência, devido ao fato de cada uma cumprir certas tarefas para todas as outras e implicar que as outras procedam reciprocamente da mesma maneira [...]. A teoria da economia política deve ser, pois, a ciência que nos explica a essência da economia de um povo, isto é, as leis segundo as quais um povo cria riqueza com o trabalho, a aumenta, a reparte entre os indivíduos, a consome e a cria de novo. (Luxemburgo, 2019, p. 56 e 61).

O âmbito dos estudos sobre a teoria da economia política é amplo e perpassa as diversas áreas que implicam a reprodução da vida dos seres humanos. Existem importantes reflexões críticas acerca do sentido da economia política, ou seja, sobre o sentido real da produção no contexto do modo capitalista de produção. Ressalta-se que análises críticas em torno da economia política podem insuflar ideias para fundamentar alternativas.

Compreende-se agora por que é que Marx colocou a sua própria doutrina econômica fora da economia política oficial e lhe chamou “Crítica da Economia Política”. Certamente que as leis da anarquia capitalista e a sua ruína, tal como Marx as desenvolveu, não são mais do que a continuação da economia política, tal como os sábios burgueses a criaram. Mas são uma continuação cujos resultados finais estão em completa contradição com os pontos de partida desses mesmos sábios burgueses, mas o seu nascimento matou a mãe. Na teoria de Marx, a economia política encontrou o seu acabamento e a sua conclusão. As consequências não podem deixar de ser - à parte alguns desenvolvimentos de pormenor da teoria de Marx - a transposição desta teoria para a ação, isto é, para a luta do proletariado internacional e para a realização da ordem econômica socialista. O fim da economia política como ciência é uma ação histórica de alcance mundial: a tradução na prática de uma economia mundial organizada segundo um plano (Luxemburgo, 2019, p. 115).

Em consonância com a Crítica da Economia Política de Marx, o fim da propriedade privada sobre os meios de produção diz respeito ao fim da economia política como ciência para se tornar ação. Por conseguinte, o fim da concentração de terra e do oligopólio da produção de alimentos relaciona-se à soberania alimentar.

Todo processo baseado na cooperação em grande escala implica, portanto, que os trabalhadores individuais percam o controle e o domínio do processo de traba-

lho. Produz-se, assim, uma separação entre o trabalho individual e o conjunto do processo de trabalho. Quem põe em marcha este processo já não é o trabalhador individual, mas o trabalhador coletivo que exige, como, um de seus elementos, um grupo de trabalhadores que execute funções de direção e controle do processo de produção (Harnecker, 1981, p. 43).

Convém sublinhar que o sentido de ‘produção’ não é exatamente igual ao sentido de ‘modo capitalista de produção’. Marx estuda a definição do sentido de ‘produção’ no primeiro livro de O capital: crítica da economia política - livro I: o processo de produção do capital (2017). De acordo com Marx (2017), ‘produção’ consiste em um processo em que, por meio da força de trabalho, os seres humanos utilizam meios de produção para transformar objetos (matéria-prima) em produtos úteis ao alívio das necessidades humanas. Enquanto modo capitalista de produção, diz respeito a um sistema econômico com finalidade de lucro e acumulação das riquezas produzidas coletivamente e está baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Até aqui debateu-se o sentido de economia política, crítica da economia política, produção e modo capitalista de produção. O objetivo é dar visibilidade à ‘base’ para a construção de alternativas sob a vigência do contexto da agropecuária hegemônica global. Nota-se que, atualmente, no século XXI, diferentes pessoas em diferentes lugares sociais de fala alertam para a mesma necessidade - a de mudanças nas relações de produção, especialmente no que tange à erradicação da fome das pessoas e à consciência a respeito da existência dos seres vivos. São lideranças indígenas, intelectuais, políticos, religiosos, pesquisadores e organizações da sociedade civil que propõem alternativas à produção de alimentos em contraponto à agropecuária hegemônica local.

Nesta sequência serão debatidas as contribuições em torno da construção de alternativas para a produção de alimentos destacadas pelos seguintes atores sociais: Papa Francisco (2020); Dawbor (2021); Fernandes (2020); Fabrini (2017); Organizações da Sociedade Civil - MST e ApaTo. Embora ocupem lugares sociais distintos, tais atores aludem para alternativas convergentes no âmbito da agroecologia, as quais serão assinaladas a seguir.

De acordo com as informações de Yiesia (2022), a Economia de Francisco e Clara é uma proposta recente (ainda em elaboração) do Papa Francisco, empenhado em incentivar a construção de ‘novos processos’ no que diz respeito a novas alternativas no âmbito da economia política. Aliado a movimentos populares, a organizações da sociedade civil, a intelectuais e jovens do mundo inteiro, o Papa apresenta esse modelo econômico como uma resposta à crise que a sociedade capitalista vem enfrentando. A ideia foi divulgada pela primeira vez, em março de 2020, em reunião, convocada pelo Papa. O objetivo do

encontro era justamente discutir uma nova economia que servisse à sociedade, e não o contrário.

‘Realmar a economia’. É a proposta desafiadora sugerida pelo Papa Francisco, isto é, colocar ‘alma’ na economia. Segundo essa proposta, a humanidade deve colocar ‘sentido’ na produção, consumo e movimentação financeira de modo geral, para que a economia política esteja a serviço do bem-estar e do cuidado com o futuro dos seres vivos, ou seja, as pessoas, jovens, idosas, crianças, animais, plantas, água e todos os seres que habitam o planeta.

No Brasil existe a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC). De acordo com as informações do site da ABEFC (2024), o papel da organização consiste em iniciativas que se baseiam nos princípios fundamentais para uma nova Economia que traz vida, não morte, que é inclusiva e não exclusiva, humana e não desumanizadora, que cuida do meio ambiente e não o despoja. Em convergência com o apelo do Papa Francisco por realmar a economia, algumas propostas serão pontuadas na sequência. O conteúdo amplo está disponível no site Coluna ‘Rumo a Assis: na direção da Economia de Francisco’.

As alternativas que seguem foram compiladas da ‘Coluna de Artigos Rumo a Assis: na direção da Economia de Francisco’, do portal da Unisinos. São ideias que fazem parte da Aliança Mulher Mãe Terra no âmbito da Vila Agricultura & Justiça. De acordo com Oss-Emer et al. (2020), essa aliança consiste na construção de uma grande agenda de promoção do acesso à terra pelas mulheres, de defesa dos direitos aos recursos genéticos e de construção de relações justas em torno da produção, comércio e consumo de alimentos saudáveis.

Para Oss-Emer et al. (2020): as mulheres são as principais responsáveis pela promoção da soberania alimentar. São elas que reconhecidamente realizam a maior parte do trabalho de proteção das sementes crioulas, que efetuam o cultivo de hortas e de plantas medicinais, o cuidado dos quintais produtivos e o manejo dos animais de pequeno porte. A despeito disso, as mulheres rurais e suas crianças estão entre os segmentos sociais mais afetados pela fome.

Conforme Oss-Emer et al. (2020), a Aliança Mulher Mãe Terra impulsiona a agenda global de defesa do direito à terra e a soberania alimentar e os recursos genéticos. A Aliança também busca a construção de acordos e pontes locais, com ações ligadas à produção e à comercialização dos alimentos. Global e local são, portanto, vias complementares que trazem concretude e ao mesmo tempo ampliam o horizonte da ação dessa ‘aliança’ que dá respostas concretas para a busca de ‘terra, teto e trabalho’ para as mulheres do campo, das florestas e das águas no Brasil e no mundo[...]. Essa agenda internacional

se apoia sobre um conjunto de ações locais ligadas à produção, ao beneficiamento, à comercialização, ao consumo e ao descarte dos alimentos. Muitas delas já estão em curso e são o anúncio da construção de um ‘novo sistema agroalimentar’.

Dessa maneira, Oss-Emer et al. (2020) ressaltam que a contribuição das mulheres rurais vai além da viabilidade da soberania alimentar, ela se estende para a soberania hídrica e energética, em especial sobre os recursos genéticos dos territórios. Sendo assim, a possível síntese propositiva nesse domínio de reflexão é a seguinte: ‘práticas locais que deem centralidade à mulher no mundo rural sendo que para isso podem-se implementar políticas e legislações promovendo o acesso das mulheres à terra e aos meios de produção’; almeja-se com essa proposta sistemas agroalimentares sustentáveis e a soberania alimentar de territórios e países.

Neste seguimento serão evidenciadas alternativas construídas pelo pensador Ladislau Dowbor, compiladas do livro *Pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise* (2021). Tratam-se de alternativas factíveis e em convergência com a proposta de construir ‘novos processos’ a fim de trazer um novo sentido para a produção e consumo de alimentos:

Cinturões verdes hortifrutigranjeiros em torno das cidades: cidade por cidade vemos desemprego e terra parada no entorno; • Núcleos de serviços de apoio técnico, comercial e de equipamentos ao pequeno e médio agricultor: funcionam frequentemente como cooperativas de serviços de apoio; • Compras públicas municipais e garantia de preços: estabilizar a demanda para os agricultores constitui um estímulo poderoso; • Regulação e controle de impactos ambientais: o Brasil está poluindo os aquíferos, rios e lagos, contaminando os alimentos; • Assegurar o funcionamento do imposto territorial rural: quem tem terra parada, ou vai produzir, ou vender para quem produza (Dowbor, 2021, p. 34).

As propostas elaboradas por Dowbor (2021) fazem interface com a Economia de Francisco e Clara e também com as alternativas destacadas por Fernandes; Sacarabeli (2020); Fabrini (2017). São proposições relacionadas às práticas cotidianas de povos indígenas e de pequenos agricultores que vivem da economia de subsistência, que se relacionam com a terra para a produção de alimentos ao encontro das necessidades de suas famílias e comercializam o excedente, diferentemente da produção em ampla escala do agronegócio, em que todos os produtos são transformados em mercadoria.

A agroecologia é um projeto de produção onde o saber técnico e o saber dos camponeses, dos povos das águas e da floresta são incorporados e se expressam no manejo do solo como organismo vivo, na variedade de produção associada com

múltiplas espécies silvestres elevando assim o aumento da biodiversidade (Fernandes; Sacarabeli, 2020, p.38).

As alternativas para a produção de alimentos, incorporando os saberes dos povos da floresta e dos pequenos agricultores, sinalizam para a importância da produção em pequena escala que vá ao encontro das necessidades das pessoas, da justiça, em termos de distribuição dos alimentos produzidos, do acesso à terra para, a partir dela, produzir alimentos.

Reforçando essa ideia, Altieri (2010) afirma que para garantir a geração de trabalho, a conservação da biodiversidade e a saúde da população, é necessário que a produção de alimentos permaneça nas mãos dos agricultores que produzem em pequena escala e não pode ser controlada pela agroindústria e pelas cadeias de supermercados. Para o autor, “a soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes agricultor a agricultor” (ALTIERI, 2010, p.30). Nesse sentido, os movimentos camponeses têm assumido a soberania alimentar como alternativa ao método neoliberal que impõe o comércio internacional injusto para solucionar a problemática alimentar no mundo (Fernandes; Sacarabeli, 2020, p. 40).

A semelhança dessas propostas em relação às alternativas elaboradas por Dowbor (2021) dizem respeito a retirar a supremacia do poder das agroindústrias internacionais e priorizar a produção e o consumo de alimentos dos agricultores camponeses; fortalecer a autodeterminação dos povos em diversos âmbitos: energético, tecnológico, comercial. A seguir outras alternativas ao encontro do processo de produção no âmbito da agroecologia:

1. Reintroduzir níveis funcionais de biodiversidade ao sistema; 2. Reduzir o uso de energia e de recursos, e regular a sua quantidade que entra no sistema, de maneira que se tenha uma relação de alta produtividade; 3. Diminuir a perda de nutrientes do solo mediante o controle eficaz da lixiviação e da erosão, e melhorar a reciclagem de nutrientes através do uso de plantas leguminosas, adubo orgânico e compostos, bem como outros mecanismos adequados similares; 4. Fomentar a produção local de alimentos adaptados ao contexto natural e socioeconômico; 5. Manter a produção desejada, preservando os recursos naturais (por meio da redução da degradação do solo); 6. Reduzir os custos e aumentar a eficácia, melhorando a viabilidade econômica das pequenas e médias propriedades rurais, de maneira que se alcance um sistema agrícola diversificado e resistente (Fernandes; Sacarabeli, 2020, p. 47, apud Rosset, 2006, p. 20).

A redução do uso de energia e de recursos combustíveis de modo geral tem sido pauta para

a busca de alternativas, visto que existem críticas a respeito da utilização da terra para a produção de combustíveis em detrimento da produção da diversidade de alimentos.

O MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a Via Campesina, dentre outros, possuem uma proposta de construção da soberania energética em harmonia com a soberania alimentar. Esta proposta está assentada numa base produtiva camponesa, em que se concilia produção alimentar e produção energética expressa no conceito de Alimergia, sustentado naquilo que o MPA denomina de Sistema Camponês de Produção (SCP) [...]. O MPA elaborou, inclusive, um plano para orientar suas ações, ou seja, um Plano Camponês que contempla a soberania alimentar, energética e hídrica (Fabrini, 2017, p.65).

As alternativas em torno do fortalecimento da soberania dos povos no processo de produção energético e hídrico limitam o controle da agropecuária global e da imposição de padrões alimentares sobre a sociedade. Sendo assim, as possibilidades para a produção de alimentos que destacam a produção na agricultura em pequena escala aproximam os trabalhadores do processo de trabalho e dos meios de produção, tornando a ciência política em ações na prática, no entanto, não basta constatar cientificamente, as ações são imprescindíveis.

Somente um amplo movimento político combinado com setores marginalizados e classes trabalhadoras em torno de “querer coletivo” será capaz de fortalecer a nação e romper com a dependência e o subdesenvolvimento. O “querer coletivo”, fundado num consenso democrático será capaz de fazer contraponto aos estamentos, às forças oligárquicas e à burguesia “atrasada” (Fabrini, 2017, p. 57).

A expressão mais forte desse “querer coletivo” no Brasil está representada nas Organizações da Via Campesina. A proposta de ‘Reforma Agrária’ do MST, por exemplo, baseia-se na soberania alimentar e nas alternativas do âmbito da agroecologia. Portanto, a proposta que fundamenta as alternativas para a produção de alimentos em contraponto à agropecuária global é exatamente a da ‘Reforma Agrária’.

O MST defende a soberania alimentar com base na agroecologia deixando claro a necessidade de se “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas” (MST, 2013, p. 42). [...] a soberania alimentar está integrada a uma significativa problemática territorial que é a reforma agrária, pois não há a possibilidade da soberania alimentar sem a desconcentração da terra. A

concentração da propriedade da terra teve aumento progressivo no último século e o modelo agroexportador de matérias primas e da monocultura, influenciou na divisão internacional da produção de commodities onde algumas regiões do planeta se especializaram na produção de soja, outras regiões na produção de cana e assim sucessivamente (Fernandes; Sacarabeli, 2020, p.40 e 41).

Reforma Agrária diz respeito à luta pela terra, mas não se limita a isso, não se limita, apenas, à luta pela terra para pessoas que não possuem propriedade, mas, sim, à luta pela soberania e autonomia dos povos.

A luta dos camponeses pela reforma agrária é mais ampla do que luta pela terra, pois a sua realização está colocada pelos movimentos como uma necessidade do Brasil e não somente uma necessidade dos despossuídos da terra. O MST, por exemplo, defende a palavra de ordem “reforma agrária: uma luta de todos”, ou seja, todos os brasileiros, e não somente os sem-terra, se beneficiarão com a realização da reforma agrária. A reforma agrária é parte da construção de uma nação soberana porque o desenvolvimento nacional depende da distribuição de terras aos camponeses capazes de produzir alimentos para atender à demanda nacional e garantir a sua soberania (Fabrini, 2017, p. 62).

No debate sobre a importância da Reforma Agrária, faz-se imprescindível salientar a capacidade produtiva de pequenos agricultores em termos de volume e diversidade de alimentos, sendo, pois, oportuno visibilizar que não é somente a agroindústria, com os meios de produção ampliados, capaz de produzir alimentos suficientes em quantidade e nutrientes adequados.

A eficiência produtiva dos pequenos agricultores, necessária para o desenvolvimento do Brasil, pode ser verificada nos dados da área cultivada e financiamentos para investimento e custeio de lavouras. Os pequenos agricultores, dispendo de apenas 24,3% da área total de terras do País (IBGE, 2006) e de 28 bilhões de reais em recursos financeiros (Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016), são responsáveis por 33% do PIB agropecuário. Eles produzem 100% de verduras, 87% de mandioca, 70% do feijão, 59% de suínos, 58% do leite, 50% de aves, 46% do milho e 38% do café, para ficar em alguns exemplos. Acrescenta-se que as pequenas propriedades empregam 74,4% dos trabalhadores e ocupam 15 pessoas a cada 100 hectares. A agricultura empresarial - agronegócio - tem à sua disposição 159 bilhões de reais (Plano Safra 2015-2016), mas emprega apenas 25,6% dos trabalhadores e ocupa somente 1,7 pessoas a cada 100 hectares (Fabrini, 2017, p. 62 e 63).

Muito importante para a possibilidade de compilar propostas e reflexões para a produção

de alimentos é atestar que elas existem. É constatar que organizações e pensadores em diversos lugares sociais estão trabalhando em torno da construção de alternativas para a produção de alimentos. Embora existam as consequentes mazelas emergentes da mundialização do modo de produção capitalista, há um movimento acerca da prevalência da vida e da biodiversidade na Terra, um esforço coletivo para construção do bem-estar das pessoas e dos animais, um empenho coletivo em perceber a existência e o sofrimento das demais espécies de vida que não somente a espécie humana. No Tocantins, por exemplo, existe a ONG Alternativas Para a Pequena Agricultura em Tocantins (APA-TO), cuja missão é contribuir na consolidação da reforma agrária e fortalecer a agricultura camponesa na busca da afirmação e do protagonismo das organizações na sociedade civil, atuando junto aos povos e comunidades tradicionais, assentados(as) e demais agricultores(as) familiares do estado do Tocantins. A Organização foi criada em 1992; reúne representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra. Surgiu para atender a demanda dos agricultores e das agricultoras familiares que buscavam assessoria técnica para a construção participativa de sistemas produtivos de uso e ocupação do solo que fossem sustentáveis e agroecológicos.

No site oficial da APA-TO (2024) há alternativas publicadas para o âmbito das políticas públicas, manejo de agrossistemas, gestão e comercialização e organização e formação. Segue a compilação das propostas encontradas no site da APA-TO: 1. Políticas Públicas - Promover junto às organizações sociais o conhecimento e a articulação sobre as políticas públicas, contribuindo para a construção participativa do desenvolvimento local sustentável. Oferecer assessoria às organizações para a negociação de políticas públicas, buscando uma efetiva gestão participativa. 2. Manejo de Agroecossistemas - Contribuir na construção de um novo modelo tecnológico que valorize o conhecimento local e o uso sustentável dos recursos naturais. Fortalecer os grupos de base, visando garantir segurança alimentar, geração de renda e a valorização, conservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade. 3. Gestão e Comercialização - Apoiar e articular processos de economia solidária de produtos agroextrativistas na perspectiva da agroecologia, almejando auxiliar no acesso a diferentes mercados, na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e em sua permanência no campo. 4. Organização e Formação Política - Fortalecer as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, seu protagonismo e os processos de desenvolvimento locais, por meio da formação e capacitação de lideranças.

Vale mencionar, entre as propostas destacadas até aqui, a valorização, a proximidade com a terra e a habilidade de, a partir dela, 'saber' produzir alimentos. A agricultura camponesa e a produção em pequena escala têm ligação intrínseca nas propostas alternativas em contraponto à organização produtiva de alimentos em vigência e sua produção de

commodities, em que a comercialização é o principal meio de acesso aos alimentos, a qual é feita por intermédio de compra em dinheiro.

É importante destacar que a diversidade de alimentos cultiváveis na terra pode ir ao encontro da construção de alternativas factíveis para a produção de alimentos. A capacidade nutricional das plantas comestíveis não convencionais PANC's, alerta-nos para a extrema valorização da comercialização e do dinheiro em detrimento das possibilidades reais de erradicar a fome. A imposição de um padrão alimentar global segrega 'estrategicamente' alimentos nutritivos e de fácil acesso em termos de necessidade nutricional e diversidade. Faz-se, então, fundamental lembrar a existência de mais de três mil Plantas Alimentícias Não Convencionais PANC's catalogadas no Brasil, como é o caso da "Ora-pro-nóbis".

De acordo com Ecodebate (2020)⁵, são plantas ricas em nutrientes e com alto teor de proteína e podem ser incluídas na alimentação cotidiana, mas ainda não são recorrentes na alimentação das pessoas, embora estejam em quase todo lugar: pracinhas, terrenos baldios, jardins, hortas ou em canteiros de rua, sendo, portanto, importante oferecer informações que as identifiquem. Conforme explana o biólogo amazonense e criador da sigla PANC, no site Ecodebate (2020), Valdely Ferreira Kinupp, esses vegetais são espécies espontâneas ou silvestres, orgânicos pela própria essência e com grande variedade de nutrientes que melhoram as funções do corpo e ajudam a prevenir várias doenças. Consumir PANC's é uma forma de valorizar a biodiversidade, reestabelecer a saúde e experimentar novos sabores [...]. Incluir as PANC's no dia a dia também é uma iniciativa sustentável. Isso porque, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), somente 30 espécies de plantas fornecem 95% da demanda humana por comida, em um universo de incríveis 30 mil variedades [...]. Entre os benefícios diretos estão uma alimentação mais orgânica e saudável, que pode ser produzida em pequenas áreas, em casas residenciais. Já o benefício indireto é uma contribuição para o planeta, tendo em vista serem alimentos sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos.

A mudança dos hábitos alimentares pode interferir na construção das mudanças estruturais no modo capitalista de produção dos alimentos e, dialeticamente, a reestruturação desse modelo de produção também deverá reconstruir os hábitos da espécie humana em termos de produção e consumo de alimentos. É possível verificar, entre as alternativas assinaladas neste texto, a presença constante do incentivo ao consumo de alimentos produzidos no âmbito da agricultura camponesa; críticas à concentração e subutilização de terra onde se poderia produzir alimentos; a persistente injustiça do desenvolvimento desigual evidente na má distribuição da riqueza produzida coletivamente, que favorece a acumulação capitalista.

⁵ Cf. <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603822-mais-de-3-mil-plantas-nao-convencionais-podem-ser-usadas-na-alimentacao-conheca-as-pancs> acessado em 10 de dezembro de 2021.

As mudanças na estrutura da organização produtiva de alimentos requerem o alterar o sentido da produção de alimentos. Sendo assim, são mudanças que precisam superar os parâmetros do capitalismo relativamente à sua produção e reprodução. Neste trabalho são mostradas algumas alternativas; entretanto, há a possibilidade de serem elaboradas e postas em ação outras alternativas para superar os problemas em torno da questão agrária sob as imposições do modo de produção capitalista. Portanto, é imprescindível a produção de conhecimento científico que vá ao encontro de propostas que perpassem o sentido da economia política. Além disso é relevante a formação política da sociedade, pois é fundamental despertar a consciência a respeito da reprodução da exploração da força de trabalho, da fome e da crueldade contra os animais no processo de expansão dominante do capitalismo internacional.

Conclusão

O empenho para a construção de conhecimento científico em torno das consequências desta organização produtiva de alimentos global, é importante para a visibilidade das consequências deste modo de produzir e consumir alimentos. Visto, pois, que, impacta negativamente a soberania alimentar de uma significativa proporção da sociedade e concomitantemente provoca a crueldade contra os animais de produção.

A problematização acerca da elaboração de alternativas visa a contribuir para a construção de um modo de produção com resultados diferentes daqueles que temos, isto é, com sistemas de produção que considerem a sensibilidade dos seres vivos e garantam a erradicação da fome; que não sejam atravessados por competições e exclusão, malvadezas e devastação da vida, mas que sejam marcados por uma economia política incluyente, respeitadora dos direitos da natureza, dos direitos dos animais e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> acessada em: 04 de dezembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional [LOSAN]. Disponível em www.planalto.gov.br/consea

DOWBOR, Ladislau. Pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise. São Paulo. Autonomia Literária, 2021.

DOWBOR, Ladislau. Fome, uma decisão política e corporativa: In: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro - São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

FABRINI, J. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. GEOgraphia, Niterói, v. 19, n. 39, p. 54-69, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13786> Acessado em: 04/02/2024

FERNANDES. Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acessado em: 18 de junho de 2023.

HARNECKER, Marta. Conceitos elementares do materialismo histórico. Global editora, São Paulo - 1981.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política - livro I: o processo de produção do capital. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, Jose de Souza. O poder do atraso. São Paulo. Hucitec, 1994.

MARTINS, Jose de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social [online], São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/#ModalArticles> Acessado em: 10 de fevereiro de 2024.

PINHEIRO, Lessi Inês Farias; DIAS Gilmara Oliveira. Questão Social: um conceito revisitado, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2009. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.htm acessado em: 10 de maio de 2024.

SCARABELI, Vanderly; MANÇANO, Bernardo Fernandes. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades, Juara, MT, v. 3, n. 1, p. 35-52, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/>

[geoambes/article/view/4246](#). Acesso em: 2 dez. 2023

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DIGIT). Gerência de Informações Socioeconômicas (GEFIS). Estado do Tocantins. Tocantins em Números - Balança Comercial do Tocantins 2021. Palmas: SEFAZ/GEFINS, janeiro/2021.

“NOS CAMBALEIOS” DO ALCOOLISMO: O VÍCIO E A GESTÃO BIOPOLÍTICA DA PERICULOSIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XX

FERNANDO TADEU GERMINATTI⁶

RESUMO

O artigo objetiva dialogar sobre a construção do conceito de periculosidade social e investigar sua associação com o alcoolismo no Brasil da primeira metade do século XX. Nesse ínterim, com uso de metodologia qualitativa, o texto discute as relações entre periculosidade, biopolítica, eugenia e alcoolismo. Os resultados demonstraram como o contexto brasileiro, dominado pelo eugenismo, favoreceu que a periculosidade estivesse atrelada aos alcoólatras e como o alcoolismo enquadrou-se como “veneno racial”.

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia; Higienismo; Alcoolismo; Periculosidade social; Biopolítica.

ABSTRACT

This article aims to discuss the construction of the concept of social dangerousness and investigate its association with alcoholism in Brazil in the first half of the 20th century. In the meantime, using qualitative methodology, the text discusses the relationships between dangerousness, biopolitics, eugenics and alcoholism. The results demonstrate how the Brazilian context, dominated by eugenics, favored dangerousness being linked to alcoholics and how alcoholism was framed as a “racial poison”.

KEYWORDS: *Eugenics; Hygiene; Alcoholism; Social danger; Biopolitics.*

⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda, em um viés histórico-social, a construção da ideia de periculosidade e de “sujeito perigoso” no Brasil da primeira metade do século XX. Em um contexto fortemente influenciado pelas ideias eugênicas e higienistas, o Brasil convivia com sérios problemas sanitários, sociais, educacionais e marcado pela tensão racial pós-abolição, via os ideais eugênicos encontraram “berço esplendido” ao expandirem-se por seu território. Do litoral aos “sertões”, a eugenia esteve presente. A historiadora norte-americana Nancy Stepan (2004) bem sinaliza que a eugenia prevalecente no Brasil fora a de cunho neolamarkiano, isto é, voltada ao melhoramento sanitário e das condições de higiene da população. Nesse refletir, sob visão do higienismo, o alcoolismo torna-se o grande inimigo a ser enfrentado, combatido e eliminado.

A imagem do sujeito desviante, que aqui é atribuída ao alcoólatra, para análise neste texto, evidencia a busca pelo aperfeiçoamento do corpo humano, balizado pelo conhecimento médico-científico, em específico, ao longo do século XX, com a vigência eugênica e com os movimentos higienistas. De tal forma que, o enlace instrumental-teórico da discussão proposta reacende das produções foucautianas (1988; 2001; 2008; 2014) e suas perspectivas conceituais. Para a realização do texto, trabalhou-se com o pensamento de Michel Foucault a fim de compor um cenário mais amplo na abordagem histórica. Visa-se aqui, em sentido amplo, focar a ciência enquanto produto da modernidade, que alcança legitimidade de interferir no andamento da sociedade, no caso específico das ciências da saúde e da medicina, gerenciando e vigiando a vida dos indivíduos e de seus corpos.

Nesse engajar, a medicina é encarada enquanto profissão, que é tutelada pela ciência e pelas práticas de saber. Isto posto, ao transitar pela perspectiva foucautiana, no que tange aos estudos da condução do saber médico no entendimento da periculosidade, toma-se o cerceamento ao redor do beber e das medidas construídas objetivando a prevenção ao “perigo alcoólico”. Portanto, também, entram em questão para a análise empregada aqui, as formas de criminalização do ato de beber, o quanto, o que beber, quando e onde, além da penalização dos próprios alcoólatras. De forma que, a discussão fora calcada ao longo da primeira metade do século XX a convidar ao diálogo entre a medicina psiquiátrica e o sistema penal.

Não obstante, a escolha em trabalhar as primeiras décadas do século XX perpassa pela Primeira República (1889-1930) e Era Vargas (1930-1945), considerando-as importantes ao focalizar a discussão acerca das medidas do sistema penal e político frente ao combate ao álcool e ao tratamento destinado aos alcoólatras. É certo que, como observa-se, em função da complexidade e vastidão do tema, não nos deteremos a permanecer apenas com uma abordagem epistêmica, e sim, circulando por entre os saberes procurando ampliar

a discussão acerca da periculosidade que, como bem alerta o sociólogo francês Robert Castel (1991): “[...] é uma noção bastante misteriosa e profundamente paradoxal [...]” (Castel, 1991, p.283).

O objetivo central deste texto é suscitar uma discussão que busque investigar o dispositivo periculosidade e sua utilização no Brasil da primeira metade do século XX, focando em específico, na instrumentalização da ideia de periculosidade sobre o alcoolismo. Na esfera da discussão que se projeta, é proposto um recuo temporal enquanto forma de visualizar a problemática alcoólica, auxiliando-se pelo recurso bibliográfico existente sobre o tema ligado aos campos das Ciências Humanas e Sociais (CHS), perpassaremos por analisar o alcoolismo, higiene mental, eugenismo, saber médico, sanitarismo e pensamento médico no Brasil do século XX.

Além da introdução e das considerações finais, o presente artigo apresenta-se dividido em duas seções. Na primeira parte, discute-se as relações entre biopolítica, eugenia e alcoolismo. Nesta seção, são evocados para discussão os trabalhos de Stepan (2004), Souza (2019), Caponi (2009; 2012; 2014) e Foucault (1988; 2001; 2008; 2014), que auxiliam na reflexão que perpassa pelo entendimento de biopolítica, higienismo e teoria de Michel Foucault. Empenhamo-nos em percorrer uma linha teórica que abrace o desenvolvimento da eugenia, enquanto importante movimento intelectual, social e ciência do início do século XX. Na segunda parte, debate-se a construção do conceito de periculosidade envolvendo os alcoólatras nessa categoria. Nesse sentido, Foucault (2001), Adiala (2011), Moreira (2012) e Basso (2014), conduzem a discussão no pensar da construção do indivíduo socialmente perigoso.

Biopolítica, eugenia e alcoolismo

Em tempo, insta rememorar a teoria eugênica, formulada pelo antropólogo e matemático inglês Francis Galton (1822-1911), primo mais novo do naturalista Charles Darwin (1809-1882) - desenvolvedor da teoria da evolução na obra *A origem das espécies* (1859). A eugenia enquanto ciência proposta por Galton, foi vista por grande parte dos intelectuais atuantes enquanto sinônimo de modernidade e progresso (Souza, 2019). Nessa linha, alavancada à nível de status científico, a eugenia enquadrava-se no contexto de um conhecimento científico e da própria conceituação de ciência, redefinindo e instituindo paradigmas médicos e sociais. Segundo aponta o historiador Vanderlei de Souza sobre o ideário eugênico no início do século XX “[...] o termo eugenia aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural [...]. Falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, [...]” (Souza, 2019, p.47).

Além dos primos Galton e Darwin, entre os séculos XIX e XX, surgiram outros nomes na ciência como Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), Bénédict-Augustin Morel (1809-1873), Gregor Mendel (1822-1884), Hebert Spencer (1820-1903), Cesare Lombroso (1835-1909) e Emil Kraepelin (1855-1926). Nesse viés, a campanha eugênica ganha espaço no Brasil das décadas iniciais do século XX, e como sugere a historiadora norte-americana Nancy Stepan, “deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal de modernidade cultural’” (Stepan, 2004, p.337). No Brasil pós abolição, as teorias raciais e a eugenia estiveram profundamente fincadas nos alicerces da sociedade brasileira, conquistando a mente de parcela significativa da elite intelectual. As discussões científicas, higienistas e eugênicas tiveram andamento com Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Oliveira Viana (1883-1951) e Renato Kehl (1889-1973), apenas para citar alguns dos mais influentes, que surgiram entre o fim do século XIX e o início do XX, e estabeleceram suas concepções de eugenia, raça, ciência⁷.

Naquele contexto, “as visões sobre as mazelas do Brasil se dão dentro de um enquadramento dualista habitado por pares indissociáveis, tais como litoral-sertão, saúde-doença e moderno-atrasado” (Lima; Hochman, 2004, p. 496-497).

Logo, é certo que num primeiro momento, tendo a figura do médico sanitaria Belisário Penna (1868-1939) como seu grande destaque, a eugenia no Brasil fizera-se presente como “eugenia preventiva”, com forte orientação de reforma sanitária, educação higiênica e instrução da população. Tratava-se de combater a doença levando saúde por meio de políticas e projetos sanitários. Contudo, a partir da década de 1920, a eugenia é alargada passando a receber discussões e propostas eugênicas ao redor da esterilização racial, higiene mental, e imigração de europeus ao Brasil, visando favorecer ao projeto de branqueamento da nação. Nesse raciocínio, um Brasil moderno também seria um Brasil branco. Quase que em conjunto, uma lógica sanitaria e uma eugenia racial conduziam os debates.

É sintomático para a presente discussão abordar a força moral apregoada pelo higienismo. Grosso modo, a teoria eugênica e o higienismo emergem com propriedade de definir a conduta e a forma de portar dos sujeitos, em particular aos alcoólatras, e outros indivíduos supostamente anormais, encaixando-se aqui os doentes mentais e criminosos, é de investigar como os alcoólatras enquadram-se como objetos de análise do saber médico, em específico, ao campo da psiquiatria. Imersos na lógica de um “fazer viver”, isto é, investir na vida e no corpo-espécie, sobressaem-se intervenções e mecanismos regulares da vida, da morte, da saúde e da doença.

⁷ De acordo com que esclarece a historiadora Nancy Stepan em seu artigo *Eugenia no Brasil (1917-1940)*: “Cientificamente, o divisor de águas referia-se à genética neolamarckiana, em oposição à mendeliana. [...] a eugenia brasileira tinha raízes intelectuais na França e uma percepção neolamarckiana” (STEPAN, 2004, p.361).

Nesse transcorrer que em Foucault “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 1988, p.130). Na essência, em prol da normatividade, as teorias eugênicas funcionaram como um dos aparatos biopolíticos mais incisivos sobre a vida coletiva. Contudo, trata-se de uma biopolítica que “não tem o objetivo de curar ou de normalizar os desvios, seu objetivo prioritário é antecipar a emergência do perigo” (Caponi, 2009, p. 543). Para tanto, será “na prevenção, que psiquiatras e higienistas concentrarão seus esforços” (Idem, p. 544). Nessa orquestração, os saberes médico-psiquiátricos adquirirão função elementar em propor ações preventivas.

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) é prova viva disso. Nascida em 1923, no Rio de Janeiro, por iniciativa do médico gaúcho Gustavo Kohler Riedel (1887-1934), a LBHM empreendeu seus maiores esforços na luta contra o alcoolismo. Faziam parte da Liga mais de 120 membros, dentre os quais, destacam-se Miguel Couto, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto, Edgard Roquette-Pinto, Ernani Lopes e Julio Porto-Carreto (Souza, 2019). Em geral, os chamados flagelos sociais (sífilis, tuberculose e alcoolismo) levantavam as preocupações dos médicos da LBHM. Contudo, por meio da análise das publicações dos arquivos da LBHM, produzidos pela Liga entre 1925 a 1947, o álcool na visão higienista era o inimigo número um a ser combatido, com auxílio dos estados, políticos, médicos e sanitaristas. Tais lutas discursivas empreendidas contra o álcool e contra o alcoolismo são numerosamente evidentes nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM).

Assim, era dito: “Não se pense, porém, que os batalhadores da Liga se acham possuídos da ilusão mirífica de que dentro em breve estará resolvido, no Brasil, o problema do alcoolismo” (LBHM, 1929, p. 57). Outrossim, diante de tal problemática, as campanhas antialcoólicas promovidas pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) direcionavam sua atenção pelos estados brasileiros em alertar, prevenir e educar contra o álcool. Em uma busca nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), encontra-se que em suas ações pelo Brasil, a LBHM lembrava: “Não podemos deixar de salientar e enaltecer aqui a atuação do Governo Federal e dos poderes públicos estaduais que, em sua grande maioria, tem concorrido de modo mais eficiente para o êxito dessa campanha” (LBHM, 1929, p. 58).

Naquele contexto, os sanitaristas compreendiam que “o alcoolismo era responsável pelo grande número de mortalidade, diminuição da natalidade e pela produção de indivíduos anormais” (Souza, 2019, p.88). Em linhas gerais, o alcoolismo entendido pelos higienistas do Brasil do início do século XX, seria a principal porta de entrada do sujeito ao mundo da degeneração, habitado pela loucura. Além do alcoolismo, a Liga preocupava-se, sobretudo, com a delinquência infantil, prostituição, doenças venéreas, nutrição e criminalidade (Stepan, 2004). Dessa forma, os objetivos e fins da LBHM “se adequavam perfeitamente aos

desejos dos eugenistas brasileiros, principalmente o de transformar o discurso eugênico no porta-voz da regeneração nacional” (Idem, p.76).

Portanto, não é por obra do acaso que acontece a associação do alcoolismo com as doenças mentais, vadiagem, criminalidade e mendicância, fazendo do álcool um “veneno racial”. Para se referir ao alcoolismo, “adjetivos como ‘demônio da humanidade’, ‘diabólico’ e ‘gênio da degeneração’, entre outros, fizeram parte do arsenal retórico utilizado por setores mais radicais” (Santos, 1993, p.6). Dentro da visão higienista, o alcoolismo seria porta de entrada para a degeneração mental e moral do indivíduo, cabendo aos conhecimentos médicos e jurídicos pensar tal problema.

O alcoolismo e o ser “socialmente perigoso”

Nesta secção, pretende-se entender a relação do alcoólatra com a periculosidade. Certamente, seria possível propor e seguir por uma abordagem histórica do desenvolvimento das drogas no Brasil, em especial, com atenção voltada às bebidas alcoólicas e à doença alcoólica, e concomitantemente, abordar as formas como foram categorizadas, analisadas e instruídas pelo saber oriundo de uma medicina ascendente, vestida, supostamente, de uma legitimidade preventiva e autoridade científica⁸. Nesse diapasão, portanto, o médico psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1855-1926)⁹ ocuparia função de referência para parte dos médicos no Brasil da primeira metade do século XX, ao tratar do conceito de alcoólatra, em um contexto bem específico, em que os vícios e as doenças são tomados juntas à vigência dos movimentos eugenistas e higienistas. A esse respeito, segundo Priscila Mathes Basso conduz: “[...] Kraepelin considerava que a degeneração poderia ser adquirida e não somente hereditária, inata, ampliando o alcance dos quadros patológicos [...]” (Basso, 2014, p.94).

Ou seja, nesse raciocínio, o estado degenerado também poderia ser evitado antes que viesse a se manifestar. Conforme Júlio Adiala: “O uso de drogas [...] em Kraepelin - iria aparecer na classificação brasileira na classe das ‘psicoses heterotóxicas’” (Adiala, 2011, p. 130). Por psicoses heterotóxicas, enquadravam-se o alcoolismo e as toxicomanias tais como a cocainomania. Em síntese, as intoxicações alcoólicas crônicas, pareciam de fato estabelecer um paradoxo médico de análise. À cargo da Higiene Mental, Emil Kraepelin (1855-1926) e suas teorias seriam reverberadas principalmente pelo médico psiquiatra

⁸ Nesse ínterim, destaca-se, conforme indica a historiadora norte-americana Nancy Stepan (2004), que “a maioria dos eugenistas era formada de médicos, não de cientistas pesquisadores praticantes, o que não é de surpreender em um país onde a carreira profissional de pesquisa científica acabara de ser institucionalizada e onde a medicina era um caminho normal para o status profissional” (Stepan, 2004, p.361).

⁹ Segundo compreende o cientista social e historiador Júlio Adiala (2011): “A classificação brasileira das doenças mentais era claramente influenciada pela psiquiatria organicista, principalmente pelo pensamento de E. Kraepelin, que enfatizava os aspectos físicos dos fenômenos psicopatológicos [...]” (Adiala, 2011, p. 130).

baiano Juliano Moreira (1873-1933)¹⁰.

Insta notar que, o advento propositivo do alcoolismo atrelado ao perigo criminal criaria uma série de instâncias legitimadoras para fiscalização preventiva, medicalização, punição e controle dos alcoólatras. Assim, o conceito de periculosidade, nascido da criminologia ainda no século XIX, mostrou-se adaptável aos saberes e discursos médico-jurídicos, de modo que atravessou séculos, ainda sendo atualmente instrumentalizado na necessidade em determinar o suposto grau de periculosidade de um sujeito, no que tange às infrações, ou possibilidade de as fazê-las no futuro. A periculosidade liga-se mais ao que pode vir a ser do que de fato ao que é.

Por sua vez, “[...] a periculosidade ainda seria vista na psiquiatria como um estado permanente, como uma essência de certos indivíduos criminosos e mentalmente perturbados” (Mitjavila; Mathes, 2012, p. 1388). Nesse tom, conforme reforça a filósofa Sandra Caponi: “[...] será construído um instrumento médico-político capaz de [...] controlar as populações e raças consideradas perigosas: as estratégias higiênicas e eugênicas dos séculos XIX e XX” (Caponi, 2009, p. 543). De antemão, assim, visando o desejo eugênico pela “qualidade hereditária da raça”, é preciso realçar a significação de doença na primeira metade do século XX, e em particular, dentro dos discursos médicos, eugenistas e higienistas, que recaíam sobre o corpo quando tratada da questão alcoólica. O alcoolismo, já no início do século XX, era posto em associação junto à vadiagem, criminalidade, imoralidade, ociosidade, além de trazer à baila, outras ligações, tais como, à nível de exemplo, as conexões do alcoólatra com a loucura, enquanto suposta consequência do vício. E pior, poderia comprometer a hereditariedade da raça.

As relações do alcoolismo com a deterioração do organismo eram evidentes na ótica de Renato Kehl (1889-1973), tido como o “pai da eugenia” no Brasil, para o qual: “[...] o alcoolismo atuava diretamente sobre as células reprodutoras, o germoplasma, causando diversas ‘desordens blastofíticas’ nos descendentes, como a [...] loucura, a alienação, a criminalidade” (Souza, 2019, p.171). O alcoolismo, na modernidade, parece ocupar um lugar comum de análise médica e da sociedade em geral. Em um viés foucaultiano, “o pecado mor”, reside no indivíduo que foge ao sistema de controle, tal como o viciado em álcool, o alcoólatra.

Por conta disso, aliás, de acordo com Michel Foucault “podem-se repensar todos os problemas da proteção da saúde, todos os problemas da higiene pública em elementos capazes ou não de melhorar o capital humano” (Foucault, 2008, p. 316). O vivenciar corporal no cotidiano moderno passa a concentrar atenções voltando-se à forma em que

¹⁰ De acordo com Priscilla Basso (2014, p. 94) “A Juliano interessaram especificadamente a paranoia - considerada uma enfermidade da personalidade - e diagnósticos de fenômenos que acometiam a esfera orgânica do indivíduo (lepra, alcoolismo, sífilis), lócus dos elementos propiciadores de doenças mentais por um processo degenerativo”.

o mesmo é utilizado, atribuindo ao corpo um sentido coletivamente social dentro de uma lógica de controle biopolítico da população. Talvez, seja nessa mesma linha de pensamento que Sandra Caponi vai indicar que “o corpo e a vida passaram a se transformar em alvo privilegiado de saber e de intervenções corretivas” (Caponi, 2009, p. 532).

Em tal condição de análise, é forçoso percorrer algumas das concepções e idealizações médicas no tratar, cuidar, e “recuperar” do corpo, visto que, se o corpo na modernidade era capaz de se perder em meio aos vícios, era igualmente possível, em alguns casos, de ser racialmente aperfeiçoado, aprimorado e potencializado, tanto em suas formas físicas quanto mentais. Parte-se, assim, da concepção de que o corpo, é entidade biológica e sócio-histórica, estruturalmente construída, mediada pelos discursos científicos e saberes médico-jurídicos. O corpo, enquanto construção social, sofre efeitos discursivos dos saberes jurídicos e médicos. Logo:

No pensamento jurídico, o corpo das pessoas passou a ser o foco de detecção, ordenamento, julgamento e punição. Tudo isso a partir das premissas estabelecidas pelo saber médico da distinção, de classificação, higiene e inventário. Esse saber criminológico embalou os sonhos dos médicos e juristas brasileiros [...] (Moreira, 2012, p.232).

Dentro dessa visão, a questão do vício, contudo, foi exponencialmente posta em vigilância pública quando a mesma envolvia a classe trabalhadora operária. E nesse sentido, aliado ao contexto de discussão eugênica e sanitária, e às grandes correntes imigratórias que se intensificaram a partir do fim do século XIX, após abolição da escravidão em 1888, e aliada à urbanização crescente, culminou por fazer dos sujeitos urbanos do século XX, em particular os proletariados, indivíduos constantemente vigiados e controlados pelo Estado, fosse pelas práticas de higiene, fosse pelo aparato jurídico.

E, é claro também, que as categorias raça e gênero estiveram presentes, visto que “o saber médico-jurídico reforçava as leituras do corpo e criava outras tantas partindo de sua superfície, anatomia e fisiologia: o negro e a mulher precisavam ser objetivados” (Moreira, 2012, p. 235). Já imersos num Brasil que adotara as teorias raciais no fim do século XIX, o olhar sobre os homens e mulheres negras na pós abolição conferiu-lhes adjetivos nada sutis: “vagabundos”, “preguiçosos”, “bêbados”, “prostituição”, “doentes”, “imorais”. Nessa conjectura, assim, “as elites educadas receavam a violência e o perigo que representavam os negros e mulatos, retratados como preguiçoso, doentes, bêbados e em permanente estado de vagabundagem” (Stepan, 2004, p.337).

Numa nova ordem de etiquetamento, as chamadas “classes perigosas” passaram pelo

disciplinamento. Rodas de samba e prática da capoeira foram proibidas por meio da Lei dos Vadios e Capoeiras no Código Penal de 1890, e permaneceram vigentes até 1937, quando foram despenalizadas por Getúlio Vargas (1882-1954). Sob égide da norma, a rua e o espaço público tornaram-se espaço de vigia. Isto posto, é de se relacionar ao que diz André Mota, ao afirmar que a “[...] rua ganhou uma destinação normatizada, a de passagem e circulação, reservando àqueles que nela permaneciam a ação controladora e higienizadora dos representantes do Estado, organizando a cidade [...]” (Mota, 2018, p.4).

E de fato, pois, a modernidade permitiu e concedeu a um conjunto de dispositivos de poder agir na manutenção e aperfeiçoamento do corpo, buscando minimizar os riscos, fazendo do sujeito um ser mais produtivo e obediente possível, tendo em vista que “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (Foucault, 1988, p. 134). A vida adquire valor qualificável, útil ao Estado. Conforme assinala Sandra Caponi o “objetivo último da biopolítica será instalar para cada risco ou perigo que possa vir a ocorrer” (Caponi, 2012, p. 107).

Assim posto, em argumentos calcados no risco da imoralidade do sujeito, o sentido de “demonização” do álcool e seu efeito ao corpo, mostrava-se preocupação aos médicos eugenistas, higienistas e juristas da primeira metade do século XX, uma vez que, supostamente, traziam outros reflexos na vida cotidiana do indivíduo, como a improdutividade ao trabalho, a imoralidade e a consequente transgressão da lei.

Ademais, claramente, prestou como forma de controle do Estado aos pobres e doentes alcoólatras. Conforme é dito pela historiadora norte-americana Nancy Stepan: “Pobreza, doenças venéreas e alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral” (Stepan, 2004, p.349). Nesse transcorrer, é preciso relacionar a afirmação aos dizeres de que: “[...] o alcoolismo como fator etiológico do crime teria uma forte ancoragem nas escolhas morais dos trabalhadores [...]” (Espíndola; Mitjavila, 2020, 153).

Para o capital, o alcoolismo significava deterioração e perda qualificada de trabalhadores. Eduardo Menéndez bem postula que “o álcool será considerado uma substância geradora de violência, que potencializa a violência ‘natural’ e ‘degenerada’ das classes perigosas [...]” (Menéndez, 2020, p. 26). Destarte, esperava-se que o álcool, quando inferido em pouca ou grande quantidade, provocasse no indivíduo a perda de suas ações sobre sua vida, em especial, ainda, o préstimo para o trabalho e para a vida em sociedade, levando o sujeito ao mundo do crime e da loucura. Portanto: “O poder disciplinar, que se [...] promove uma economia anátomo-política das forças, que investe o corpo dos indivíduos de modo a torná-los úteis e dóceis ao capital em plena ascensão” (Tavares, 2011, p.125).

Acerca dos efeitos alcoólicos na capacidade produtora e operacional do sujeito, foram

enquadrados pela medicina higienista dentro dos chamados “veneno racial”, doenças e/ou “costumes” perigosos à prole hereditária e, portanto, à coletividade social. Assim posto, incorporou-se ao alcoolismo e ao alcoólatra, a imagem-modelo de tudo que havia de mais anormal e perigoso a ser evitado, e enfrentado, pelo poder público. Nesse sentido, o sociólogo francês Robert Castel (1991) entende que “[...] só pode haver imputações de periculosidade, postulando a hipótese de relação mais ou menos provável entre determinados sintomas presentes e um determinado ato por vir” (Castel, 1991, p.283).

Por sua vez, portanto: “[...] é sempre permitido pensar que ele (indivíduo perigoso) poderia ter passado à ação (de um crime) se não tivesse sido impedido” (Castel apud Almeida, 2009, p. 87). A intervenção, assim, em forma de prisão, medicalização e/ou internação psiquiátrica é lembrada como biopolítica de impedimento que, vestida de caráter preventivo, advoga pela vigia, controle e gestão do social. Logo, “o problema fundamental que a periculosidade coloca para a política não é tanto o da caracterização da sua natureza, mas sim o dos procedimentos que deveriam ser adotados para enfrentá-la” (Almeida, 2009, p. 129). É buscar antecipar e/ou prevenir o perigo. Nesse intento, o meio jurídico vai oferecer instrumentos potentes de enfrentamento ao que, supostamente, poria em suspensão a normatividade.

Nesse ínterim, trazendo a discussão ao campo jurídico, como medida de enfrentamento aos “perigosos”, o Código Penal Brasileiro, decreto-lei nº 2.848 de 1940, originado no período ditatorial do Estado Novo (1937 - 1945), sob governo de Getúlio Vargas (1883-1954), é um dos modelos de combate à periculosidade criminal, encaixando os embriagados dentro da categoria de perigosos. Lembra-se que de acordo com o Código Penal de 1940, fora instituída uma “‘medida de segurança’ com um caráter preventivo pautado na ideia de periculosidade. Foram criados, nesse código, a segregação hospitalar; a assistência; o tratamento; a custódia e a reeducação dos criminosos e infratores” (Moreira, 2012, p. 236).

Em essência, a ideia de prevenção atrela-se ao de periculosidade. Em nome do preventivo age-se para afastar o “perigoso” e nesse descortinar, a lógica jurídica é essencial. Acerca do Código Penal de 1940, segundo Kátia Mecler (2010), constava-se disposto no Código o enfrentamento aos “alcoólatras-perigosos”, em que, nos termos do artigo 78, era concretizado no inciso III, dizendo: “[...] os condenados por crime cometido em estado de embriaguez pelo álcool ou substância de efeitos análogos, se habitual a embriaguez” (Mecler, 2010, p.74). Com efeito, desde meados do século XIX, o conceito e aplicabilidade da periculosidade criminal é construída amparada nas formas penais-discursivas, com apoio da medicina, dos diagnósticos psiquiátricos.

Considerando essa lógica, Myriam Mitjavila e Priscilla Mathes (2016) apresentam nos

seguintes termos dois saberes responsável pela identificação da periculosidade. A rigor, de acordo com elas: “[...] a racionalidade jurídica e a racionalidade médica, (são) dois tipos de saberes responsáveis por, além da definição, pela utilização de instrumentos para detectá-la e administrá-la. (Mitjavila; Mathes, 2016, p. 850). Havia no Brasil das primeiras décadas do século XX uma disputa entre a medicina e o direito pela hegemonia do saber e da condução do Brasil rumo ao futuro. Das Faculdades de Medicina, despontavam a da Bahia com Nina Rodrigues e a faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Do Direito, destacavam-se a Faculdade de Recife e São Paulo.

A ligação entre os saberes da medicina e os saberes judiciários na modernidade atuarão em conjunto na vigia dos corpos desviantes, anormais. Nesse ínterim, faz necessário lembrar a construção de anormalidade fundamentada por Foucault. O poder de normalização de acordo com ele, não permaneceu só na instituição médica ou jurídica, mas sim em um jogo “que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições, (e) estendeu sua soberania em nossa sociedade” (Foucault, 2001, p. 32).

Nas tramas desse diálogo, com auxílio dos saberes especializados, o poder da norma configura-se em fazer regular as práticas e enquadrar os indivíduos em parâmetros de normalidade. Em tempo, uma suposta condição degenerativa resultante das substâncias do álcool no corpo do consumidor, é atribuída à prática do beber, cabendo ao Estado, em sua função vigilante, prevenir as ditas taras morais, vícios sociais, além é claro, de regular o acesso da população ao consumo alcoólico. À guisa de ilustração, lembra-se aqui da histórica Lei Seca popularizada nos Estados Unidos das primeiras décadas do século XX, entre 1920 a 1933. Notadamente, além de ter conseguido ser pouco efetiva, a Lei Seca norte-americana produziu poucos efeitos educadores efetivos, sendo constantemente burlada.

Evidentemente, as preocupações centradas ao corpo não estavam, ou estão, livres de arbitrariedades político-discursivas, pelo contrário, se alocam próximo ao estado de gerenciamento da vida, condição que, Michel Foucault vai denominar de biopolítica. Em Foucault: “[...] deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]” (Foucault, 1988, p.133). Nessa configuração, o ideal eugênico instrumentalizou os ditames biopolíticos para fazer agir sobre as populações estatísticas de nascimento e morte, de definições de saúde/doença, normal e anormal.

Não por acaso que, ao percorrer as trilhas biopolíticas que a teoria foucaultiana proporciona, chega-se ao entendimento de que na modernidade, em conjunto com o aparato jurídico, e com o avanço da ciência e da medicina, creditou-se à essa articulação

de saberes penais e médicos construídos, a suposta possibilidade de avaliar e prevenir o surgimento de indivíduos perigosos, ou/e de ações-práticas desviantes da normalidade socialmente estabelecida. Não à toa, em *A ordem do discurso* (2014), o filósofo francês Michel Foucault, aponta nos seguintes termos que:

[...] o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra de lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (Foucault, 2014, p. 1).

Ou seja, os sujeitos estavam (e estão) suscetíveis aos discursos e saberes médico-penais. No que concerne à gestão dos perigos e do controle do saber médico sobre as práticas humanas, portanto, a periculosidade do sujeito encontrou-se entrelaçada entre o diagnóstico psiquiátrico e a possibilidade futura do indivíduo cometer infração penal, devido à sua condição clínica, necessitando daí, de uma intervenção do Estado, com seu aporte médico-jurídico. Nesse tratar, conforme Sandra Caponi (2014):

[...] falar de um poder que se refere à vida significa afirmar que o homem enquanto espécie se transformou em objeto de tecnologias do saber e poder normalizadores que permitem regularizar os fatos biológicos próprios das populações, tendo como marco de referência os parâmetros estabelecidos pelas ciências da vida. A vida a qual se refere a biopolítica remete por um lado ao campo dos discursos biológicos, médicos e higiênicos, porém, ela se vincula também e de um modo peculiar ao campo do político. De fato, deveríamos dizer que quando Foucault fala de biopolítica não é realmente a política da vida o que está em questão, mas as práticas de governo que se exercem sobre os corpos e as populações. A noção de vida situa-se no centro da cena, não só como objeto de tematização das ciências biológicas, mas também como um espaço privilegiado para garantir a governabilidade e a gestão das populações nas sociedades modernas (Caponi, 2014, p. 31).

A filósofa Sandra Caponi (2014) percorre a linha de raciocínio indicada por Foucault acerca da biopolítica, e assim, é sintomática a condição do “indivíduo perigoso” no século XX, que é, se não reconstruído, ao menos reconduzido discursivamente. Não à toa, na gestão biopolítica, o alcoolismo é colocado e associado por ordem do discurso, junto à criminalidade, loucura, imoralidade, improdutividade e insalubridade, tornando-se o alcoólatra, por si só, um indigno de permanecer na coletividade social, e por isso, passível e possível de ser enclausurado em intuições carcerárias e manicomiais, por exemplo.

Nessa lógica, com a legitimidade conferida ao saber médico, afastando-se o “perigoso” do convívio social a sociedade estaria livre. Assim, conforme esclarece Robert Castel (1991) “confinar significava neutralizar, se possível com antecedência, um indivíduo considerado perigoso [...]” (Castel, 1991, p.283).

Nessa compreensão, em um viés biopolítico, o confinamento dos perigosos assumia função legitimada de intervenção, que justificava-se na antecipação de um suposto problema maior a porvir. Além disso, seguindo o rastro da literatura de Castel, seria preciso também intervir em instituições como: “[...] a escola, as Forças Armadas, a família, à guisa de prevenção e profilaxia” (Portocarrero, 2002, p. 104). Não é por acaso, assim, que a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) aplicava seus programas e campanhas antialcoólicas nos estados brasileiros focalizando escolas, igrejas, quartéis.

Nessa linha, segundo indicam Rabinow e Rose (2006), é possível compreender essas questões sob conceito de biopolítica como aquele que abrange e abarca “[...] as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas eficazes” (Rabinow; Rose, 2006, p.28). Em constatação, portanto, ficam nítidas as tratativas acerca do corpo-espécie, posto que a invisibilização dos “perigosos” alcoólatras, torna-se ponto latente na análise da gestão do social, em que sob vigência dos discursos, os ditos anormais são legalmente afastados do convívio social - sob tutela da psiquiatria, ao sancionar o confinamento dos “perigosos”¹¹.

Em linhas gerais, no que toca aos alcoólatras, tidos como perigosos no contexto eugênico e higienista, da primeira metade do século XX no Brasil, deixados para serem “tratados” nos hospitais psiquiátricos, misturou-se os sentidos de punição, castigo, cuidado e tratamento. Assim, “não existia distinção clara entre punição e tratamento. De maneira indiscriminada, ministravam-se banhos como tratamento, mas também para controle de pacientes “nervosos” (Schwarcz, 2011, p. 121).

Destarte, à nível biopolítico, o que está em jogo, e o que na verdade, sempre esteve, pelo menos desde a instauração da modernidade no século XVIII, fora o controle dos corpos pelas práticas médico-psiquiátricas aliadas a um desejo preventivo de danos futuros ao coletivo social, uma vez que “o poder se situa e exerce ao nível da vida, da especial da raça e dos fenômenos maciços de população” (Foucault, 1988, p. 128). Assim considerado, a vida é o campo de ação (e de desejo) das racionalidades jurídicas e médicas. Em sintonia com o manifestado acima, devem ser consideradas as estratégias estatais biopolíticas, que ao longo da primeira metade do século XX, fizeram-se presentes no estado brasileiro

¹¹ Lembra-se aqui o vivido pelo escritor carioca Lima Barreto (1881-1922), em suas internações manicomiais por alcoolismo. Sobre sua doença, o mesmo chegara a inferir: “Uma bebedeira puxa outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso” (Barreto apud Schwarcz, 2011, p. 130).

sob forma de combate ao alcoolismo e aos alcoólatras.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, com auxílio da perspectiva foucaultiana acerca da análise da periculosidade na primeira metade do século XX, viu-se que desde o fim do século XIX, saberes médico-jurídicos germinaram justificando legitimidade no/do gerenciamento da vida social. Nesse mesmo contexto, numa cumplicidade entre os saberes, os desvios da normalidade caberiam tanto ser detectados pelos médicos quanto penalizados pelos magistrados, envolto a um poder normalizador estatal. Nessa compreensão, já na primeira metade do século XX, o Código Penal de 1940 mostrou-se instrumento de vigia e normalização.

Em tempo, o saber advindo da medicina é destinado ao coletivo, e conforme mostrou-se, trouxe consigo a sinalização de indicativos corretivo-normativos, destinados ao corpo-espécie da população. Do apresentando, conclui-se que a invenção da norma se torna ponto de encontro entre os saberes médicos e jurídicos. Dentro desse escopo, a lógica higienista utilizou-se do alcoolismo, da prostituição e das doenças venéreas para enquadrá-los como vícios/males sociais, com potencialidade de levar o indivíduo a uma degeneração racial, moral e física.

Isso estabelecido, a periculosidade na psiquiatria, em específico, serviu como um carimbo dado aos ditos anormais, ficando eles marcados sob estigma de perigosos. Não obstante, as intervenções médico-políticas sobre o indivíduo dito perigoso, constituiu, ainda, uma outra potencialidade de análise. Assim, certamente, as medidas pensadas aos “perigosos alcoólatras” encaixaram-se bem aos discursos eugenistas e higienistas correntes do Brasil da primeira metade do século XX, servindo como instrumento de controle, normalização e vigilância dos corpos.

Vislumbra-se, assim, por fim, a periculosidade como uma construção social instrumentalizável, em que, no estrato da alteridade, o perigoso é sempre o outro!

REFERÊNCIAS

ADIALA, Júlio Cesar. Drogas, Medicina e civilização na Primeira República. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, Francis Moraes de. Fronteiras da sanidade: da “periculosidade” ao “risco” na articulação dos discursos psiquiátricos forenses e jurídicos no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL (ABHM). As Nossas Campanhas. ABHM, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, p.57-58, 1929.

BASSO, P. M. Crime e loucura: a psiquiatria forense e a medicalização da periculosidade criminal. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CAPONI, S. Viver e deixar morrer: biopolítica, risco e gestão das desigualdades. Revista Redbioética/Unesco, Montevideu, ano 5, v. 2, n. 10, p. 27-37, 2014.

_____. Biopolítica e medicalização dos anormais. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19, v. 2, 2009, p. 529-549.

_____. Classificar e Medicar: A gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. Revista Interthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p.101-122, jul. /dez. 2012. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n2p101/23517>. Acesso em: 19. set. 2024.

CASTEL, R. From dangerousness to risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Orgs.). The Foucault effect: studies in governmentality. Chicago: Univerisity of Chicago Press, 1991, pp. 281-298.

ESPÍNDOLA, Luiz Carlos; MITJAVILA, Myriam. O álcool na etiologia do crime: indagações nos arquivos brasileiros de higiene mental (1925-1947). In: Myriam Mitjavila; María Fernanda Vásquez (Orgs) Crime, medicina e sociedade: perspectivas sócio-históricas. São Paulo, Ed. LiberArs, 2020, p. 141-158.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Os anormais: curso dado no Collège de France (1974 - 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca Saúde e Muita Saúde: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MECLER, Kátia. Periculosidade: evolução e aplicação do conceito. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, 20 (1), p. 70-82, 2010.

MENÉNDEZ, E. L. Morir de alcohol: saber y hegemonía médica / Eduardo L. Menéndez. - 1a ed ampliada. - Remedios de Escalada: De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús, 2020.

MITJAVILA, Myriam e MATHES, Priscilla. Labirintos da medicalização do crime. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 4, p. 847-856, 2016.

_____. Doença mental e periculosidade criminal na psiquiatria contemporânea: estratégias discursivas e modelos etiológicos. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 22 [4]: 1377-1395, 2012.

MOREIRA, Rosemeri. Corpo e maternalismo nos saberes jurídicos e criminológico. MÉTIS: história & cultura - v. 11, n. 21, p. 229-244, jan./jun. 2012.

MOTA, A. A moderna cidade de São Paulo e as doenças do progresso, 1930-1970. Khronos, [S. l.], n. 6, p. 30, 2018. DOI: 10.11606/khronos.v0i6.150669. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/150669>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PORTOCARRERO, Vera. “Parte II - O Século XX e a Nova Configuração da Prática Psiquiátrica no Brasil”. In: Arquivos da Loucura. Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Era Porto Carrero. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002. p.93-143.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 27-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SANTOS, F. S. D. D. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 3, n. 2, p. 75-96, 1993.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. O homem da ficha antropométrica e do uniforme pandemônio: Lima Barreto e a internação de 1914. Sociologia & Antropologia, v.1, 2011.

SOUZA, Vanderlei S. de. Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no

período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil (1917-1940). In: HOCHMAN, Gilberto (org.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 331-382.

TAVARES, Gilead Marchezi. O dispositivo da criminalidade e suas estratégias. Revista de Psicologia; 2011; 23(1): 123-136.

JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: REALIDADES E PERSPECTIVAS DE JOVENS DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ

SAMUEL PIRES MELO¹²

GABRIEL CLYSMAN PEREIRA¹³

RESUMO

Este artigo analisa as relações entre juventude, trabalho e educação em Ilha Grande do Piauí. A pesquisa, um estudo de caso, sob abordagem qualitativa baseou-se em entrevistas com 10 estudantes do ensino médio e na análise de conteúdo, articulando contribuições teóricas da sociologia das juventudes. Os resultados revelam que os jovens atribuem à educação um papel central, embora critiquem o suporte escolar para a inserção no mundo do trabalho. Portanto, os jovens demonstram esperança no futuro, mas também criticidade ao sistema educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Trabalho; Educação; Meritocracia; Ensino Médio.

ABSTRACT

The results show that young people view education as central to transforming their realities, although they criticize the insufficient school support for entering the job market. This article examines the relationships between youth, work, and education in Ilha Grande do Piauí. The research, a case study with a qualitative approach, was based on interviews with 10 high school students and content analysis, incorporating theoretical contributions from the sociology of youth. The results show that young people attribute a central role to education, although they criticize the school's support for entering the world of work. Thus, the youth express hope for the future but also critique the educational system.

KEYWORD: Youth; Work; Education; Meritocracy; High School.

¹² Docente do Departamento de Ciências Sociais da Educação da UFDpar.

¹³ Mestrando em Sociologia pela UFPI.

Introdução

Nas últimas décadas, as profundas transformações estruturais no mundo do trabalho - marcadas pela precarização, flexibilização e desregulamentação das relações laborais - reconfiguraram radicalmente as trajetórias juvenis, especialmente em contextos periféricos (STANDING, 2011; CORROCHANO, 2014). No Brasil, esse cenário assume contornos particulares quando analisado à luz das desigualdades regionais e da crise estrutural do sistema educacional, que sistematicamente falha em articular formação humana e demandas do mercado (DAYRELL, 2014; ARROYO, 2014). Este artigo investiga como jovens estudantes do ensino médio em Ilha Grande do Piauí - município com IDH baixo (0,563) e economia baseada predominantemente em pesca, turismo e comércio local - constroem suas expectativas de inserção laboral, problematizando o papel ambíguo da escola entre potencial emancipatório e reprodução de desigualdades estruturais.

A pesquisa se justifica por três lacunas fundamentais na literatura: (1) a escassez de estudos qualitativos sobre juventudes em pequenos municípios do semiárido nordestino, onde as dinâmicas trabalho-educação assumem configurações singulares diante da limitada diversificação econômica; (2) a necessidade de desnaturalizar o discurso meritocrático hegemônico que atribui aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso (FRASER, 2016), obscurecendo determinações estruturais; e (3) a urgência de analisar criticamente os impactos da implementação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) em contextos de vulnerabilidade social acentuada, onde as políticas educacionais frequentemente chegam de forma tardia e descontextualizada.

Ancoramo-nos teórica e conceitualmente em três eixos principais: primeiro, no conceito de “juventudes” no plural (GROPPO, 2000; REZENDE, 1989), que reconhece as heterogeneidades de classe, gênero, raça e território, resistindo a visões homogeneizantes; segundo, na teoria da reprodução social de Bourdieu (1983) e seus desdobramentos contemporâneos, que iluminam como a escola pode tanto perpetuar desigualdades quanto servir como espaço de resistência e ressignificação; e terceiro, nos estudos críticos sobre o trabalho juvenil (CORROCHANO, 2014; NONATO & CORROCHANO, 2021), que analisam a precariedade como dimensão constitutiva das biografias jovens nas periferias do capitalismo. Dialogamos ainda com a produção recente sobre neoliberalização da educação (LAVAL, 2004; HARVEY, 2005) e com as contribuições de Nancy Fraser (2016) sobre justiça redistributiva e reconhecimento.

Metodologicamente, optamos por um estudo de caso qualitativo (YIN, 2015) realizado na única escola de ensino médio do município, combinando: (1) entrevistas semiestruturadas com 10 estudantes (5 do 1º ano e 5 do 3º ano), selecionados para captar diferenças nas

perspectivas ao longo do ciclo educacional; (2) análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos discursos sobre trabalho, futuro e o papel da educação; (3) observação participante do ambiente escolar; e (4) análise de dados secundários do IBGE, IDHM e do Plano de Desenvolvimento Territorial local. A triangulação desses métodos permitiu mapear tanto as representações dos jovens quanto as condições materiais que as estruturam.

Nossos resultados revelam uma contradição central: enquanto os jovens depositam na educação suas esperanças quase exclusivas de mobilidade social, reproduzindo um discurso meritocrático internalizado, a escola demonstra incapacidade estrutural de mediar sua inserção laboral de forma crítica e contextualizada. Esta pesquisa oferece três contribuições principais: (1) evidências empíricas sobre as estratégias de sobrevivência e os projetos de futuro da juventude em contextos de baixo desenvolvimento regional; (2) uma crítica fundamentada à naturalização da precariedade como “oportunidade” (LAVAL, 2004) nos discursos educacionais; e (3) subsídios para políticas públicas que articulem educação e trabalho a partir das realidades locais, não de modelos importados.

Como limitações do estudo, reconhecemos: (1) o número reduzido de entrevistas, ainda que suficiente para saturação teórica no contexto investigado; (2) a necessidade de futuras pesquisas comparativas com outros municípios do litoral piauiense; e (3) a importância de aprofundar, em estudos subsequentes, as diferenças de gênero nas expectativas laborais, apenas tangenciadas nesta investigação.

A análise está organizada em quatro seções: (1) referencial teórico sobre juventudes, trabalho e educação; (2) detalhamento metodológico; (3) apresentação e discussão dos resultados; e (4) considerações finais com recomendações para políticas públicas e pesquisas futuras. Acreditamos que este trabalho possa informar tanto o debate acadêmico sobre desigualdades educacionais quanto as práticas pedagógicas em contextos similares.

Apontamentos teóricos sobre juventudes, educação e trabalho

A análise das relações entre juventude, trabalho e educação exige um arcabouço teórico multidimensional, capaz de articular as transformações estruturais do mundo do trabalho com os processos educativos e as construções identitárias juvenis. Estes apontamentos organizam-se em torno de três eixos inter-relacionados: as concepções sociológicas das juventudes, a precarização do trabalho na contemporaneidade e o papel ambivalente da educação. Busca-se, assim, compreender as formas pelas quais tais dimensões se entrelaçam na produção das desigualdades sociais e nas possibilidades de resistência e transformação.

Juventudes como categoria sociológica plural

A concepção de juventude não pode ser compreendida como categoria homogênea ou estática. Conforme argumenta Bourdieu (1983), o conceito é frequentemente instrumentalizado para reforçar estruturas de poder, naturalizando desigualdades sociais. Rezende (1989) propõe o uso do termo no plural - “juventudes” - para capturar a diversidade de experiências marcadas por pertencimentos de classe, gênero, etnia e território:

Ao analisarmos os jovens, devemos considerar necessariamente seu meio de origem: camadas trabalhadoras, médias ou altas. Cada nível apresenta sua própria heterogeneidade, com ocupações diversas associadas a rendimentos e atributos sociais específicos (Rezende, 1989, p. 5).

Essas diferenças estruturais moldam modos de vida, valores e formas de sociabilidade. Groppo (2000) amplia essa análise ao criticar o modelo hegemônico de juventude - branca, masculina e ocidental -, propondo uma abordagem que reconheça a complexidade dos grupos juvenis subalternizados: “Grupos juvenis de operários, não brancos ou não ocidentais frequentemente adotam símbolos da cultura dominante, mas os ressignificam através de leituras críticas que contestam seus detentores originais” (Groppo, 2000, p. 17).

A multiplicidade das juventudes, portanto, não se limita a recortes etários, mas emerge de experiências socioculturais concretas que instituem trajetórias específicas, como argumenta Groppo (2000, p. 19). Bourdieu (1983) também contribui ao desnaturalizar a juventude como categoria homogênea, demonstrando como a idade é socialmente manipulada para atender a interesses de grupos dominantes, ocultando desigualdades profundas entre jovens estudantes e trabalhadores.

Precarização do trabalho e juventudes contemporâneas

As transformações recentes do mundo do trabalho impactaram profundamente as trajetórias juvenis. Estudos de Corrochano (2014) e Nonato e Corrochano (2021) evidenciam como a desregulamentação laboral, a flexibilização produtiva e o avanço de formas atípicas de trabalho intensificaram a precarização. A inserção profissional juvenil passou a ser marcada por contratos temporários, informalidade e atividades autônomas desprovidas de direitos.

Nonato e Corrochano (2021) identificam quatro dimensões centrais do trabalho para as juventudes brasileiras: necessidade de sobrevivência, construção de valor identitário, espaço de sociabilidade e busca por autonomia financeira. Essa dinâmica é particularmente visível em contextos periféricos como o município de Ilha Grande do Piauí, cuja economia baseada na pesca, turismo e comércio oferece poucas oportunidades de trabalho formal e estável.

Educação entre reprodução e resistência

A educação aparece como campo ambivalente: ao mesmo tempo que é apresentada como promessa de mobilidade social, frequentemente reproduz desigualdades estruturais. Bourdieu e Passeron (1975) destacam o papel da escola na conversão de vantagens culturais em “méritos” individuais. Mészáros (2008), por sua vez, denuncia a função ideológica do sistema educacional, que limita o pensamento crítico e naturaliza a lógica do capital:

Felizmente, muitos dos nossos processos contínuos de aprendizagem situam-se fora das instituições educacionais formais [...], pois esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. (Mészáros, 2008, p. 53).

Freire (1996) e Dayrell (2014), no entanto, destacam o potencial emancipatório da educação, especialmente quando esta se articula com as culturas juvenis. Em contextos como o de Ilha Grande, observa-se uma contradição: os jovens depositam suas esperanças na educação, mas enfrentam um sistema escolar incapaz de mediar a inserção laboral, reforçando um discurso meritocrático descolado das condições concretas de vida.

Savage (2021) e Dardot e Laval (2016) analisam a meritocracia como dispositivo ideológico central ao neoliberalismo, que responsabiliza os indivíduos por seu sucesso ou fracasso, ocultando os mecanismos sistêmicos de exclusão. Essa lógica é interiorizada por jovens que, apesar das adversidades, atribuem o êxito apenas ao esforço pessoal.

Conexões entre juventude, trabalho e educação

Moura (2014) contribui com uma leitura integrada dos três eixos desta análise. A autora evidencia a dualidade entre a educação voltada para empregados e empregadores, demonstrando como o mercado, embora demande maior qualificação, não garante absorção dos jovens no trabalho formal. A exigência de diplomas, experiência e atualização constante reforça a instabilidade e aprofunda as desigualdades: “Anos atrás diploma era garantia

de emprego, mas atualmente os jovens que concluem o ensino médio e universitário se deparam com uma forte concorrência de desempregados e com a exigência de um perfil que não possuem” (Moura, 2014, p. 12).

O empreendedorismo e o trabalho informal emergem como alternativas viáveis – muitas vezes, as únicas possíveis – o que acentua o individualismo e invisibiliza os condicionantes estruturais da trajetória juvenil.

A articulação entre juventude, trabalho e educação exige uma abordagem sociológica sensível à complexidade das determinações estruturais e às formas de agência possíveis. Ao dialogar com autores clássicos e contemporâneos, busca-se problematizar os limites da escolarização como instrumento de mobilidade social, destacando a centralidade do trabalho nas experiências juvenis e os desafios impostos pela ideologia meritocrática. Conforme propõe Fraser (2016), superar tais contradições requer políticas públicas que combinem redistribuição material com o reconhecimento das diferenças – tarefa urgente em realidades periféricas como a de Ilha Grande do Piauí.

Metodologia

Esta pesquisa adota o delineamento de estudo de caso, conforme definido por Yin (2015), com o objetivo de compreender, de maneira aprofundada e contextualizada, as relações estabelecidas entre os jovens residentes no município de Ilha Grande (PI) em uma escola de ensino médio e o mundo do trabalho. O estudo busca apreender os sentidos atribuídos por esses sujeitos à escolarização, às suas trajetórias sociais e às condições materiais e simbólicas que moldam suas experiências.

Segundo Yin (2015, p. 17), o estudo de caso configura-se como uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são nitidamente definidos. Nessa perspectiva, o contexto não é um dado externo, mas sim um componente indissociável do objeto de estudo.

Fontes de evidência: entrevistas e observação participante

As fontes primárias utilizadas neste estudo consistem em entrevistas semiestruturadas e observação participante realizadas no Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Marocas Lima – única instituição pública de ensino médio no município de Ilha Grande (PI). Ambas as técnicas foram aplicadas de forma integrada, visando captar as percepções juvenis

sobre trabalho e escolarização, bem como as dinâmicas institucionais e pedagógicas que moldam esse cotidiano.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com estudantes do 1º e do 3º ano do ensino médio, no primeiro semestre de 2024. Elas foram selecionadas com o intuito de contemplar tanto as expectativas iniciais quanto as percepções consolidadas em relação ao processo educacional e às perspectivas de inserção laboral. A seleção dos participantes baseou-se em critérios de acessibilidade e diversidade de experiências escolares e sociais. As entrevistas seguiram um roteiro flexível, possibilitando a emergência de temas relevantes não previstos inicialmente. Os diálogos foram registrados com o consentimento prévio dos participantes, por meio de gravações em aplicativo de áudio no celular.

Conforme Yin (2015, p. 117), as entrevistas são fontes fundamentais em estudos de caso, uma vez que oferecem acesso a dimensões humanas e comportamentais, permitindo compreender as motivações, significados e estratégias dos sujeitos sociais.

A observação participante, por sua vez, foi realizada em dias específicos de imersão no ambiente escolar e também durante a aplicação das entrevistas. Foram observadas atividades em sala de aula, interações nos intervalos, reuniões docentes e rotinas administrativas.

De acordo com Yin (2015, p. 119), a observação direta oferece evidências complementares valiosas, especialmente quando associadas a outras fontes, como as entrevistas. A imersão no campo possibilitou a construção de um olhar mais abrangente e crítico sobre as condições reais em que se insere a juventude investigada.

Procedimentos de análise: análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados empíricos, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme os procedimentos metodológicos propostos por Bardin (2011). Esta técnica tem como objetivo identificar os significados latentes nas falas e registros, ultrapassando a dimensão superficial do discurso e buscando compreender as estruturas simbólicas subjacentes às manifestações dos sujeitos.

A análise seguiu três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A pré-análise consistiu na organização do corpus, leitura flutuante, formulação de hipóteses e categorização preliminar dos conteúdos. Na etapa seguinte, procedeu-se à codificação sistemática dos dados, com base em categorias emergentes e teoricamente fundamentadas. Por fim, os resultados foram organizados em

quadros analíticos que possibilitaram a inferência e a interpretação à luz do referencial teórico adotado.

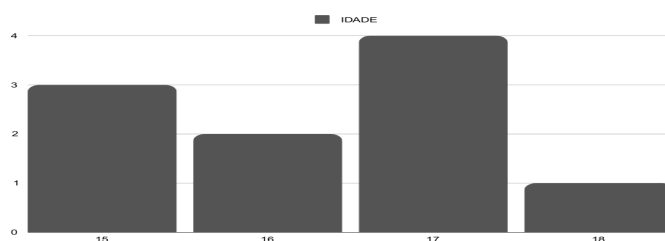
Assim, a combinação entre os procedimentos de coleta descritos por Yin (2015) e os métodos de análise de Bardin (2011) assegura à pesquisa consistência metodológica, validade interna e rigor analítico, fundamentos essenciais para a produção de conhecimento sociológico comprometido com a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam as juventudes, o trabalho e a educação.

Realidades e perspectivas de jovens do ensino médio de ilha grande do Piauí

Perfil dos Alunos Entrevistados

A amostra deste estudo compreendeu 10 estudantes regularmente matriculados no Centro de Ensino em Tempo Integral (CETI) Marocas Lima, instituição pública que oferece ensino médio integrado a cursos técnicos no contraturno escolar. Os participantes foram selecionados mediante procedimento intencional (PATTON, 2002), com idades entre 15 e 18 anos (média de 16,4 anos; desvio padrão de 1,2), distribuídos igualmente entre o 1º ano (15-16 anos) e 3º ano (17-18 anos) do ensino médio. (Ver figura 1)

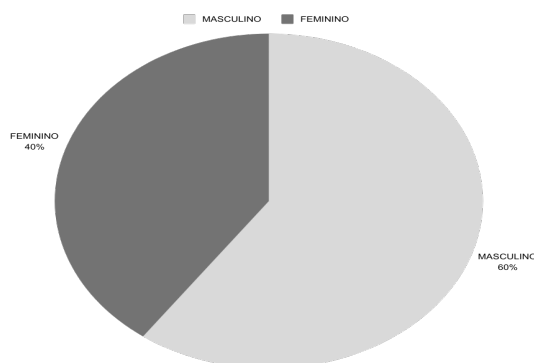
Figura 1 - Idade dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto à composição por gênero, 60% dos participantes (n=6) se autodeclararam do sexo masculino e 40% (n=4) do feminino, seguindo o princípio da autodeclaração espontânea conforme recomendações éticas para pesquisas com populações juvenis (Resolução CNS 510/2016). (Ver figura 2)

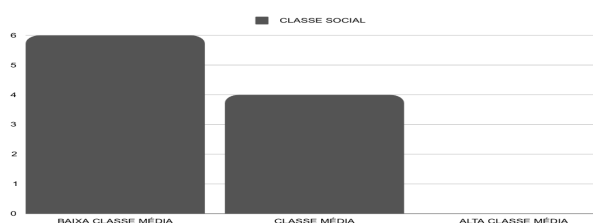
Figura 2 - Gênero dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No aspecto étnico-racial, observou-se que 80% dos entrevistados (n=8) se identificaram como pardos e 20% (n=2) como brancos, proporção que reflete o perfil demográfico regional conforme dados do IBGE (2022). A autopercepção de classe social revelou que 60% (n=6) se consideram pertencentes à baixa classe média, utilizando como referência os critérios da ABEP (2018), enquanto os demais 40% distribuíram-se em outras categorias socioeconômicas. (Ver figuras 3 e 4)

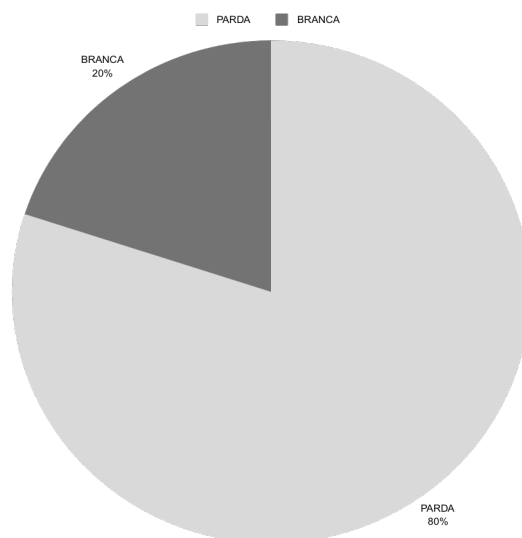
Figura 3 - Classe social dos Jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Vale destacar que a predominância de autodeclarações como pardos (80%) não apenas acompanha as tendências demográficas locais, mas também ressalta a importância de considerar as dimensões étnico-raciais nas análises sobre trajetórias educacionais e expectativas profissionais, particularmente em regiões marcadas por processos históricos específicos de formação populacional. A combinação entre os dados quantitativos apresentados e as narrativas qualitativas coletadas nas entrevistas permitiu construir um retrato multidimensional dos jovens participantes, fundamentando análises subsequentes sobre suas percepções quanto às relações entre educação e mundo do trabalho.

Figura 4 - Etnia dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Todos os participantes residiam no núcleo urbano central de Ilha Grande do Piauí ou em áreas adjacentes, com tempo médio de deslocamento até a escola de 22 minutos, fator que indica relativa homogeneidade no que diz respeito à acessibilidade geográfica à instituição educacional.

Representatividade das categorias juventude, trabalho e educação por jovens ilha-grandense.

A análise textual dos discursos dos entrevistados foi realizada por meio de procedimentos sistemáticos de linguística de corpus (BERBER SARDINHA, 2004), utilizando o software InSite (versão 4.2) para identificar termos estatisticamente significativos ($p < 0,05$) que compõem o núcleo central das representações sociais (MOSCOVICI, 2003) sobre trabalho e educação. Embora o roteiro semiestruturado tenha influenciado o direcionamento temático, a análise lexical permitiu capturar categorias emergentes que transcendiam o escopo pré-definido da pesquisa. O processo incluiu a depuração do corpus por meio da exclusão de palavras-função (artigos, preposições, conjunções) e verbos de ligação, além da padronização morfológica (lematização), seguindo os princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Essa abordagem quantitativa complementou a análise qualitativa, possibilitando a identificação de núcleos de sentido compartilhados, o mapeamento de redes semânticas implícitas e a triangulação entre dados discursivos e estatísticos. (Ver quadro 1)

Quadro 1 - Palavras-chave identificadas.

PALAVRA	REPETIÇÕES
TRABALHO	32 Menções
FACULDADE	16 Menções
AJUDA	15 Menções
ENEM	14 Menções
CLASSE	12 Menções
FUTURO	11 Menções
MERCADO	9 Menções
REDAÇÃO	8 Menções
MATEMÁTICA	7 Menções
EMPREGO	5 Menções

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise quantitativa dos termos mais recorrentes nos discursos dos entrevistados revela uma estrutura semântica organizada em três eixos principais: trabalho (46 menções combinando “trabalho”, “mercado” e “emprego”), educação (45 menções reunindo “faculdade”, “ENEM”, “redação” e “matemática”) e suporte social (27 menções somando “ajuda” e “classe”). A proeminência absoluta do termo “trabalho” (32 ocorrências), com frequência dupla em relação ao segundo colocado (“faculdade” - 16), indica sua centralidade na construção identitária dos jovens pesquisados. A significativa diferença entre “trabalho” (32) e “emprego” (5) sugere uma distinção conceitual importante, onde o primeiro parece abranger dimensões existenciais mais amplas, enquanto o segundo se restringe à inserção formal no mercado. O binômio “faculdade-ENEM” (30 menções combinadas) evidencia o vestibular como mecanismo percebido de mobilidade social, enquanto a presença marcante de “ajuda” (15) e “classe” (12) revela uma consciência das determinações sociais que contradiz visões puramente individualistas. A relativa equivalência entre “redação” (8) e “matemática” (7) questiona estereótipos sobre a primazia das ciências exatas no imaginário meritocrático. (Ver quadro 1 e figura 5)

Figura 5 - Nuvem de palavras-chave.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A análise lexical das entrevistas, conforme quadro 2, revelou termos recorrentes que expressam as preocupações centrais dos jovens entrevistados, como “trabalho”, “faculdade”, “ajuda”, “emprego” e “ENEM”. Tais palavras foram agrupadas em categorias temáticas que expressam dimensões estruturais e subjetivas da experiência juvenil. A categoria “trabalho e mercado”, por exemplo, remete ao anseio por inserção profissional, ao passo que a categoria “educação/formação” revela tanto expectativas de mobilidade quanto dificuldades concretas, como a preparação para o ENEM e a percepção das disciplinas escolares. Já os termos ligados às condições sociais, como “classe” e “ajuda”, evidenciam a centralidade da família e das desigualdades econômicas nas trajetórias educacionais e laborais desses sujeitos.

Quadro 2 - Contexto em que as palavras-chave aparecem na entrevista.

PALAVRA	CONTEXTO
TRABALHO	O termo “Trabalho” se destaca não apenas pelo fato do direcionamento da pesquisa ser sobre essa temática, mas para além disso, há uma preocupação genuína dos jovens em relação ao que estes terão como ofício após a sua saída da educação básica.
FACULDADE	O termo “Faculdade” aparece associado ao próximo passo dos jovens estudantes na sua jornada profissional. Em diversos momentos os entrevistados demonstraram determinação genuína em adentrar um curso superior.
AJUDA	O termo “Ajuda” vem associado ao auxílio que os estudantes recebem de seus familiares para a permanência exclusivamente dedicados à sua educação, e também aparece quando os estudantes vão falar o motivo pelo qual estão estudando, que é ajudar seus pais nos custos em casa.
ENEM	O termo “ENEM” se destaca em suas falas sobre a preparação para a inserção no ensino superior através do exame.
CLASSE	O termo “Classe” aparece quando os jovens estudantes apresentam a sua situação socioeconômica, destacando o contexto em que vivem e suas condições financeiras.
FUTURO	O termo “Futuro” está associado às perspectivas dos jovens após sua saída da escola, em que estes elencam as possibilidades.

MERCADO	O termo “Mercado” está em 100% dos casos associados à falas referentes ao mercado de trabalho.
REDAÇÃO	O termo “Redação” aparece em destaque devido a esta ser uma das áreas que os estudantes sentem mais dificuldade em relação ao ENEM.
MATEMÁTICA	O termo “Matemática” aparece frequentemente quando os estudantes são questionados sobre quais áreas do conhecimento consideram mais importantes para a inserção no trabalho.
EMPREGO	O termo “Emprego” entra em evidência associado às perspectivas futuras dos jovens entrevistados que destacam a expectativa por um bom emprego.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Esta distribuição lexical corrobora estudos recentes sobre a socialização juvenil (CORROCHANO & FREITAS, 2015; DUBET, 2020), particularmente no que concerne à internalização de valores meritocráticos (SENNETT, 2006) e à complexa relação entre projetos educacionais e realidade laboral.

Expectativas dos Jovens e o Papel da Escola na Inserção no Mundo do Trabalho

A relação entre a escola e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho tem sido alvo de críticas por parte dos próprios estudantes, que apontam a insuficiência do suporte oferecido pela instituição escolar. Essa defasagem se manifesta na percepção dos jovens de que não há uma ponte efetiva entre a educação formal e as demandas do mundo do trabalho. Conforme destacam Nonato e Corrochano (2021, p. 32), o trabalho deve ser compreendido como um espaço de formação humana, no qual o sujeito se constitui enquanto ser social, desde que articulado a uma perspectiva de trabalho decente e educativo. No entanto, os discursos dos jovens entrevistados revelam que a escola não cumpre essa função de maneira satisfatória, deixando de proporcionar uma formação integral que os auxilie a se projetarem no futuro profissional. Um dos pontos centrais de insatisfação diz respeito à disciplina “Projeto de Vida”, instituída pela Lei nº 3.415/2017, que, na prática, não atende às expectativas dos estudantes. Como relata o Jovem 2:

[...] era para a gente se encontrar em cada aula deles o que a gente poderia querer ser quando a gente tivesse idade suficiente para a faculdade e saber o trabalho que a gente quer ter. Mas muitos deles (professores) não conversam sobre isso [...] a matéria Projeto de Vida, que eu imaginei que era nessa matéria que eles iriam conversar sobre no que a gente vai querer e como a gente pode reagir com isso quando tiver a idade adequada [...] Tem uns que já conversam mais sobre isso, mas a maioria não.

Essa fala evidencia a necessidade de maior engajamento dos educadores e da gestão

escolar em discutir, de forma sistemática, as possibilidades profissionais com os alunos, ampliando sua visão sobre o futuro. Além disso, há uma crítica à falta de estrutura para o enfrentamento de desafios como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme aponta o Jovem 3:

Tem uma parte que sim, podemos dizer que apoia. Mas ele não dá a estrutura adequada [...] começou isso agora, porque no primeiro ano não falava nada do ENEM. Começaram agora no terceiro [...] eu acho que ficaria melhor se a gente tivesse passado no primeiro.

Weller (2014, p. 141) reforça essa preocupação ao destacar que os jovens necessitam de apoio para projetar seu futuro profissional, mas muitas vezes não encontram na escola as condições necessárias para essa reflexão. A falta de preparo contínuo para o ENEM e vestibulares, especialmente em áreas críticas como matemática e redação, agrava essa defasagem.

Outro problema recorrente é a desconexão entre o currículo escolar e as aspirações profissionais dos estudantes. O Jovem 8, por exemplo, relata que sua área de interesse - Educação Física - não é devidamente contemplada: “A escola não me incentiva muito, porque o que eu quero fazer quase não dão aula aqui [...] na teórica eu acho que tem poucas aulas na semana, só tem uma, e na prática o professor não vem. Não tem!”

Essa situação ilustra um grave desestímulo às vocações dos alunos, uma vez que a escola falha em oferecer disciplinas essenciais mesmo quando estas integram a estrutura curricular obrigatória. Além disso, iniciativas extracurriculares, como cursos profissionalizantes, muitas vezes não são concluídas devido a problemas estruturais. O Jovem 4 menciona: “A gente não teve uma certa base em relação ao ENEM, vestibular [...] até teve um curso de serviços jurídicos, mas [...] não tivemos uma base monetária pra terminar [...] a gente concluiu, mas não sabemos se vamos ganhar o certificado.” Essa falta de continuidade reforça a percepção de desorganização e insuficiência no apoio oferecido pela escola.

Diante das lacunas escolares, muitos jovens recorrem ao suporte familiar para orientação profissional. O Jovem 5 destaca: “Não muito [a escola ajuda], por que assim, desde que eu entrei na adolescência meus pais me estimulam falando dessas coisas do mercado de trabalho e tudo mais.” Urge, portanto, uma revisão das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, de modo a integrar efetivamente a formação escolar com as exigências do mercado de trabalho e as aspirações dos jovens.

O papel da família e das redes de amizade nos conflitos juvenis em relação ao mercado de trabalho

A família exerce um papel fundamental na mediação entre destes jovens entrevistados e o mercado de trabalho, atuando tanto como suporte afetivo quanto como orientadora nas escolhas profissionais. Os relatos dos entrevistados evidenciam que os pais, especialmente as mães, tendem a incentivar a continuidade dos estudos como estratégia para garantir melhores condições de vida no futuro. O Jovem 1, por exemplo, destaca o posicionamento de sua mãe: “Minha mãe quer que eu foque mesmo nos estudos [...] ela diz que não é necessário eu estar me aperreando pra procurar emprego [...] se eu quero fazer faculdade, focar na faculdade. Ela disse que não tenha pressa para procurar um emprego.”

Esse discurso reflete uma perspectiva comum em famílias que, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, priorizam a educação como investimento no futuro dos filhos, adiando sua inserção precoce no mercado de trabalho. Moura (2014, p. 10) ressalta que muitos jovens buscam conciliar estudo e trabalho tanto por necessidade econômica quanto pelo desejo de autonomia. No entanto, no caso analisado, a família assume os custos da formação, permitindo que o jovem se dedique exclusivamente aos estudos.

Outro aspecto relevante é a transmissão intergeracional de experiências laborais negativas, que motiva os pais a orientarem os filhos a evitarem trajetórias profissionais precarizadas. Como afirma o Jovem 3: “Minha mãe fala pra eu estudar pra não sofrer, tipo assim, receber reclamações. Ela não quer essa vida pra gente, por isso ela quer que a gente estude.”

Nonato e Corrochano (2021, p. 33) reforçam que, em camadas populares, muitos jovens são obrigados a conciliar trabalho e estudo por necessidade de sobrevivência, o que frequentemente leva ao abandono escolar. Assim, quando a família consegue sustentar a dedicação exclusiva aos estudos, isso representa uma vantagem significativa na trajetória educacional do jovem.

Além da família, os grupos de amigos desempenham um papel crucial na construção das expectativas profissionais dos jovens. As interações entre pares permitem a troca de ideias, o compartilhamento de anseios e a construção coletiva de perspectivas de futuro. O Jovem 1 relata: “A gente tem coisas diferentes, só que todo mundo compreende o outro [...] tem alguns que ainda estão dentro da bolinha, têm medo de ir pro mundo [...] a gente fala pra ele: não vai, que pode dar certo!”

Essas dinâmicas evidenciam que os amigos atuam como suporte emocional e intelectual, ajudando uns aos outros a enfrentar incertezas e a explorar novas possibilidades. O Jovem 4 complementa: “Tenho um grupo de colegas que, quando a gente está em rodas de

conversa, fala sobre curso superior, meios de trabalho, como podemos engajar no mercado de trabalho.”

Essas conversas demonstram que, mesmo oriundos de classes sociais semelhantes, os jovens desenvolvem aspirações distintas, mas reconhecem a educação como caminho comum para alcançar seus objetivos. Além disso, atividades extracurriculares, como esportes, fortalecem esses laços e proporcionam espaços alternativos de socialização. Conforme relata o Jovem 8: “Pratico Jiu-Jitsu, vôlei e futsal, e dentro do meu grupo de amigos tem uns três que praticam as mesmas atividades que eu.”

Ao serem questionados sobre suas expectativas de futuro, todos os entrevistados afirmaram acreditar na educação como meio de ascensão social. No entanto, seus discursos revelam uma dualidade: enquanto alguns enfatizam o esforço individual, outros reconhecem os limites estruturais. O Jovem 7, por exemplo, expressa uma visão marcadamente meritocrática: “Hoje em dia a pessoa tem que ter vontade [...] se não sair com os estudos completos daqui, não vai ter um futuro bom.” Já o Jovem 8, embora também valorize a dedicação pessoal, atribui à escola um papel facilitador: “A escola só tá me dando um empurrão [...] eu já fiz minha parte, agora é com você.” Essa narrativa reflete a internalização de valores neoliberais que responsabilizam o indivíduo pelo sucesso ou fracasso, obscurecendo as desigualdades estruturais. Como alerta Arroyo (2014, p. 70), a escola reproduz lógicas seletivas e meritocráticas que reforçam a segregação social.

Os jovens entrevistados demonstram que tanto a família quanto as redes de amizade são fundamentais em sua preparação para o mercado de trabalho. Enquanto a família atua como incentivadora da educação, os amigos proporcionam espaços de diálogo e apoio mútuo. No entanto, a crença na educação como via de mobilidade social é permeada por discursos meritocráticos, que muitas vezes desconsideram as barreiras estruturais. Assim, é essencial que políticas educacionais e sociais ampliem o debate sobre as reais condições de acesso ao trabalho digno, evitando a culpabilização individual e promovendo perspectivas mais coletivas de transformação social.

Considerações finais

Este estudo buscou analisar as complexas relações entre juventude, trabalho e educação no município de Ilha Grande do Piauí, destacando o papel central da escola na construção de expectativas e na preparação dos jovens para o mercado de trabalho. Os resultados evidenciam que, embora a educação seja percebida como uma via fundamental para a transformação social, persistem lacunas significativas entre o currículo escolar e as

demandas reais dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

Os jovens demonstram esperança em relação ao futuro, mas também consciência crítica sobre as limitações do sistema educacional. A ausência de uma transição gradual entre os anos iniciais e finais do ensino médio, por exemplo, faz com que muitos só se atentem para questões laborais quando estimulados por agentes externos à escola, como familiares e amigos. Nesse contexto, a família e as redes de amizade emergem como suportes essenciais, oferecendo orientação e apoio emocional na construção de projetos de vida.

Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e personalizadas, capazes de articular educação e mundo do trabalho de forma concreta. Estratégias como estágios, visitas técnicas, programas de mentoria e oficinas de desenvolvimento de habilidades apresentam-se como alternativas viáveis para reduzir a distância entre a formação escolar e as exigências do mercado. Contudo, é fundamental que tais iniciativas considerem as particularidades socioeconômicas dos jovens, evitando abordagens homogeneizantes que desconsiderem desigualdades estruturais.

Esta pesquisa não investigou a existência ou efetividade de políticas públicas municipais direcionadas às juventudes, limitação decorrente do escopo temporal do trabalho de campo. Estudos futuros poderiam explorar, por meio de análises documentais e entrevistas com gestores, se há ações locais em vigor e como elas impactam a trajetória dos estudantes. Além disso, seria produtivo examinar como as percepções meritocráticas identificadas nos discursos dos jovens dialogam (ou conflitam) com políticas coletivas de inclusão.

Para garantir uma inserção digna e igualitária no mercado de trabalho, é imperativo que os sistemas educacionais combinem acesso universal com atendimento contextualizado, adaptando-se às realidades específicas dos estudantes. A criação de ambientes escolares mais abrangentes – que integrem formação técnica, orientação profissional e discussões críticas sobre o mundo do trabalho – é um passo crucial para que os jovens transformem suas aspirações em projetos viáveis. Somente assim será possível romper com ciclos de reprodução de desigualdades e efetivar o potencial transformador da educação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. repensar o ensino médio: por quê?. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. Revista Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 831-848, jan./jun. 2021.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 LDA, 2011.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus. São Paulo: Manole, 2004.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BRASIL. Lei federal Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm, Acesso em: 10 de jan. de 2025.
- BRASIL. Lei federal Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm, Acesso em: 2 de jan. de 2025.
- CORROCHANO, M. C.; FREITAS, M. V. Juventude e trabalho: experiências e percepções. Brasília: SNJ, 2015.
- CORROCHANO, M. C. Jovens no Ensino Médio: Qual o lugar do trabalho?. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- DUBET, F. O tempo das paixões tristes. São Paulo: Vestígio, 2020.
- CORROCHANO, M. C. Jovens olhares sobre o trabalho. GT 9 - Trabalho e Educação. 25 REUNIÃO ANUAL, Anped, set. out, 2002.
- GROPPO, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas e contemporâneas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- IBGE. Portal Cidades: Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama> Acesso em: 16 de mar. de 2023.
- ILHA GRANDE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Meio Ambiente, Pesca e Agricultura. Plano De Desenvolvimento Territorial Do Turismo De Ilha Grande - Pi. Ilha Grande, 2022.

MÉSZAROS, I.. A educação para além do capital. 2ª ed.-São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, R. de C. B. de. Educação, Juventude e Trabalho: Reflexões sobre esta Tríade. in: IV Congresso Ibero-Americano De Política E Administração Da Educação. 2014. Anais.... Porto: Anpae, 2014. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/eixo1.html. Acesso em: 11 de fev. de 2024.

NONATO, S. P.; CORROCHANO, M. C. Juventudes e trabalho. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-e-trabalho-1.pdf>. Acesso em: 19 de fev. de 2024.

PATTON, M. Qualitative Research & Evaluation Methods. 2002.

REZENDE, C. B. Identidade. O que é ser jovem?. Revista Tempo e Presença, n. 240, CEDI, 1989, p. 04-05

SENNETT, R. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WELLER, W.. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

YIN, R. K. Estudo de Caso. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788582602324/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS ALTERIDADES DO CAMPESINATO

GIVANILTON DE ARAÚJO BARBOSA¹⁴

RESUMO

A Educação do Campo é uma Política Educacional brasileira das populações camponesas, do campesinato para as bases curriculares de suas escolas. Este estudo objetiva revisitar a Política de Educação do Campo, além do Campesinato e os Movimentos Sociais do Campo. A metodologia reside na Pedagogia da Alteridade, revisão bibliográfica do Movimento de intelectuais da Educação do Campo e da apresentação de uma sequência fotográfica. Por fim a Educação do Campo representa as demandas do Campesinato brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Movimentos Sociais. Educação do Campo. Política Educacional. Formação de Educadores

ABSTRACT

Field of Education is a Brazilian Educational Policy for peasant populations, from the peasantry to the curricular bases of their schools. This study aims to revisit the Field Education Policy, in addition to the Peasantry and Fiel Social Movements. The methodology resides in the Pedagogy of Alterity, a bibliographical review of the Field Education Intellectual Movement and the presentation of a photographic sequence. Finally, Field Education represents the demands of the Brazilian Peasantry.

KEYWORDS: Peasantry. Social movements. Field Education. Educational politics. Educator Training

¹⁴ Mestre em Antropologia pela UFPB.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma Política Educacional brasileira das populações camponesas, do campesinato para as bases curriculares de suas escolas. Dessa maneira, consiste tanto na formação escolar da população que reside no campo quanto na formação de seus educadores e educadoras. A Educação do Campo tem muito a contribuir com a formação de seus sujeitos, pois ela reside no cotidiano dos sujeitos locais que atuam em diferentes frentes de produção agrícola familiar, como por exemplo, através da agricultura familiar.

O surgimento da Educação do Campo se deu através dos movimentos sociais do campesinato, na elaboração de sua matriz curricular educacional para a valorização das práticas sociais políticas e culturais e econômica dos sujeitos do campo enquanto formadoras de sua própria base de existência. Assim, a Política de Educação do Campo organizou-se por diferentes projetos como as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por conseguinte, a construção de programas como o de Apoio a formação superior em licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) que ocorreu em 1997 organizado pelo MST e com apoio da Universidade de Brasília (UNB), e outras Universidades e entidades.

Como movimentos intelectuais, em 1998, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional, ainda em 1998 foi realizado a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, já em 2004 esse movimento de intelectuais se reforça denominado “Por uma Educação básica do Campo”.

Já a história do Campesinato pode contribuir com a formação atual dos sujeitos, nele reside, portanto, a diversidade sociocultural dos povos do campo, bem como a história das Ligas Camponesas que teve repercussão em regiões do Brasil, por sua vez, emergiu-se dela sujeitos como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e outros que reverberaram contra a precarização das condições de trabalho, luta pela terra e expulsões impostas pelos grandes latifúndios.

Deste modo, a precarização das condições da vida social no campo se deu pelos projetos de disputas pela terra, tendo os grandes latifúndios representados hoje pelo agronegócio. Dessa forma, projeta-se nacionalmente, no caso brasileiro o agronegócio através da mecanização das forças produtivas agrícolas, o uso da terra como mercadoria, produção de monoculturas e commodities de exportação, imposição do regime de assalariado impondo

a linguagem de modernização do campo.

Por outro lado, estavam os pequenos agricultores familiares, com suas pequenas propriedades mantiveram resistindo no campo, embora o êxodo rural superlotasse as áreas urbanas, tendo assim a cidade como modelo de modernização da sociedade, precarizando cada vez mais a vida social dos camponeses que permaneceram residindo nas comunidades rurais.

Portanto, o objetivo deste estudo é de revisitar a Política de Educação do Campo. Já os objetivos específicos situam em apresentar o Campesinato e Movimentos Sociais do Campo, identificar a sua definição, revisar seus princípios e analisar os resultados alcançados. Já a metodologia tem como base a Pedagogia da alteridade que apresenta formas de abordagens de estudar a Educação do Campo através de revisão bibliográfica e contextualização por escrita e com imagens fotográficas por uma fotoetnografia com base na antropologia visual e na Sociologia da fotografia e da imagem.

Caminhos metodológicos

A metodologia reside na noção da Pedagogia da Alteridade, conforme sinalizou Rodrigues:

Na busca pela apropriação do saber historicamente acumulado e da consciência crítica da realidade, espera-se que a educação escolar possa contribuir para o processo de transformação social orientada pelo movimento de socialização da cultura [...]. A pedagogia da alteridade implica, portanto, um movimento que prioriza o processo e as relações que se desenvolvem entre os membros da classe trabalhadora. Mas é importante refletir-se sobre o sentido desse processo e dessas relações (RODRIGUES, 2012, p. 108).

Quanto ao estudo metodológico da Educação do Campo residiu na seleção bibliográfica do decreto da política de Educação do Campo (BRASIL, 2010), do Movimento de intelectuais “Por uma Educação do Campo” (Fernandes e Molina, 2004), Arroyo (1999; 2007), Alencar (2010; 2015), Brandão (2019), Caldart (2004), Souza (2008), Santos (2017). Já o estudo do Movimento dos Atingidos por Barragem se deu por Reis (2007), Medeiros (2010), Santos (2015).

Outro recurso metodológico foi usado no final deste estudo, o da sequência de imagens fotográficas pela fotoetnografia com o objetivo de contextualizar visualmente a localidade pesquisada bem como as alteridades territoriais entre o reassentamento e o território ribeirinho e suas adaptabilidades. Já o uso das fotos se ampara com a perspectiva da Educação do Campo e do Campesinato. As fotografias foram aplicadas também enquanto

fontes de pesquisas antropológicas e sociológicas.

Ou seja, o estudo dessas fotografias também se amparou na Antropologia visual (MEAD, BATESON, 1942) e na Sociologia da fotografia e da imagem (MARTINS, 2019), onde a primeira consiste em investigar as práticas culturais mais locais e a segunda na investigação acerca das relações sujeitos e sociedade, onde ambas se concatenam, podendo criar resultados satisfatórios através da identificação de grupos sociais e suas atuações no território.

No percurso de alteridade, por exemplo, foram criadas diferentes abordagens teóricas e metodológicas ao longo da história da antropologia; entre elas os usos da fotografia na produção de conhecimento antropológico. Dessas múltiplas abordagens estão as de Boas a partir de 1883, com a expedição no norte do Canadá na ilha de Baffin para estudar a cultura dos esquimós; a de Malinowski a partir de 1914 e de sua etnografia intitulada *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) sobre as ilhas Trobiand e da cultura trobiandesa; e de Margaret Mead e Bateson sobre a cultura balinesa (1942).

Não obstante, outro exemplo se deu na dissertação de Barbosa (2021), através de sequência fotoetnográfica relatou a trajetória de uma comunidade atingida por barragem do Estado da Paraíba, bem como da fotoetnografia em reassentamento (BARBOSA, 2021) onde buscou identificar as condições socioculturais e atividades produtivas das famílias em agrovilas.

Portanto, quanto à produção dos registros fotográficos, da seleção e montagem da sequência fotoetnográfica, bem como do conceito de fotoetnografia (ibidem, 1997), se fundamentam a partir das experiências das imagens fotográficas nas pesquisas antropológicas e sociológicas (BARBOSA [et al.], 2016), (ibidem, 2019).

E por fim, o conceito de fotoetnografia (ibidem, 1997) é definido através de um estudo etnográfico sobre o tema acompanhado de imagens fotográficas, a montagem pode ser de diferentes formas, do texto escrito seguido lado a lado com as fotografias, pelo conjunto de imagens acompanhadas ou não de notas etnográficas ou por sequência fotográfica, ou seja, todas podendo permitir que, tanto o texto escrito quanto as imagens fotográficas ofereçam diferentes leituras, onde cada uma aborda o contexto social pesquisado, suas múltiplas abordagens e contribuições na pesquisa.

Portanto, o presente estudo está dividido nos seguintes momentos. A introdução acompanhada dos objetivos e metodologia, o segundo momento trata dos fundamentos da política de Educação do Campo e do Campesinato, o terceiro momento apresenta a Educação do Campo e os movimentos sociais do campesinato e do Movimento dos Atingidos por barragem no Brasil e da identificação etnográfica da comunidade estudada em reassentamento agrovila, em seguida foi apresentado algumas considerações acompanhada da fotoetnografia por meio da sequência fotográfica e por fim as referências bibliográficas

que foram usadas para o presente estudo.

Fundamentos da política de educação do campo e do campesinato

A Educação do Campo consiste no estudo dos processos de contextualização dos modos de vida de camponeses e sua relação com seus territórios, essas ações estão vinculadas à legislação educacional que permite a garantia dessa prática educacional imbricada aos movimentos sociais do campo históricos e atuais com novas demandas. Ou seja, enquanto política educacional busca se inserir nos currículos escolares das Escolas do Campo substituindo currículos urbanocêntricos.

Nada obstante, o Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010) define a Política de Educação do Campo, representa uma conquista dos povos do campo, pois tem como fundamento a origem das experiências dos povos do campo ao longo do processo de lutas com os movimentos sociais camponeses, é também resposta às desigualdades educacionais e da ausência de escolas de qualidade que garantissem o direito desses povos à educação de qualidade e que contemplando também a cultura e seus modos de vida. Portanto, foram elaborados princípios que fundamentam a Educação do Campo como também sua Política Educacional tornando indispensável o Art: 2º afirmando:

I - Respeito à diversidade do camponês: em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - Incentivo à formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2010, p. 2).

Para Fernandes e Molina (2004, p. 4), o campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território como espaço político onde se realizam determinadas relações sociais transformado em projeto de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental contribuindo para transformar a realidade, ou seja, trabalhar na terra, tirar da terra a

sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola, leva em conta a alteridade e valoriza os conhecimentos da prática social e expressa uma nova concepção de vida quanto ao campo.

Já para Souza (2008, p, 1090), a Educação do Campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social. A autora também afirma que:

Educação do Campo é um direito dos povos do campo, respeitando as organizações sociais e o conhecimento por elas produzido enquanto produção de cultura, na formação dos sujeitos com formação humana para o desenvolvimento sustentável com respeito às características do campo (SOUZA, 2008, p. 1097).

A Educação do Campo também é oriunda dos movimentos sociais do Campo que organizavam suas demandas, entre elas o plano de Educação escolar e formação de seus educadores. Segundo Souza e Pedon (2007, p. 136), ao colocar em questão a organização da sociedade, Campesinato e Cidade, ressaltam que “os movimentos sociais tomam formas variadas, ou seja, essa diversidade de movimentos expressa à complexidade tanto da cidade, mas também do campo”. Tido como um dos terrenos importantes para inserção reflexiva às relações entre espaço e sociedade.

O Campesinato

O Campesinato tem suas formas variadas, inúmeras expressões sociais e particularidades culturais, a ele residem conceitos e definições como:

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009 Apud WANDERLEY, p. 26, 2015).

Ou seja, de um lado temos a Educação do Campo é uma política educacional que busca

corresponder aos anseios dos povos do campo ao fazer a sua própria Educação curricular, em oposição ao Estado ter a tutela da Educação desses povos e sim, cabendo ao Estado de financiamento dessa Educação e não de sua tutela (CALDART, 2004). Outro aspecto importante de ser revisado se dá na existência do campesinato como forma social, política de resistência dos sujeitos que residem e moram e trabalham no campo com as suas particularidades como o trabalho familiar, as práticas associativas e cooperativistas.

Do outro lado temos a Educação rural, forma pela qual busca descontextualizar e desqualificar os povos do campo, com uma grade curricular urbanocêntrica aplica-se ela as escolas do campo (ALENCAR, 2010; 2015). Outro fator que está em detrimento ao campesinato é o agronegócio, que visa o uso da terra como mercadoria, produção de monoculturas do agroexportador.

Com a sua lógica de desenvolvimento do meio rural e inovação agrária, a Educação rural produz exclusão social, pobreza e escassez ao campesinato, desvalorização da vida social do campo e trata os camponeses como povos atrasados. Nessa disputa, o agro também busca validar seu projeto de Educação rural e curricular para as escolas rurais.

A Educação do Campo possui inúmeras contribuições para a formação das populações camponesas, pois tem origem do Campesinato, ela também resulta na valorização da forma social do Campesinato, tendo em vista que este:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva voltados para as necessidades da família quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, p. 26, 2015).

Dessa maneira, tendo em vista que a Educação do Campo surge das diversas matrizes da diversidade cultural buscando expressar valores e resistência, dos projetos de Educação dos movimentos sociais do campo como o movimento dos trabalhadores sem-terra, Movimento dos pequenos agricultores, do Movimento dos Atingidos por Barragem e outros, destaca-se, por exemplo, a Pedagogia dos povos atingidos por barragem com o seu projeto de Educação voltado à organização das comunidades ribeirinhas atingidas.

Movimentos Sociais do Campesinato: os Atingidos por Barragem no Brasil

O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) é um dos movimentos sociais do Brasil, sobretudo vinculado aos camponeses e ribeirinhos que tem seus territórios ocupados por implantação de barragens; o MAB historicamente vem construindo sua trajetória ao lado das populações ribeirinhas camponesas que são deslocadas por esses megaprojetos hídricos nas principais bacias hidrográficas brasileiras; já as barragens implantadas se deram com as primeiras hidrelétricas para produção de energia elétrica e atualmente vem se intensificando barragem para abastecimento de água de centros urbanos.

Segundo Reis (2007), no Brasil o movimento dos atingidos por barragens teve início no final da década de 1970 na região do alto Uruguai-RS devido aos prejuízos das grandes implantações de empreendimentos hidrelétricos sobre diversas comunidades ribeirinhas e seus direitos violados:

É um movimento de luta constante junto aos atingidos com elaboração de inúmeras pautas de reivindicação perante aos órgãos oficiais do Estado brasileiro na reconstrução de infraestrutura de educação, saúde, habitação digna para exercício de uma plena cidadania. No decorrer de sua atuação junto às populações para consolidação desta causa, elaboraram sua própria política de mobilização (REIS, 2007, 473).

Para Santos (VAINER, 2008 apud SANTOS, 2015, p. 116), o conceito de “atingido” diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Ou seja, para os autores é “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo e em alguns casos como legal seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”. O termo atingido é disputado em diferentes instâncias:

I - No campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios; II - No seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade; III - No meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito (SANTOS, 2016, p. 116).

Como princípio norteador, o processo histórico dos atingidos se deu no período de redemocratização política do Brasil por volta de 1970, ou seja, permitiu a emergência das primeiras reivindicações dos atingidos pelas grandes obras por reparações, a resposta do Estado passa a se materializar por meio de ações indenizatórias do que na perspectiva de construção de direitos e de justiça ambiental. “É necessário considerar, então, se a

disputa pelo preenchimento da noção de “atingido” por barragens representa elemento estratégico no processo de afirmação de direitos humanos e de que forma isso se dá” (Ibidem, 2015, p. 116).

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge de lutas locais, como resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que desalojava compulsoriamente os moradores de áreas a serem atingidas ou com o alagamento do reservatório, ou com a construção da estrutura das barragens em si (SANTOS, 2015, p. 117).

Outro conceito de atingido, ainda segundo Santos (2016, p. 117), é pelo fato dos empreendimentos do setor hídrico considerado como importantes para o desenvolvimento dos negócios e da economia brasileira, já a população atingida por esses empreendimentos é tratada pelo poder dominante como “empecilho ao progresso e, acudadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho”. A qualidade da terra que conseguem comprar ou para onde são reassentados quase nunca tem as mesmas propriedades e qualidades que a terra anterior, que foi desocupada pelo empreendimento. A perda da qualidade de vida na realidade da população atingida, que inclui a perda de qualidade ambiental.

Portanto, o surgimento da categoria social atingidos e atingidas (SANTOS, 2015, p. 122), “também está relacionada à valorização de identidades individuais e coletivas de interações sociais, políticas e culturais de um povo que se constroem ao longo da vida apresentando como forma de resistência individual e coletiva”.

A comunidade atingida pela implantação da barragem de acauã

A antiga comunidade sítio Cajá se localizava na zona rural do município de Itatuba, agreste do Estado da Paraíba, o centro da comunidade situava-se nas margens do Rio Paraibinha, afluente da bacia hidrográfica do rio Paraíba, existia cerca de 260 famílias. A partir da década de 1970, iniciou-se a reestruturação da infraestrutura do local, isto é, construção de equipamentos públicos como escolas, posto de saúde, praça comunitária com TV, lavanderia comunitária, campo de futebol, igrejas católica e protestante, cemitério, associação/moinho de pequenos produtores rurais.

As famílias proprietárias de terras ou herdadas relatam com orgulho sobre suas vidas construídas junto ao povoado as margens do rio Paraibinha, dessa maneira tendo como principal atividade a agricultura familiar que plantavam seus roçados de milho feijão, jerimuns. Também havia a criação animais como bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves; havia também a prática da apicultura e outras atividades que produziam de acordo com suas necessidades. Havia poucos produtores rurais que eram tidos como “fazendeiros”,

aqueles detentores de grandes recursos econômicos e materiais com grandes criações de animais/bovinos, plantações de algodão e milho.

Já a implantação da Barragem Argemiro de Figueiredo (Barragem de Acauã) foi iniciada por volta do ano 2000 que foi finalizada em 2002, ela se localiza no percurso do Rio Paraíba, no Município de Itatuba-PB. A barragem é resultante da política de segurança hídrica do governo Estadual e Federal, respectivamente é destinada ao abastecimento de água para aproximadamente 16 centros urbanos, inclusive Campina Grande. Nesse mesmo período foi construído pelo Estado, com apoio do governo municipal, um reassentamento em formato de 3 agrovilas para a acomodação do deslocamento da comunidade, cerca de 3 km do lugar ribeirinho.

As famílias começaram a se mudar para agrovila a partir do ano 2002. Atualmente o reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB, houveram famílias que se mudaram para a zona urbana e outras famílias se deslocaram para residir em outras cidades devido à ausência de geração de trabalho e renda. Segundo os moradores que residem no reassentamento agrovilas, as casas são de baixa qualidade havendo a necessidade de reparos periodicamente, ao certo, são pré-moldadas, as terras são impróprias para atividades agrícolas, não tem terras suficientes para a criação de aves e animais e para as demais atividades agrícolas.

Dessa maneira, a antiga comunidade ficou residindo cerca de 15 família na parte mais alta onde a barragem não alagou. Todavia, foi constatado que nos reassentamentos, particularmente no sítio Cajá de Itatuba-PB, que há baixa qualidade de abastecimento de água da barragem, limitações para o acesso a essa água da barragem como interrupções diárias, falta de manutenção de instalações hidráulicas e outras.

Nesse percurso, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) vem mantendo o dialogo com as famílias da comunidade desde o ano 2000, os diálogos se estendem com as negociações com os governos municipal e estadual e com o Ministério Público Federal, na busca de provimento de políticas públicas, principalmente ao acesso a água potável, de reconstrução de equipamentos públicos como escola, posto de saúde, a praça, do cemitério, bem como políticas de melhorias das condições sociais do reassentamento. Através desses diálogos o MAB destacou quem vem sendo conquistadas políticas compensatórias e de melhoria da localidade.

Atualmente, tanto o reassentamento quanto a antiga localidade vem recebendo a reconstrução de equipamentos públicos, melhoria do abastecimento de água através de instalações hidráulicas enquanto políticas públicas compensatórias, que ao mesmo tempo amenizam os efeitos e perdas de deslocamentos provocados pela barragem. Outras

políticas compensatórias são calçamento das principais ruas, cisternas, canalização de água, reservatório coletivo de distribuição de água. Já a pesca do peixe na barragem se tornou uma atividade intermitente devido ao baixo volume da barragem, tornando-se insegura para a fonte de trabalho e renda.

CONSIDERAÇÕES

A Educação do Campo é uma política educacional resultante de demandas sociais específicas do campesinato brasileiro por educação, escola e formação de seus educadores, ou seja, surge do Campesinato, das Ligas Camponesas, dos Movimentos Sociais do Campo, do MST, da Pedagogia do Movimento dos Atingidos Por Barragem, do Movimento de Intelectuais comprometidos com a Educação Básica do Campo e de Melhorias das Escolas do Campo.

É de suma importância entender o processo de formação da Política de Educação do Campo, pois ela ainda reside no processo de sua efetivação nos currículos das Escolas do Campo. Essa Educação do Campo já existe, ela está no cotidiano dos sujeitos locais, no dia a dia das comunidades, na cultura, nos saberes e fazeres, na memória coletiva, nas histórias de vida, e nas práticas culturais dos camponeses, na sua forma de trabalho, no lazer, nas práticas associativas e nas práticas cooperativistas, enfim, parte de princípios como o diálogo, participação coletiva e democratização.

Ao longo do tempo houve vários Movimentos Sociais do Campo, o Movimento dos atingidos por barragens foi e é um deles, concomitante a isso também surge seu projeto de Educação numa perspectiva de uma Pedagogia dos povos atingidos por barragem.

Já o uso das imagens fotográficas permite a contextualização visual do território estudado, onde os sujeitos locais são os produtores dessa localidade. Na forma de sequência fotográfica, as imagens apresentam a comunidade ribeirinha sítio Cajá de Itatuba-PB que foi atingida pela implantação da barragem, onde resultou o deslocamento das famílias para reassentamento agrovilas.

Finalmente, ao longo do tempo, de 2000 a 2024, a comunidade foi se reorganizando conjuntamente com o movimento local. Nesse percurso, houve algumas políticas compensatórias como a implantação de calçamento, o retorno de algumas famílias para a antiga localidade e da reestruturação dessa antiga localidade com a implantação de calçamento e da implantação de cisternas para água potável.

Por fim, a apresentação da sequência de figuras representa a alteridade, isto é, diferenças e acontecimentos que constituem o campo brasileiro, que resultam em processos sociais

políticos e culturais e por demandas educacionais específicas.

Sequência fotoetnográfica

Figura - 1: O reassentamento em formato de agrovilas, sítio Cajá de Itatuba-PB.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 2: A implantação do calçamento. Reassentamento agrovila pela gestão pública municipal, política pública conquistada através dos diálogos entre o Movimento dos Atingidos por Barragem da localidade, Ministério Público, Estado e o Município.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 3: A implantação do calçamento. Principais vias do reassentamento agrovila e as modificações da paisagem local.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 4: Ampliação do reassentamento. Construção de novas moradias pelos moradores.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Foto 5: O alto do antigo Cajá. Parte que não foi alagada pela barragem. A localidade é formada por famílias que permaneceram residindo após a barragem, partes dessas moradias são de antigas casas de taipa que atualmente vem recebendo ampliações, novas construções de moradias, implantação de cisternas e implantação de calçamento nas principais vias pela gestão pública municipal, e retorno de famílias para morar e trabalhar com a agricultura e pesca na localidade.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 6: Antiga casa de taipa e implantação de cisternas.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 7: Reformas e ampliações de moradias na antiga localidade ribeirinha. Rio Paraíba onde as terras foram alagadas pela barragem.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 8: Construção de novas moradias na antiga localidade ribeirinha e retorno de famílias.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 9: Percurso em direção as margens do rio onde se localizava o centro da antiga comunidade Cajá, área que foi alagada pela barragem.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura - 10: A água represada no rio Paraibinha. Localidade que era estabelecido o centro da comunidade com equipamentos públicos como escola, posto de saúde, praça pública, igreja católica, estabelecimentos comerciais. Atualmente com a água represada a localidade serve para a realização da pesquisa artesanal e plantio de pequenos roçados.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ci. & Tróp.*, Recife, v.34, n. 2, p. 207-226, 2010.

_____, Maria Fernanda dos Santos. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. *Ci. & Trop.* Recife, v.39, n. 2, p. 41-72, 2015.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo / Miguel Gonzales Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

_____, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. *Cad. Cedes*, Campinas. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 23/04/2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Pública, Educação Alternativa, Educação Popular e Educação do Campo: caminhos e convergências desvios e divergências. In: FALEIRO, Wender; PIMENTA, Alexandro Rodrigues; COSTA, Antonio Cláudio Moreira (Orgs.). *Encantos e desencantos após o Pronacampo: olhares sobre interfaces e contextos históricos*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BRASIL. Decreto 7.352 de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA Nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. DOU de 04/02/2013 (nº 24, Seção 1, pág. 28).

BARBOSA, Givanilton de Araújo. Imagens e memórias de atingidos por barragem: Contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba - PB. Dissertação do curso de mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (CCHLA/CCAIE), Universidade Federal da Paraíba-UFPB. João Pessoa-PB, 2021. 214p.

_____, G. A. ...[et al.]. A fotoetnografia em reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano. IN.: Relações entre Universidades e comunidades : o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios / Organizadores: Alicia Ferreira Gonçalves ...[et al.]. - João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

BARBOSA, Andréa [et al.]. A experiência da imagem na etnografia. São Paulo: terceiro Nome, 2016.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. Trabalho Necessário. ano 2 - número 2 - 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo. 2004.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. 2ª ed. , 5ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné - Melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª edição; São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. Balinese Character. A Photographic Analysis. Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (1942).

MEDEIROS, Edileuza Custódio Rodrigues de. Registro da atuação do movimento dos atingido por barragens nos reassentamentos de Acauã: a alfabetização de jovens e adultos. Repositório institucional da UFRN, Natal, 2010.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas. In.: Anais do II seminário nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

RODRIGUES, Rubens Luiz. Transformação social, educação emancipatória e escola pública. In: Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set/dez. 2008.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. TERRITÓRIO E IDENTIDADE. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V

1 - n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. Revista Direito e práxis. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Ramofly Bicalho. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais. Teias, v. 18, n. 51, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, 2015.

O CONTRIBUTO DO TOCOISMO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA DE 1964 A 1974

CHIQUITO AFONSO FERNANDO DOMINGOS¹⁵

RESUMO

O presente artigo se refere ao Contributo do Tocoismo na Defesa dos Direitos Humanos em Angola de 1964 à 1974. Nesta pesquisa, objetivou-se descrever o Contributo do Tocoismo na Defesa dos Direitos Humanos. Ademais, recorreu-se ao método bibliográfico, documental, observação e inquérito. Outrossim, tendo em conta os resultados, concluiu-se que o Tocoismo é um movimento que defendeu os direitos humanos, sobretudo, o direito liberdade religiosa e a autodeterminação em Angola.

PALAVRAS-CHAVE: Tocoismo. Direitos Humanos. Ditadura de Salazar.

ABSTRACT

This article refers to the Contribution of Tocoism in the Defense of Human Rights in Angola from 1964 to 1974. In this research, the objective was to describe the Contribution of Tocoism in the Defense of Human Rights. Furthermore, bibliographical, documentary, observation and inquiry methods were used. Furthermore, taking into account the results, it was concluded that Tocoismo is a movement that defended human rights, especially the right to religious freedom and “self-determination” in Angola.

Keywords: Tocoism. Human Rights. Salazar Dictatorship

¹⁵ Escola Superior Pedagógica do Cuanza-Norte.

Introdução

A presente pesquisa é de âmbito jurídico-político e se concretiza no estudo do “contributo do Tocoísmo na defesa dos direitos humanos em Angola de 1964 à 1974”. Entretanto, interessou nesta abordagem apresentar uma postura dos crentes tocoístas, voltada na vertente jurídico-política, sobretudo, no quisito defesa dos direitos humanos, como sendo um elemento norteador da sublevação dos povos contra os regimes ditatoriais coloniais.

Importa salientar que os tocoístas, foram alvos de perseguições numa Angola onde o salazarismo imperou, por isso, na década de 1970 o tocoísmo defendeu os direitos humanos “por meio da resistência ao projecto colonial” (BLANES, 2013, p. 9), especialmente, em defesa da liberdade religiosa e autodeterminação de Angola.

No entanto, a luta dos tocoístas pela dignidade foi legítima, não só por natureza humana e internacional, mas, pelo facto da Constituição portuguesa determinar nos termos do nº19 do artigo 8º, “o direito de resistir a quaisquer ordens que infrinjam as garantias individuais, [...]” (PORTUGAL, 1933, p.6).

Neste sentido, sendo os tocoístas cidadãos e parte da ampla Nação portuguesa entre 1964 à 1974, receberam constitucionalmente a legitimidade de reagir ou resistir por “meios não violentos” às violações inerentes à dignidade humana, protagonizada pelo regime salazarista.

Todavia, a resistência dos tocoístas, terá sido respondida com violência, na qual, Simão Gonçalves Tôco e seus adeptos foram alvos e objectos de tortura, devido a uma espécie de “cultura de terror” (TAUSSIG, 1987 apud. BLANES, opi. Cit, p. 30), implantado pelo António de Oliveira Salazar em Angola.

No entanto, esta situação de terror consolidou-se através da convencionalização da discriminação e opressão, operado pelo Governo do “Estado Novo de Salazar”, por meio da promulgação do Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de Maio de 1954, que aprova o “estatuto do indígena da Guiné, Angola e Moçambique”, segregando-os do livre e indiscriminado acesso aos demais direitos inerentes a dignidade humana.

Outrossim, Tôco tinha noção de que enquanto cidadãos portugueses, os angolanos eram partes de uma ampla Nação, que não se resume apenas na metrópole, tal como, estabelecido nos termos artigo 3º da Constituição portuguesa de 1933, segundo o qual, “constituem a Nação todos os portugueses residentes dentro ou fora do seu próprio território, os quais, são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas [...]” (PORTUGAL, Opi. Cit., p. 2). Por isso, os tocoístas, entendendo que todas as leis contrárias a dignidade humana, devem ser desobedecidas, reagiram exigindo a restauração dos direitos inerentes

à dignidade humana.

Portanto, em Angola não se faz menção destes contributos dos tocoistas, seja no fórum académico, político ou social. Por isso, levantou-se a seguinte pergunta de partida: “quê contributo teve o tocoismo na defesa dos direitos humanos em Angola, durante o período de 1964 à 1974”? Com a esta questão de partida, tencionou-se “descrever o contributo do tocoismo na defesa dos direitos humanos em Angola, durante o período de 1964 à 1974”.

Ademais, determinou-se os seguintes objetivos específicos: aferir se o tocoismo pode ou não ser movimento defensor dos direitos humanos; “detalhar as causas que estiveram na base da luta do tocoismo em defesa da dignidade humana em Angola de 1964 à 1974”; e “identificar os direitos humanos defendidos pelo tocoismo em Angola de 1964 à 1974”.

De igual modo, esta pesquisa justifica-se pelo facto de que permitirá a sociedade valorizar o tocoismo e perceber que além de religião é um movimento activo nos anais da evolução histórica dos direitos humanos em Angola. Em suma, é de reiterar que os direitos humanos, são amplos. Por isso, neste pesquisa, focou-se precisamente no direito a “liberdade religiosa” e o direito à “autodeterminação” dos povos, nas quais, tornaram-se notáveis o contributo do Tocoismo no período em estudo.

Metodologia

No entanto, quanto aos objetivos, a presente investigação é “descritiva”, porque fundamentou-se na descrição profunda sobre o Contributo do Tocoismo na Defesa dos Direitos Humanos de 1964 à 1974. Entretanto, no que concerne a natureza, o presente artigo é de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), porque além se descrever os factos inerentes aos direitos humanos defendidos pelos tocoistas, procurou-se também estabelecer uma análise quantitativa do problema por meio da busca de dados numéricos, mediante uma amostra, com padrão estatístico.

De igual modo, sendo a amostra o subconjunto ou parte extraída numericamente da população que interessa ao estudo, a pesquisa serviu-se de uma amostra de 100 elementos, sobre uma população constituída por 200 indivíduos afeitos à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, “Os Tocoistas”.

Entretanto, para recolha de dados recorreu-se a seguintes instrumentos: livros, artigo, internet, revistas e jornais; cartas, tratados, decretos, leis, despachos e ofícios; documentário; e questionário. Por isso, para concretização dos objetivos preconizados, a pesquisa serviu-se de método bibliográfico, documental, observação e inquérito.

As bases legais dos direitos defendidos pelos tocoistas entre 1964 à 1974

Nesta vertente, vamos espelhar instrumentos jurídico-político internos e internacionais, que determinam a proteção dos direitos referentes a dignidades humana, especialmente, aqueles pelos quais, o Tocoismo se terá profundamente debatido, para que possamos compreender a sincronia entre as ações dos tocoistas, com algumas ferramentas jurídicas que determinam a proteção dos direitos humanos.

De igual modo, é de realçar que todo ato histórico do Tocoismo, enquanto movimento de defesa dos direitos humanos, esteve sempre espelhado no princípio da legalidade, respeitando e cumprindo normas universalmente aceites e aplicadas pelas instituições nacionais e internacionais.

Entretanto, a resistência dos tocoistas como estratégia usada para exigir a restauração ou respeito a liberdade religiosa e a autodeterminação, foi plasmada nos termos do nº 19 do artigo 8º da Constituição Portuguesa de 1933. Outrossim, este direito não encontramos explicitamente nos demais documentos que analisamos, porque “o direito de resistência é um mecanismo não jurisdicional de defesa dos direitos inerentes a dignidade humana” (CANOTILHO, 2003). De igual modo Buzanelo (s.d., p. 15-16), reitera que sendo a resistência “um direito secundário, ela está a favor da restauração de um direito primário, como é o caso da dignidade humana, e justifica-se no incumprimento de algum direito primário”.

Outrossim, a “autodeterminação” está instituída nos termos do nº 1º, 2º, 3º e 5º ponto da Declaração sobre Concessão das Independências aos Países e Povos Coloniais (DCIPPC), bem como, nos termos, do artigo 1º do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), conjugado com o 20º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Ademais, a “autodeterminação” foi alicerçada internamente, nos termos do artigo 1º, 2º e 3º da lei nº 7/74, de 27 de julho, sobre “as independências das colónias portuguesas”. Contudo, o direito a “liberdade religiosa”, é assegurada nos termos do artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 9º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, conjugado internamente com o nº3 do artigo 8º da Constituição Portuguesa de 1933.

Causas da luta dos tocoistas em defesa dos direitos humanos

Entretanto, havia uma relação harmoniosa entre a Igreja católica e o Estado colonial, que se repercutiu na censura de qualquer manifestação religiosa opostas às doutrinas desta Igreja ocidental, violando-se a liberdade religiosa. Esta censura baseada na discriminação

religiosa, foi alicerçada na concordata, na qual, firmou-se a cooperação entre a Igreja e o Estado no domínio da colonização, tal como estatuído nos termos do artigo 21º do referido acordo, cujo teor descrevemos:

O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares[...]. Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e de correção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos. [...]. (ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE, s.d, p. 7-8).

De acordo Tanga (2012, p. 56) “a concordata e o acordo missionário de 7 de Maio de 1940, entre o Estado português e a Santa Sê, deram ao catolicismo, o Estatuto de Igreja de Estado”, tornando-se o tocoísmo num alvo a eliminar, porque se opunham aos interesses colônias e doutrinas eclesiásticas ocidentais. Outrossim, a ditadura de Salazar oprimia negros na África portuguesa, censurado violentamente os direitos fundamentais, com auxílio da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

Entretanto, Pinto (2010, p.33), afirma que “ao longo do tempo o regime salazarista, passou a suprimir liberdades fundamentais, especialmente os direitos de expressão, de reunião e associação, por meio da polícia e a censura, instalando o terror contra os oponentes do referido regime”.

De igual modo, foi nesta fase que devido a censura e perseguição, “muitos tocoístas foram embrulhados no algodão e queimados a gasolina, por ordem do Presidente António de Oliveira Salazar” (NUNES, 2022, s.p.), cujo regime, submetia seus opositores as piores experiências ou formas de morte.

Doravante, legalizou-se discriminação social e política, por meio do Decreto-lei nº 39.666, de 20 de Maio de 1954, sobre o Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, atentando contra dignidade dos negros.

Contributo do Tocoísmo na defesa dos Direitos Humanos: análise dos direitos defendidos pelos Tocoístas de 1964 À 1974

É de domínio de todos que os direitos humanos englobam um conjunto de princípios, cuja dimensão, não é possível, detalhá-los em apenas um artigo. Igualmente, somos a salientar que é impossível o tocoísmo ter defendido todos os direitos humanos, num dado momento histórico. Por isso, focou-se apenas o direito a “liberdade religiosa” e a “autodeterminação”, como sendo às que os tocoístas terão defendido no período em estudo.

O tocoísmo e a defesa do direito a liberdade religiosa

Os tocoístas reforçaram a defesa da liberdade religiosa de 1964 à 1974, quando se confrontaram com a rejeição da sua crença por parte dos missionários Batistas e o Estado colonial Português. Entretanto, nesta fase os tocoístas sofreram as piores experiências como defensores da “liberdade religiosa”, porque encontraram um regime colonial baseada na censura e violência policial, contra todos que apresentavam um pensamento religioso contrário daquela ensinada pelo colonizador (doutrinas cristãs ocidentais - catolicistas e protestantes). Por isso, Tôco e seus seguidores foram alvos de repressões, numa Angola onde não se permitia crenças locais, pois, o colono português não quis perceber que:

Na liberdade de crença entra a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo. [...] a religião não é apenas sentimento sagrado puro. [...]. (SILVA, 2000).

O desrespeito a “liberdade religiosa”, sobretudo, de ter uma crença oposta à Igreja Católica e protestantes, confirmou-se, quando em 1964, o Estado decidiu infiltrar os missionários católicos no seio tocoístas, convista a sua posterior eliminação, violando o estatuído nos termos do artigo 9º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sobre a “Liberdade de pensamento, consciência e de religião” (UNIÃO EUROPEIA. 1950, p.6). Entretanto, este acto pode se aferir por meio um ofício assinado pelo Governador do Distrito do Huambo, José Pedro Queimado Pinto, datado de 26 de Agosto de 1964, cujo teor se descrê:

[...]. 3. Porém, o Tocoísmo é essencialmente religioso, embora também político e por isso há necessidade de, antes e depois de agir policialmente contra núcleos, fazer uma aproximação da religião católica, como uma propaganda bem orientada e com lançamento de missionários hábeis e competentes - uma religião só pode ser combatida com outra religião que melhor se adapte as suas aspirações. [...] (NUNES, opi. Cit., p.43).

Como se pode observar neste documento, a perseguição sem tréguas contra os tocoístas, aconteceu também, porque o Estado colonial tinha ligações fortes com a igreja ocidental e, a laicidade não passava de uma mera utopia, pois, havia interferência do Estado dentro da Igreja, e vice-versa, o que inviabilizava, a aceitação imediata do Estado, em lhe dar com novas formas de crença cristã, e não só.

No entanto, “a influência da condição colonial também faz parte da história constitucional do direito à liberdade religiosa, [...] que embora tenha assegurado a liberdade religiosa, não permitiu a existência de templos religiosos estranhos à religião ocidental” (FILHO; ALVES, 2008, p. 3572). Neste sentido, pese embora plasmado na constituição, aos foi inibido os benefícios do direito à liberdade religiosa, porque exprimiam uma espiritualidade que chocava com as crenças católicas e protestantes, vindas do ocidente.

No entanto, a Igreja ocidental, divorciou-se da sua mais pura missão evangelizadora e assinou o contrato da perpetuação da opressão branca sobre o negro, por meio de uma pseudo-espiritualização e evangelização cristã dos africanos, provocando a reação destemida dos tocoístas, em defesa do direito à liberdade religiosa. Entretanto, sobre este cenário Simão Gonçalves Tôco, afirmou o seguinte:

[...] os missionários ao longo do tempo deixaram de exercer a sua missão com exceção, perpetuando o sofrimento dos povos de África [...]. Havia determinada altura evangelizava-se para colonizar e doutrinava-se para civilizar [...]. Foi neste complexo patamar onde o mundo parecia já ordenado, que Deus fez derramar o seu Espírito Santo sobre um grupo de 36 pessoas sob minha liderança, confirmando assim a Igreja de Cristo no mundo, cuja missão resume-se na recuperação da dignidade do homem[...]. (JORNAL ALFA E ÔMEGA, 2005, p.2).

De igual modo, a resiliência dos tocoístas em manterem sua originalidade e autenticidade espiritual, perante uma ordem política que descarta o direito de livre culto às crenças de origem africanas, tal como se lê no discurso anterior, é legítima, porque está plasmada nos termos do artigo 18º, no nº1, 2 e 3, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, conjugado com o artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determina que:

1. Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esses direitos implicará a liberdade de Ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino; 2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de Ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha. 3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença

estará sujeita a penas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966, p.7).

Outrossim, se o princípio da laicidade estabelece uma separação entre a Igreja e o Estado, para que haja concretamente o exercício da liberdade religiosa, em Angola de Salazar, foi diferente, pois, a luz dos meandros da Concordata de 1947, que vinculou juridicamente o Estado Português à Igreja Ocidental, observou-se que a situação foi contrária, porque sendo o Estado pro - catolicista, aproveitou-se da situação, para combater e perseguir os tocoistas, revelando-nos que a “Igreja católica foi a unidade religiosa escolhida para concretizar o processo de alienação, subordinação e instrução dos pretos, nos modelos ocidentais”(FILHO; ALVES, opi. Cit., p. 3575).

Contudo, apesar de todo sofrimento, os tocoistas venceram, porque após a queda do regime salazarista em 25 de abril de 1974, Tôco voltou a solicitar a autorização da liberdade de culto ao Governo português no dia 23 de setembro de 1974, tendo sido aceite por meio da “nota nº 3163/9ª/72/1º, de 24 de Setembro de 1974, assiadada por António Álvaro Rosa Coutinho Silva Miranda, o então Presidente da Junta Governativa de transição, cujo teor citamos:

Tenho a honra de comunicar ao Exº. que o requerimento de 23 de Setembro em curso, em que se pedia que fosse autorizada a liberdade total de cultos religiosos, em todo espaço de Angola, à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, mereceu de Sua Excelência o Presidente da Junta Governativa o seguinte de Despacho: “Autorizo. (IGREJA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO NO MUNDO “OS TOCOISTAS, 2012, p.119).

Com esta nota, a Junta de Salvação Nacional, por meio da Junta Governativa de transição, se comprometeu, respeitar o estatuído nos termos do nº3 do artigo 8º da constituição portuguesa, conjugado com o nº 1 e 2, do artigo 9º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, bem como, com o artigo 18º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determinam o “direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”, concedendo aos tocoistas este importante direito referente a dignidade humana, graças a luta e resistência dos tocoistas, especialmente, do seu líder Simão Gonçalves Tôco.

Defesa do direito a autodeterminação política

Antes de mais, importa salientar que a defesa do direito a autodeterminação é resultado da tomada de consciência dos povos oprimidos, visando a luta contra a opressão colonial,

levada a cabo pelo imperialismo europeu. Entretanto, sobre este cenário Smolarek e Miranda (2021) apontam que “a autodeterminação foi usada a partir da segunda guerra mundial com objetivo de deslegitimar a colonização e legitimar a insurreição dos autóctones a partir dos movimentos anticoloniais, contra a exploração europeia”.

De igual modo, Almeida (2003, p. 321), afirma que “as nações Unidas concedem a titularidade da autodeterminação aqueles povos que foram submetidos a dominação colonial. Neste sentido, a Resolução da Assembleia Geral da ONU, determina que “são titulares os povos: que estavam em situação de subjugação, domínio ou exploração estrangeiras, ou seja, que estavam submetidos a um regime colonial”.

Entretanto, entendemos que a luta pela autodeterminação foi pertinente, pois sua concretização promoveu no plano interno ou externo a neutralização da subjugação estrangeira, e a conquista dos mais básicos direitos inerentes a dignidade humana. Neste contexto, esta situação justifica a necessidade de uma luta implacável dos tocoistas em defesa deste importante princípio.

Nunes (opi. Cit., p.219), reitera que, a “partir da residência do Irmão João Manuel Luís, os tocoistas escreveram uma carta ao posto administrativo de Catete, pedindo a independência de Angola, porém, o irmão Agostinho Miguel Pedro, portador da carta, além de lhe ser dito que o destinatário seria o Governo, terá sido torturado até perder um dos seus olhos e preso na cadeia de São Paulo em Luanda”.

Igualmente, “em 1967, os tocoistas Francisco Adriano da Conceição (Makanda), no Bairro do Cemitério Novo, os irmãos Domingos Ndele, Rufino António Júnior, Américo Adão André, Francisco Miguel Pedro, Conceição Sungo, Victor Rufino António, Josefa Adão André, Madalena André dos Santos e Madalena Francisco Moraes, realizaram uma manifestação no Kinaxixi em Luanda, erguendo uma bandeira com símbolos eclesiais, reivindicando o direito à liberdade de culto e a independência de Angola” (Ibidem).

Como consequência, “terão sido detidos na cadeia de São Paulo, torturados e posteriormente transferidos para o Campo Prisional de São Nicolau” (Ibidem, p. 219-220). Assim sendo, somos a reiterar que mais uma vez, contemplamos uma intervenção dos tocoistas, voltada para defesa do direito a “autodeterminação” política do Povo angolano, tal como, plasmada no artigo 1º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, conjugado com os pontos nº 1, 2 e 3 do artigo 20º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) na qual, determina-se que:

1. Todo o povo tem direito à existência. Todo o povo tem o direito imprescritível e inalienável à autodeterminação. Ele determina livremente o seu estatuto político e assegura o seu desenvolvimento económico e social segundo a via

que livremente escolheu. 2. Os povos colonizados ou oprimidos têm o direito de se libertar do seu estado de dominação recorrendo a todos os meios reconhecidos pela Comunidade Internacional. 3. Todos os povos têm direito à assistência [...], na sua luta de libertação contra a dominação estrangeira, quer esta seja de ordem política, económica ou cultural. (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, 1981. p.3).

Os tocoistas nunca desistiram da luta e sabiam que o direito a autodeterminação, não viria dos brancos, sejam políticos ou religiosos, católicos ou protestantes, porque estes, cooperaram no processo de opressão contra os pretos. Para eles, a “autodeterminação” partiria dos próprios africanos, sobretudo, nesta fase em que os diplomas internacionais, referentes a dignidade humana, legitimavam a subversão e resistência contra o colonialismo. Por isso, o tocoismo é um movimento que lutou e empreendeu energias suficientes para erradicar a ditadura colonial. Ademais, Tôco reitera sua veia libertadora, quando afirma o seguinte:

[...] a terra é nossa e vocês tem que continuar a orar. Os nossos avós entregaram esta terra aos portugueses para eles civilizarem, mas não foi para tomar conta dela. Nunca se esqueçam de orar pela nossa terra. No Congo é que vai começar a maka [luta]. [...] não se esqueçam de orar pelo Congo, porque é de lá que vai sair a nossa salvação, a salvação de Angola [...]. O Estado Português está há muito tempo na nossa terra e não nos dá a liberdade (FERREIRA, 2012, p. 103).

Esta afirmação prova o quanto o Tôco foi um protagonista e um influenciador tangível da luta pelo direito à “autodeterminação” de Angola. Os tocoistas percebem que a presença europeia em África, era uma clara usurpação de terras alheias, e o princípio da redenção massiva de África, só seria possível com a resistência às ordens e proscricções coloniais.

Outrossim, a intervenção do Profeta Simão Gonçalves Tôco e as ações de todos os tocoistas, na luta pelo direito a autodeterminação, foi um claro exercício reconhecido, legitimado e protegido na Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (DCIPPC), nos termos do ponto 1, 2,3 e 5, na qual instituiu-se o seguinte:

1.A sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da promoção da paz e cooperação mundial; 2. Todos os povos têm o direito à autodeterminação; [...]; 3. A falta de preparação no domínio político, social ou educativo não deve jamais servir de pretexto para atrasar a independência; 5. Deverão ser tomadas medidas imediatas em todos os Territórios Sob Tutela e Territórios Não Autónomos ou em quaisquer outros territórios que não tenham ainda alcançado a independência, de forma a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas,

em conformidade com a sua vontade e desejo expressos, e sem qualquer distinção quanto à raça, credo ou cor, a fim de lhes permitir gozar uma independência e liberdade completas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1960, p. 2-3).

Entretanto, os tocoistas, vêm conquistado o direito da autodeterminação, com a queda da ditadura de Salazar, no dia 25 de abril de 1974 em Portugal, pois, neste período deu-se a transição para democracia, e a Junta de Salvação Nacional, criou um programa de descolonização, respeitando os princípios do direito internacional, que nesta época condenavam a colonização.

Este programa promoveu negociações com políticos e religiosos que estiveram envolvidos na defesa dos direitos humanos, com especial foco, ao direito a autodeterminação política dos povos. Por isso, para dar um valor jurídico-político, a esta iniciativa, o Governo Português aprovou, lei nº 7/74, de 27 de julho, Lei das independências, que invoca nos termos do artigo 1º e 2º, a concessão do direito a autodeterminação dos povos, conforme refere abaixo:

ARTIGO 1.º- O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no nº 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação. ARTIGO 2.º- O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933 (PORTUGAL, 1974).

Aluz desta lei, o “Presidente da República, António de Spínola, realizou no dia 26 de setembro de 1974, em Lisboa, um encontro de concertação, sobre o processo de descolonização de Angola, na qual, Simão Tôco foi referência” (JORNAL COMÉRCIO, 1974)¹⁶, tendo em conta a sua trajetória na defesa pelo direito à autodeterminação.

Com esta iniciativa, o Estado Português, reitera o seu respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu repúdio por todas as formas de discriminação. De igual modo, cumpriu-se o plasmado nos termos do nº1 e 2, do artigo 1º, do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, conjugado (mais tarde) com o artigo “20º, nº 1 e 2, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre “o direito de todos povos oprimidos a autodeterminação”.

Entretanto, apesar de tudo, conquistou-se a independência, e o papel do tocoismo, foi

¹⁶Além, de Simão Gonçalves Tôco, foram convidados Dr. António Joaquim Ferronha; Rui Gomes de Freitas; Angelino Alberto; João Pedro M´bala; Eng. Orlando Ferreira; Teófilo José da Costa; Dr. Pinto da Cruz; Fernando Lisboa Fernandes; Agualdo Barata; Humberto Lopes; Eduardo Centeno; José Gato; Eng. Cardoso e Cunha; Dr. Emílio Fernandes; e Manuel Simões.

enaltecida pelos nacionalistas políticos, como Holden Roberto, Daniel Chipenda, Dr. Jonas Savimbi, o Dr. António Agostinho Neto e outros. Entretanto, Neto reconheceu o papel de Tôco na defesa do direito à autodeterminação em uma mensagem de 1974, cujo teor, referimos abaixo:

Caro compatriota: Muito embora não te tenha encontrado desde os tempos do Liceu, não deixei por isso de conhecer a tua actividade nacionalista e o sacrificio em prol da Pátria". "É hoje para mim motivo de grande regozijo saber-te em Angola. Neste momento crucial da nossa existência nacional, em que se jogam os destinos do nosso País, espero que a tua lucidez patriótica continue a dirigir muitos dos nossos compatriotas para os caminhos da liberdade, independência e progresso em que nós também perseguimos. [...] (JORNAL PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1974).

De igual modo, “no dia 10 de novembro de 2018, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, terá reconhecido o papel do tocoismo e seu líder Simões Gonçalves Tôco na defesa do direito a “autodeterminação” de Angola” (JORNAL DE ANGOLA, 2019, p.3), ao “determinar nos termos da alínea q) do artigo 119º do CRA, a sua condecoração a título póstumo, com a “Ordem da Independência à 1º grau”. Tudo isto, foi possível, porque os tocoistas foram implacáveis e incorruptveis na defesa do direito a independência de Angola.

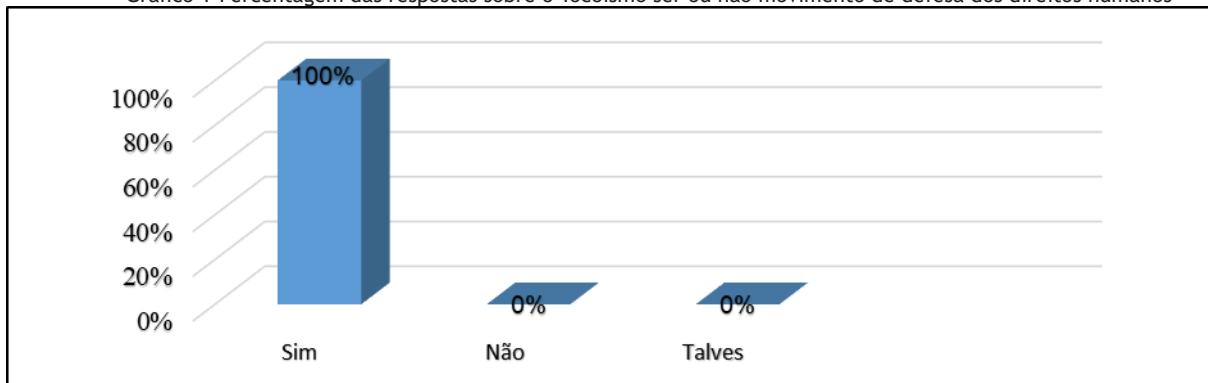
Resultados e Discussões

Neste sentido, apresentamos os resultados e concomitantemente a análise, discussão e interpretação dos mesmos, por meio do inquérito aplicado exclusivamente aos membros da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo “os Tocoistas”, por serem aqueles que achamos estarem preparados o suficiente (quer por conhecimentos adquiridos e por experiência), para nos fornecerem informações credíveis sobre a presente pesquisa.

Aferição do tocoismo como movimento de defesa dos direitos humanos

O Gráfico 1, mostra a percentagem da resposta relacionada a primeira questão, na qual, questionamos aos inqueridos se o Tocoismo é ou não movimento de defesa dos direitos humanos, na sua dimensão social e política.

Gráfico 1-Percentagem das respostas sobre o Tocoismo ser ou não movimento de defesa dos direitos humanos



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

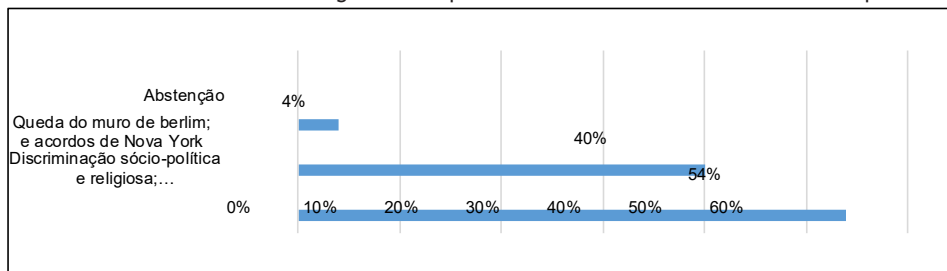
Nesta questão, cem (100) membros do Corpo dos 24 Anciãos e Conselheiros da Igreja inquiridos, responderam unanimemente que “Sim”, revelando que Profeta Simão Gonçalves Tôco é defensor dos direitos inerentes a dignidade Humana, correspondendo uma percentagem de 100% de respostas correta, conforme se apresenta no gráfico anterior.

Entretanto, esta resposta demonstra que o papel do Tocoismo na defesa dos direitos humanos é indiscutível, pois, para este propósito nasceu este movimento, cuja história, revela que sua resistência contra opressão transcende a conquista da liberdade de culto, e vai mais longe, percebendo que os direitos humanos são inalienáveis e indivisíveis. Outrossim, nota-se que os inqueridos não tiveram dificuldades em responder à questão, porque percebem que o Tocoismo desde o início se afirmar através da necessidade ver respeitado o direito dos oprimidos.

Detalhamento das causas que estiveram na base da luta do tocoismo em defesa da dignidade humana em Angola de 1964 à 1974

Entretanto, em pergunta de múltiplas escolhas, questionamos aos membros do Corpo dos 24 Anciãos e Conselheiros da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo as causas que moveram no passado os tocoistas a defenderem destemidamente os direitos humanos em Angola, tal como se pode observar no gráfico 2.

Gráfico 2- Percentagem das respostas sobre as causas da luta do tocoismo pelos direitos humanos



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Dos cem (100) inqueridos, cinquenta 54 apontaram a discriminação sócio-política e religiosa, a ditadura de Salazar, como principais causas da luta dos tocoistas, em prol dos direitos humanos, perfazendo cinquenta e três por cento (54%) das respostas corretas, e quarenta apontara (40) apontaram a queda do muro de Berlim e acordos de Nova York, totalizando trinta e dois por cento (40%) de resposta incorreta, enquanto que quatro (4) dos inqueridos não responderam a questão, e totaliza quatro por cento (4%) de abstenção as respostas.

Entretanto, é significativa a resposta dos cinquenta e quatro (54) inqueridos que apontaram para discriminação sócio-política e religiosa, a medida que o colonialismo foi uma doutrina alicerçada no tratamento discriminatório entre brancos e negros na vida social, política e religiosa. Entretanto, essa discriminação é ao mesmo tempo reflexo da ditadura de Salazar, que censura os direitos humanos.

No entanto, a ditadura de Salazar, legalizou a discriminação, por meio da provação do Decreto - Lei nº 39.666, de 20 de Maio de 1954, sobre o estatuto dos indígenas da Guiné, Angola e Moçambique. Nesta decreto, proíbe-se “direitos políticos aos indígenas” (art. 23º); os indígenas não poderiam se casar sem ter um baptismo católico (art.30º); não podem resistir às orientações das autoridades administrativas (art.17º, nº5), mesmo que contraria a dignidade humana; não poderiam nascer livres e iguais aos brancos perante a lei, senão reunisse os requisitos estatuídos nos termos do artigo 57º, como “falar corretamente o português, ter trabalho que possibilita sustentar a si mesmo e a família, ter adquirido hábitos e costumes ocidentais” e outros (PORTUGAL, opi. Cit., p. 221).

De igual modo, somente a Igreja ocidental, especialmente a católica e as missões protestantes usufruíam a liberdade de culto, mas as crenças de origem africana, eram banidas completamente. Entretanto, a concorda de 1940 veio convencionalizar esta atitude política do regime, no artigo 21º, porque determinou que:

O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementa-

res[...]. Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e de correção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos. [...]. (ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE, S.d, p. 7-8).

A luz desta norma, percebe-se que o Estado tinha profunda aliança com a Igreja Católica, para fins coloniais. Por isso, qualquer doutrina africana que tentasse se levantar, seria proscrita, porque o propósito colonial era destribalizar e desenraizar o africano da sua essência tradicional, por meio do catolicismo, pois, reitera Filho e Alves (opi. Cit., p. 3575) que “igreja católica foi a unidade religiosa escolhida para concretizar o processo de alienação, subordinação e instrução dos pretos, nos modelos ocidentais”. Logo, justifica-se a discriminação religiosa, social e política como sendo causa da subversão tocoistas em busca da “liberdade religiosa” e posteriormente a “autodeterminação”.

Assim sendo, somos a reafirmar que a ditadura de Salazar é tida como elemento singular, onde além da discriminação, imperou a censura e a violência policial, tal como, afirma Pinto (opi.cit., p.33), que “ao longo do tempo o regime salazarista, passou a suprimir liberdades fundamentais, especialmente os direitos de expressão, de reunião e associação, por meio da polícia e a censura, instalando o terror contra os oponentes do referido regime”.

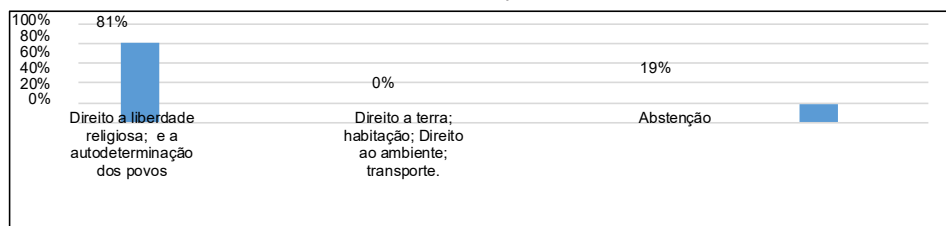
Neste sentido, a luz da resposta dos inqueridos, entende-se tudo isso, terá contribuído para a sublevação dos tocoistas, porque só a violação dos direitos humanos já legitima a sublevação ou resistência, como via de restituição dos direitos violados pelas autoridades.

Em suma, 40% dos inqueridos estão incorretos, porque a “queda do muro de Berlim (1989), é símbolo do fim da guerra fria e a dissolução da URSS e os acordos de Nova York (1988) enquadram-se no âmbito da guerra civil angolana, por isso, nada tem a ver com o período em estudo. Os 4% de abstenção as respostas, representa, talvez, falta de domínio sobre o assunto.

Identificação dos direitos defendidos pelo tocoismo em Angola de 1964 à 1974

De igual modo, em pergunta de múltiplas escolhas, questionamos aos membros do Corpo dos 24 Anciãos e Conselheiros da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo sobre os direitos defendidos pelos tocoistas, tal como se pode observar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Direitos defendidos pelos tocoistas entre 1964 à 1974



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

No que concerne a esta questão, somos a realçar que dos cem (100) inqueridos, oitenta e um (81), apontaram para direito a “autodeterminação”, e “liberdade religiosa”, perfazendo oitenta e um por cento (81%) de resposta correta. Entretanto, dezanove (19), não forneceram resposta alguma, totalizando 19% de abstenção. As opções incorretas ficaram sem resposta, perfazendo 0%, como se pode observar no gráfico.

Os 81 inqueridos que apontaram para direito a “autodeterminação”, e “liberdade religiosa”, estão corretos e entendemos que percebem que o foco dos tocoistas estava voltada para defesa destes princípios inerentes a dignidade humana, pois, no período colonial, sobretudo, “em 1965 os tocoistas requeram a independência diante das autoridades coloniais e em 1967 os tocoistas manifestaram-se novamente em Luanda, solicitando a liberdade de culto e independência, mas foram reprimidos pelo regime de salazar por revelarem tal coragem e ousadia” (NUNES, opi. Cit, p. 219-220), configurando como um exemplo prático de defesa do estatuido nos termos do nº1, 2 e 3 do artigo 1º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, na qual, determina-se que:

Todos os povos têm direito à autodeterminação. [...]. Em caso algum poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência. Os Estados-partes no presente Pacto, inclusive aqueles que tenham a responsabilidade de administrar territórios não autônomos e territórios sob tutela, deverão promover o exercício do direito à autodeterminação e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Opi. Cit., p. 1).

De igual modo, entendemos ser significativo as respostas dos 81 inqueridos, compreendendo a 81%, porque o próprio Tôco foi um dos exímios incentivadores e mentor de um pensamento tocoista forjada na “autodeterminação”, tal como se pode confirmar na abordagem de Ferreira (opi.cit.,p.103), o líder dos tocoistas dizia que “temos de orar e lutar pela nossa independência, porque Angola é nossa, nossa. Nossos avós não lhes receberam para nos colonizar e eles vieram e não voltam nas suas terras há muito tempo”.

Igualmente, tendo os inqueridos apontado significativamente no direito a liberdade religiosa, entende-se que os tocoistas agiram com base no estatuido nos termos do artigo 18º

Declaração Universal dos Direitos Humanos, conjugado com 9º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o nº3 do artigo 8º da Constituição portuguesa de 1933, que determina que “todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Opi. Cit., p.8-9).

Entretanto, quanto as abstenções as respostas, entendemos ser resultado da má abordagem das questões por parte de 19 dos inqueridos, o que também, preocupa por serem tocoistas de raiz, porque espervamos o melhor deles, pois, sendo guardiões da tradição e a história do Profeta Simão Gonçalves Tôco, dominam estes elemetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, os resultados mostram que princípios defendidos pelos tocoistas tem respaldo e enquadram-se no âmbito do direito interno e internacional de proteção a dignidade humana. De igual modo, espelharam suficientemente que, a discriminação sócio-política e religiosa, bem como, o regime ditador de Salazar, causou a sublevação dos tocoistas em defesa dos direitos inerentes a dignidade humana.

Ademais, o inquérito e a entrevista aplicada, evidenciam que o tocoismo é realmente movimento defensor dos direitos humanos, tendo se destacado na luta pela conquista do direito a “liberdade religiosa” e autodeterminação entre 1964 à 1974. No entanto, a defesa do direito à liberdade religiosa tornou-se concreto, quando, no dia 24 de setembro de 1974, por meio da “nota nº 3163/9ª/72/1º, o Governo de transição para independência, reconhece a liberdade de culto aos tocoistas, respeitando o estatuído nos termos do nº3 do artigo 8º da constituição portuguesa, conjugado o artigo 18º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre o “direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.

De igual modo, percebe-se que o contributo do tocoismo na defesa da “autodeterminação” foi concluído com o fim da guerra colonial, tendo como base jurídica o estatuído nos termos o artigo 1º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Atualmente, confirmou-se com a condecoração do líder dos Tocoistas, Simão Gonçalves Tôco, com a medalha do “1º grau da Ordem de Independência”, por parte do Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, no dia 10 de Novembro de 2018.

Entretanto, sugere-se ao Governo angolano em parceria com a Igreja tocoista, a integração do contributo do tocoismo na defesa dos direitos humanos, sobretudo, o direito “a

autodeterminação” e a “liberdade de religiosa”, nos programas de ensino angolano, de a menira a potenciar a sua valorização pela sociedade. Finalmente, somos a sugerir que os próximos pesquisadores possam tratar sobre o papel do tocoismo na defesa do direito a “educação” e “voto”, tendo em conta a natureza e a dimensão deste movimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE. Concordata entre a Santa Sê e a República Portuguesa. Lisboa, [S.d], p. 7-8. Disponível em: <https://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2007/07/concordata-1940.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

ALMEIDA, Francisco António de Macedo Lucas Ferreira de. Direito Internacional Público. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

BLANES, Ruy Llera. Da confusão à ironia: Expectativas e legados da pide em Angola. *Análise Social*, Lisboa, nº 206, vol. xlviii (1.º), p. 30-55, 2013. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_a02.pdf. Acesso em: 29. maio 2023.

BUZANELLO, José Carlos. Direito De Resistência. Rio de Janeiro, [s.n.]. [S.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15391/13974>. Acesso em: 29. maio 2023.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

FERREIRA, Cléria de Lourdes. O Tokoismo como Elemento da Identidade Angolana (1950-1965). 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em História de África), Faculdade de Letras Departamento, Universidade de Lisboa: de História. Lisboa. 2012. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9427/1/ulfl127420_tm.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

FILHO, Vladimir Brega; ALVES, Fernando de Brito. Da Liberdade Religiosa Como Direito Fundamental: Limites, Proteção E Efetividade. Brasília: CONPEDI. 2008. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/03_611.pdf. Acesso em: 9 abr. 2023.

IGREJA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO NO MUNDO “OS TOCOISTAS”. As Profecias de Mayamona. Luanda: [s.n.], 2012.

JORNAL COMÉRCIO. Reunião Sobre processo de descolonização: Convidados da Presidência da República. Lisboa, 26 Set. 1974.

JORNAL PROVÍNCIA DE ANGOLA. Mensagem de Agostinho Neto à Simão Tôco. Luanda, 19 out. 1974.

JORNAL ALFA E ÔMEGA. Viva o 56º Aniversário da Descida do Espírito Santo: Apelo do Líder. Luanda, 5 ago. 2005.

JORNAL DE ANGOLA. Condecorações: Ordem de Independência a Viriato da Cruz e Simão Toco. Luanda, 10 nov. 2019.

NUNES, Afonso. Enciclopédia Tocoísta: Génese e identidade Doutrinária. Luanda: Acácia. 2018.

_____. Introdução à História do Tocoísmo. Luanda: Mayamba. 2021.

_____. Culto alusivo ao 73º Aniversário da Descida do Espírito Santo. Documentário. Luanda. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyiJuwZoVrc&t=12076s>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional dos Direitos Cívís e Políticos, 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. p.3. Disponível em: <https://www.ipc.pt/ipc/wp-content/uploads/2020/03/Declarac%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países E Povos Coloniais, 1960. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 1981. Disponível em: https://plataformabioksan.com/wp-content/uploads/2020/07/Carta_Africana_dos_Direitos_Humanos_e_dos_Povos.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

PORTUGAL. Constituição (1933). Constituição de 1933: promulgada em 11 de Abril de 1933. Lisboa: Diário do Governo. 1933. 58 p. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>. Acesso em: 20. mar. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de Maio de 1954. Dispõe sobre o Estatuto dos indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Lisboa, Diário do Governo, [s.v.], 225 p, maio. 2 trim. 1954. Legislação portuguesa. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. Lei nº7/74, de 27 de Julho de 1974. Dispõe sobre o Reconhecimento de Portugal sobre o direito a Autordeterminação dos povos. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Lisboa, Imprensa Nacional, v.174, 1 p, jul. 4 trim. 1974, Legislação portuguesa. Disponível em: https://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2015/N12/lei7_74.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

PINTO, Dora Marisa Gomes. Ensaio sobre Evolução Política do Estado Novo. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais.), Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61004287.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SMOLAREK, Adriano Alberto; MIRANDA, João Irineu de Resende. A Autodeterminação dos Povos na Corte Internacional de Justiça: Aproximações possíveis às Opiniões Consultivas sobre o Sudoeste Africano e o Saara Ocidental. Sequência-Estudos Jurídico Político, Florianópolis, vol.42 n.89, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/D6b5wfjdNwrGPmdnLcRHHgN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2023.

TANGA, Lino. O impacto da concordata e do acordo missionário em Angola (1940-1975). 2012. 125 f. Tese (Doutorado em Teologia Histórica). Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9356/1/TESE%20DO%20CURSO%20DE%20DOUTORAMENTO%20EM%20TEOLOGIA%20-HIST%C3%93RICA%20-%20LINO%20TANGA.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 1950. Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/convention_por.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

OS IMPACTOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE BETÂNIA-PE.

JANE MARIA DA ROCHA¹⁷

RESUMO

O presente artigo discute as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa no contexto brasileiro e na efetivação da proteção social básica na busca por direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Com base neste contexto, surgiu a necessidade de conhecer a importância da convivência social e familiar para o idoso e de que forma às políticas sociais podem contribuir para a garantia dos direitos sociais, bem como a promoção do envelhecimento aliado a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, no sentido de efetivar as normativas da Tipificação de Serviços Socioassistenciais e da Política de Assistência Social, na tentativa de identificar os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Betânia-PE, contudo, torna-se indispensável para a pessoa idosa a participação nas atividades do serviço, uma vez que contribui para a melhoria da qualidade de vida, o envelhecimento saudável e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

PALAVRAS-CHAVES: Envelhecimento; Pessoa Idosa; Política de Assistência Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

ABSTRACT

This article discusses the public policies aimed at the elderly in the Brazilian context and at the realization of basic social protection in the search for social rights guaranteed by the Federal Constitution of 1988, the National Policy of the Elderly and the Statute of the Elderly. Based on this context, the need to know the importance of social and family coexistence for the elderly has arisen and how social policies can contribute to the guarantee of social rights, as well as the promotion of aging combined with improved quality of life. In order to do so, the documentary and bibliographical research techniques were used in order to implement the regulations of the Sociaassistential Services Typification and the Social Assistance Policy, in an attempt to identify the impacts of the Service of Coexistence and Strengthening of Links of the city of Bethany- PE, however, it is essential for the elderly person to participate in the service activities as it contributes to the improvement of the quality of life, healthy aging and the strengthening of family and community ties.

KEYWORDS: Aging; Elderly; Social Assistance Policy; Service of Coexistence and Strengthening of Links;

¹⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA.

O presente trabalho visa analisar os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como também suas contribuições de forma positiva para a qualidade de vida do público idoso participante deste serviço ofertado pela Proteção Social Básica através da Política de Assistência Social.

Com isso, será apresentada uma discussão sobre qualidade de vida, abordando as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa e destacando os impactos significativos para os idosos no sentido de contribuir com sua autoestima, a participação social, oportunidade para trocar experiências, saberes e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Consequentemente, apresentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como serviço ofertado pela Política de Assistência Social, explanando objetivos e princípios norteadores que fundamentam o serviço, assim sendo, a pesquisa tem como foco a discussão sobre os impactos do serviço na qualidade de vida dos idosos no município de Betânia-PE.

Dessa forma, o estudo tem a relevância de abordar a seguinte temática: Quais são os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na qualidade de vida dos idosos no município de Betânia - PE?

Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na qualidade de vida dos idosos no município de Betânia-PE. Quanto aos objetivos específicos, busca-se identificar as ações desenvolvidas e os impactos ofertados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os idosos participantes, com o intuito de assegurar um espaço de encontro, contribuindo para um envelhecimento de qualidade, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Proporcionando assim uma discussão acerca da qualidade de vida para a pessoa idosa.

Considerando o crescimento da população idosa no Brasil, o grupo de idosos com faixa etária de 60 anos ou mais serão maiores que os grupos de crianças e jovens com até 29 anos de idade no ano de 2060, atualmente a estimativa média de vida é de 75 a 81 anos, conforme dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Devido aos diversos fatores que interferem no bem estar social, contribuindo para redução da maior longevidade. Contudo, a população idosa não possui uma longevidade alta, como não possui uma longevidade alta é fundamental viver com qualidade de vida. Nesse sentido, é importante considerar como a pessoa idosa enfrenta essa fase da vida através da sua capacidade de se adaptar as transformações típicas no envelhecimento, visto que muitos idosos não conseguem enfrentar positivamente tais transformações. Alguns possuem a tendência de viver isolados da sociedade, rompendo muitas vezes os laços familiares e comunitários, na maioria dos casos essa insatisfação com a chegada da terceira idade provoca o comprometimento das suas capacidades físicas,

intelectuais e psicológicas.

Diante disso, a população idosa deve ser objeto de atenção das políticas sociais, garantindo aos idosos a efetividade e proteção dos direitos, o qual precisa de um tratamento diferenciado, por ser considerado risco social. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2012).

Diante da realidade, é indispensável compreender a execução da Política de Assistência Social no sentido de garantir os direitos ao convívio familiar e social, melhoria na qualidade de vida, previstos no Estatuto do Idoso, no âmbito da Proteção Social Básica por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os idosos.

Conclui-se, que a pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na qualidade de vida dos idosos participantes no município de Betânia-PE.

Trata-se de pesquisa explanatória pautada no procedimento metodológico de análise documental e bibliográfica, artigos científicos publicados na internet, revistas etc. Além de entrevista semiestruturada com a equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. A análise documental permite identificar dados empíricos relevantes aos impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na qualidade de vida da pessoa idosa.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A PESSOA IDOSA.

O envelhecimento populacional prevê a participação do idoso, da família, da sociedade e do Estado nas ações políticas de assistência social, porém, as políticas públicas apresentam dificuldade para acompanhar o rápido aumento da população idosa brasileira, trazendo como consequência a distorção das responsabilidades sobre a pessoa idosa, quando na dependência acabam sendo assumidos exclusivamente por seus familiares e visto como um problema familiar, devido à ausência ou precariedade do suporte do Estado.

Sabe-se que a política pública de atenção à pessoa idosa se relaciona com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como a ação reivindicatória dos movimentos sociais, a partir disso, a Política Nacional do Idoso, regulamentada pela Lei nº 8.842/1994, cria normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania, tendo como objetivo a criação de novas condições

para promover a longevidade com qualidade de vida, e consequentemente apresentando ações voltadas à pessoa idosa.

Em relação ao que competem as entidades públicas surge à necessidade de criar novos locais para atender ao público idoso, tais como: centros de convivência, casas-lares, atendimentos domiciliares dos profissionais de saúde, oficinas de trabalho para a terceira idade, estimulando a inclusão e a participação no mercado de trabalho.

Deste modo, o Estatuto do Idoso, fundamentado com aprovação da Lei nº 3.561 de 1997, acrescenta em normas legais abrangentes novas postulações sobre a pessoa idosa e exige um redirecionamento de prioridades das ações das políticas públicas, consolidando os direitos assegurados na Constituição Federativa Brasileira de 1988, no intuito de proteger o idoso que se encontra em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Entende-se que o envelhecimento populacional é um fator proveniente das políticas públicas que propiciam melhoria da qualidade de vida, considerando a transição epidemiológica e demográfica perante as necessidades de atenção à saúde da pessoa idosa foi instituída e atualizada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa de acordo com a Portaria nº 2.528/2006, oferta a promoção do envelhecimento ativo e saudável, melhoria da capacidade funcional da pessoa idosa, a prevenção em saúde, estímulo a participação e fortalecimento do controle social, de modo a garantir-lhes a permanência, longevidade e qualidade de vida no meio em que vivem. (BRASIL, 2006)

Contudo, as políticas públicas voltadas à pessoa idosa contribuíram e vem contribuindo ao longo da história para o envelhecimento ativo com qualidade de vida e reduzindo os casos de desigualdades sociais, embora ainda se encontre grandes entraves no trabalho de execução, cabe ao Estado e a sociedade, desenvolver políticas públicas consistentes e reagir aos desafios existentes.

As políticas sociais voltadas para a pessoa idosa surgiram no século XIX através de movimentos populares decorrentes dos conflitos entre capital e trabalho, no âmbito das primeiras revoluções industriais.

Segundo Yazbek, as políticas sociais podem ser entendidas como formas de intervenção do Estado nas expressões da questão social visando à manutenção das relações sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, afirma que o acesso dos usuários a política dos recursos, bens e serviços sociais se dá através da implementação da proteção social básica que garante o direito, a redistribuição dos benefícios sociais, a diminuição das desigualdades estruturais e potencialidades da sociedade. (Yazbek, 2008).

No Brasil, as políticas sociais relacionadas aos direitos da pessoa idosa acerca do

envelhecimento como expressão da questão social chamam atenção dos governos para criar projetos e programas de ações a fim de enfrentar as questões referentes ao envelhecimento com saúde e bem-estar dos idosos que emergem no cenário das situações de risco e vulnerabilidade social.

Ressalta-se que as ações do governo tinham um cunho caritativo, após a aprovação da Política Nacional do Idoso (PNI) regida pela Lei nº 8.842/1994, quando houve um grande avanço no Brasil, pois a política tem o objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. (Art. 1º da PNI/1994).

As políticas sociais ainda são precárias nos diversos equipamentos em que os serviços são ofertados e percebe-se a urgência do Estado em garantir condições dignas aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visto que a precarização reflete no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Imerso na conjuntura de regressão dos direitos e de cortes sociais, enfrenta o comprometimento na oferta dos serviços e no alcance dos objetivos propostos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

A Política Social é constituída para ser trabalhada em articulação com demais políticas, aprimorando a intersetorialidade, verificando o caráter contraditório de cada particularidade territorial e permitindo a mediação com o Estado para manter a ordem social na contribuição da garantia e efetivação dos direitos sociais, suprimindo as demandas de atendimento da rede de proteção social básica.

A autora Potyara Pereira (2014) destaca que a intersetorialidade abrange decisões políticas entre os indivíduos relacionados. Sendo assim, está envolta de interesses políticos, de disputas e de conflitos que devem ser mediados tendo a percepção da importância da contribuição de cada setor para que a fragmentação da questão social seja superada. Por mais desafiante que seja materializar esse princípio, é de suma importância buscar sua efetivação ao considerar as possibilidades de intervenção.

Na prática da execução da política surge a necessidade de formar grupos de convivência para a pessoa idosa, sendo considerado como uma das principais formas de inserção social dos idosos, no intuito de contribuir para o processo de envelhecimento digno e saudável, através da realização de atividades socioeducativas, os grupos propiciam a sociabilidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a melhoria da qualidade de vida, conforme prevê o artigo 9º do Estatuto do Idoso: “Sendo obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação das políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável com condições dignas de vida”.

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA

Para compreender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos faz-se necessário uma análise histórica do efetivo serviço a partir das ações da Proteção Social Básica e da Política de Assistência Social para grupos de pessoas idosas, elencando os impactos que contribuíram para qualidade de vida do público idoso.

Os primeiros grupos de convivência de idosos foram implantados no Brasil na década de 1960, através do Serviço Social do Comércio (SESC) com objetivo de garantir a participação social e a convivência entre idosos.

De acordo com Canôas (1983) o primeiro grupo de convivência de idosos foi fundado em 1963, na cidade Várzea do Carmo em São Paulo e logo se expandiu por todo o estado, o trabalho foi realizado por um grupo de assistentes sociais, apresentando ações do trabalho social, promovendo a autoestima e estimulando o desenvolvimento individual e coletivo do idoso na sociedade.

Os grupos de convivência para idosos ao nível de governo brasileiro começaram a ser inaugurados na década de 1970, como modalidade de atendimento não asilar, através do Programa de Assistência ao Idoso (PAI), gerenciado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Os serviços requerem uma relação do fortalecimento de vínculos, sendo assim, a inserção do idoso na sociedade é através da formação de grupos de convivência, nos quais os idosos ocupam o tempo livre para realizar atividades sociais, físicas, culturais, incentivando a inclusão social do idoso, a promoção do envelhecimento ativo, contribuindo com a autoestima, melhoria da qualidade de vida e evitando o isolamento social. Contudo, os grupos de convivência precisam ser utilizados como espaço de debate e fortalecimento de reivindicações referentes às necessidades da pessoa idosa.

No Brasil, a Assistência Social tem sua origem histórica baseada na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa, a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser reconhecida como política social, junto com as políticas de saúde e de previdência social, ambas compõem o sistema de seguridade social brasileira.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social (CF, 1988, Art. 194).

A Política de Assistência Social é inscrita na Constituição da República Federativa do Brasil

nos artigos 203 e 204, logo após a instituição da Assistência Social como direito de seguridade social, foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e posteriormente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no ano seguinte a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, que definiu as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Art. 203 - A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204 - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, CF 1988).

A Política acima citada estabelece duas formas de proteção aos indivíduos, sendo a Proteção Social Básica (PSB) que se destina a prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, no intuito de evitar violações de direito. Já a Proteção Social Especial (PSE), são os serviços ofertados aos indivíduos que já se encontram em situação de risco tanto pessoal quanto social, ou seja, já tiveram seus direitos violados, sendo dividida em média e alta complexidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os serviços de proteção social básica devem ser executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência

Social - CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

Portanto, os CRAS são locais fundamentais para que os idosos possam ser acompanhados, bem como toda sua família, além de envolver os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Considerado como porta de entrada dos usuários a rede de proteção promovida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e deve promover o mapeamento dos idosos em situação de vulnerabilidade social e elaboração de projetos de prevenção a riscos, melhoria da qualidade de vida, preparação para o envelhecimento, bem como de integração social do idoso à comunidade.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ao qual este estudo se propõe, segundo a Tipificação, são serviços organizados em grupos, que: Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolverem o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009b, p.14).

Desta forma, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas deve promover ações e atividades pautadas nas características, interesses e demandas desta faixa etária, com foco no desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, considerando a importância da vivência em grupo, as experiências artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, sempre levando em consideração a autonomia dos idosos, bem como a centralidade da família (Brasil, 2012).

Conforme consta na Tipificação, os impactos sociais esperados para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos são: Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social; Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; Aumento de acessos aos serviços socioassistenciais e setoriais; Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais; Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias; Melhoria da condição de sociabilidade de idosos; Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização (Brasil, 2009b, p. 20).

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE BETÂNIA-PE

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública de âmbito municipal da assistência social que executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a pessoa idosa. De acordo com as normativas da Tipificação de Serviços Socioassistenciais, o equipamento tem como objetivo garantir o convívio e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos usuários, buscando romper o isolamento social e consequentemente construir uma imagem positiva da velhice com qualidade de vida. (MDS, 2009)

Atualmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), através do grupo de idoso Riacho do Navio é a ação representativa e consolidada da Política de Assistência Social para idosos no município de Betânia-PE. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos funciona no prédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, no bairro Alto do Bom Jesus, município de Betânia-PE, atendendo aproximadamente 100 idosos na sede do município e na extensão da Vila São Caetano, sendo 64 do sexo masculino e 36 do sexo feminino com faixa etária entre 55 e 83 anos, os encontros com o grupo de idosos acontecem semanalmente nas terças, quartas e quintas-feiras, no horário das 08h00min às 11h30min, proporcionando a realização de atividades tais como: danças, palestras voltadas para a saúde e a rede socioassistencial da pessoa idosa, oficinas de pintura, crochê, materiais recicláveis, atividades físicas e passeios turísticos. Essas ações garantem as pessoas idosas informações, orientações, possibilitando a escuta, o diálogo e a troca de experiência de vida.

Considera-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos estima pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como a garantia dos direitos da pessoa idosa, valorizando a importância da família e da sociedade no processo de envelhecimento ativo.

Desta forma, os grupos de convivência para idosos contribuem positivamente ao propósito de proporcionar a interação social do idoso.

RESULTADOS

No campo de pesquisa, as experiências vivenciadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram relevantes para compreender e refletir sobre os impactos do serviço acerca da garantia de direitos da pessoa idosa. No que concerne ao trabalho

desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), foi possível perceber que no local é executado o Serviço de Convivência para adolescentes através do Núcleo de Participação e Desenvolvimento dos Adolescentes (NUCA), sendo esse programa da Política de Assistência Social e do Serviço de Proteção Social Básica.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa é executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como objetivo assegurar um espaço de encontro para idosos, com o intuito de fortalecer a convivência familiar e comunitária, com troca de experiências, oficinas artesanais entre outras que estimule a autonomia, envelhecimento ativo e convivência social.

Por fim, ressalta-se a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a pessoa idosa, no sentido de garantir a proteção social através das políticas públicas que assegura o direito de um envelhecimento digno e participativo. Além disso, constatou-se que os limites existentes para execução da Política de Assistência Social ainda deixam um pouco a desejar na efetivação dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações apresentadas neste trabalho, e anteriormente analisadas todo o processo histórico das políticas públicas e das políticas sociais para a pessoa idosa, no que concerne o direito a convivência social e o fortalecimento dos vínculos familiares. O trabalho foi na perspectiva de analisar o grupo de convivência para idoso Riacho do Navio como um espaço que assegura o direito de envelhecer com qualidade de vida, como consta na Política Nacional do Idoso, a interação social e os grupos de convivência são de grande relevância, visto que pode proporcionar ao idoso envelhecer com qualidade de vida, promovendo a socialização entre idosos e evitando o isolamento.

Desta forma, durante a pesquisa foi percebido a satisfação dos idosos em relação ao grupo de idoso Riacho do Navio, as atividades realizadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos contribui com o aumento da autoestima e independência da pessoa idosa, o que reflete na relação com a convivência familiar e social.

Por fim, é preciso que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos trabalhe efetivamente com as políticas sociais no sentido de esclarecer a importância da convivência social e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários na vida da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

_____. Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. São Paulo: Sugestões literárias, 2003.

_____. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência, 2005.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Ed. Brasília: MDS, 2009a.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009b.

_____. Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2012.

_____. Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Passo a passo. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2013b.

_____. Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013. Dispõe sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

GIMENES, Julia Garcia. et al. Processo de afirmação da Assistência Social como Política Social. In: Serviço Social em Revista. v. 8, n. 2. Londrina-PR: UEL, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v8n2_sonia.htm. Acesso: 02 de outubro de 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IPEA, 2004. 604p. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - set/2004).

IAMAMOTO, Marilda Villela. & CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1983.

RESENHA:**VALENTIM, IGOR VINÍCIUS LIMA. CAFETINAGEM ACADÊMICA, ASSÉDIO MORAL E AUTOETNOGRAFIA. RIO DE JANEIRO: COMPASSOS COLETIVOS, 2022.**MÁRIO JORGE DE PAIVA¹⁸GUSTAVO CRAVO DE ALMEIDA¹⁹

Um livro que promete no título falar de cafetinagem acadêmica, sem dúvida, possui um começo curioso e que promete uma crítica ao mundo acadêmico de dentro da própria academia, algo que não é novidade, mas que sempre pode ser um ponto para boas reflexões.

À medida que íamos lendo, percebíamos tanto concordâncias quando discordâncias, em relação ao autor. Concordâncias, por exemplo, em relação ao mundo acadêmico que não necessariamente valoriza uma novidade, preza repetições etc. Valentim (2022, p. 123), em determinado momento, fala que lhe encanta temas polêmicos e a nós também encanta, mas isso não nos exime de criticar escolhas, explicações, metodologia, coisas que nos parecem pouco desenvolvidas da parte de tal colega. O próprio conceito de cafetinagem acadêmica parece uma questionável escolha de palavras. Cafetinagem, como sabemos, possui um tom negativo e sexual, porque se refere, geralmente, ao elemento de exploração sexual de uma pessoa, enfim, o que pode estar envolvido até em um universo de crimes, se tivermos por base que a prostituição nem é permitida em todos os lugares. Logo, o próprio conceito que ele propõe parece fora do lugar em relação ao fenômeno que descreve, pois não está falando de exploração sexual dos jovens acadêmicos, mas de uma prática de sedução ideológica, como vemos, isso possui pouca relação com o sentido rotineiro do termo cafetinagem. No fim, a nossa impressão é que esse livro, enquanto uma crítica ao mundo acadêmico, poderia ter sido mais denso e melhor, inclusive no sentido de aprofundado mais suas próprias referências teóricas, vide Nietzsche, Foucault, Deleuze e tutti quanti.

O livro em questão é dividido em 7 capítulos, mais referências, índice remissivo e um Sobre o autor. O capítulo 1, Sobre a (des)organização deste livro, possui mais por base apresentar o projeto e a divisão dos capítulos. Diz que seu trabalho então é tentar desnaturalizar a academia e suas relações sem idolatrias (Valentim, 2022, p. 13).

O capítulo 2, Academia careta, começa dizendo que em geral a academia é careta e conservadora (Valentim, 2022, p. 17). Vejam como isso, por si só, já é um juízo de valor,

¹⁸ Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-Rio.

¹⁹ Doutor (PUC-Rio) e Funcionário Público (UFRJ)

sendo difícil refutar ou provar tal tópico. Na sequência fala que o presente trabalho não busca uma generalização, mas refletir sobre o contexto macro, partindo de elementos que lhe afetam.

Fala que a academia lhe lembra um círculo pequeno e fechado. Existe um risco enorme de retaliação se não se quiser jogar este ou aquele jogo. Fala de práticas vaidosas, arrogantes, sedutoras etc. Em que muitos dos que se dizem progressistas se mostram conservadores em relação ao novo, quando esse não parte de sua panelinha etc. O autor aborda (Valentim, 2022, p. 19) uma tendência maior de reprodução e repetição, em que se abdicar de certos elementos da vida acadêmica se mostra possível, porém trabalhoso.

Na sequência conta como o presente texto não nasceu em formato de livro, mas em formato de artigo. Um artigo mandado para duas revistas acadêmicas, que o rejeitaram. Uma revista, a primeira, levou mais de um ano para lhe responder com uma negativa, algo que não nos surpreende. Como sabemos por nossa própria experiência, enquanto acadêmicos, há revistas que demoram bem mais para responder. Foi numa terceira tentativa, mandando para uma revista internacional, e com várias modificações, que o autor conseguiu publicar seu artigo crítico à vida acadêmica. Esse caso em específico nos parece falar pouco, não sabemos para que revistas ele mandou o material, não lemos o material do autor, e aqui falamos como pareceristas, então não dá para saber se o trabalho estava bom ou não etc. Mas, claro, concordamos que certos temas polêmicos podem tornar editores mais reticentes diante de certas publicações.

O capítulo 3, Autoetnografia, fala de forma bem breve sobre o conceito de autoetnografia. Como o próprio autor igualmente deixa claro há um desejo de sua parte por ter uma linguagem simples, coloquial, mas isso não o impediria de explorar melhor seu aporte teórico. Bortolini (2023), por exemplo, criou um livro bem didático, conseguindo discutir melhor seu aporte teórico do que Valentim, em nosso entender. Em determinado ponto do capítulo, o autor chega a falar (Valentim, 2022, p. 31) que a autoetnografia não possui preocupação com veracidade. Ou seja, ele decide pegar questões que são extremamente relevantes para sua própria metodologia e aporte e trata de forma demasiadamente breve.

O capítulo 4, Cafetinagem acadêmica, aborda esse conceito, que, como já falamos, nem sabemos se foi a melhor escolha de palavras. O autor fala de um jogo de sedução entre o acadêmico mais velho e o iniciante, os que querem pertencer ao mundo novo que está se abrindo. Assim, se aplicam objetivos e interesses, e aqui o autor está seguindo uma análise bourdiesiana (Valentim, 2022, p. 39), daqueles que estão pré-estabelecidos e considerados válidos por outros.

Certas recomendações podem surgir disfarçadas de bons conselhos (Valentim, 2022, p. 40). Ou seja, fica pouco claro, inclusive, os limites do conceito de cafetinagem acadêmica, partindo do princípio que genuínas recomendações de um orientador preocupado, na verdade, podem ser lidas como tais práticas espúrias de cafetinagem; até pelo motivo que o sedutor não exige algo do seduzido, como diz o próprio autor (Valentim, 2022, p. 42). Quando um orientador diz: esse projeto vai lhe trazer muita dor de cabeça ele não está mentindo.

Mas, claro, Valentim também aponta como é difícil criar uma agenda própria, autônoma, de pesquisa.

O capítulo 5, *Cenas universitárias*, é possivelmente o melhor capítulo do livro, porque apresenta a vida de uma personagem, que pode ou não ser Valentim, descrevendo como foi prejudicada por simplesmente seguir regras e leis que regem a universidade pública. É uma mistura de um terror burocrático digna de Kafka com uma discussão sobre assédio no trabalho, mais especificamente como o assédio mina tal saúde física e mental de uma pessoa, em seus mecanismos que podem ser sutis.

O capítulo 6, *Entre a Cafetinagem Acadêmica e o Assédio Moral*, é um capítulo que termina por ligar melhor os pontos e dar uma coesão nova ao material. Aqui o autor fala de tais dois conceitos, do título, como dois lados de uma mesma moeda, por mais que relações humanas sejam mais complexas que conceitos duais etc. Ambos estão soldados em valores próximos, objetivos semelhantes, segundo o autor, que envolvem desde fazer com que os outros ajam de acordo com uma vontade de alguém para potencializar diversos interesses, passando por manutenção do controle das relações, que exige um não questionamento das rotinas e do status quo. Assim, um lado representa uma operação por veneração, naturalização, desejo, o outro é a face da violência e do tacape (cf. Valentim, 2022, p. 85).

O dizer não como uma grande medida da liberdade, da autonomia; poder se dizer não sem se sentir culpado, sem dever favores, isso vale para outros campos da vida e para dentro da vida acadêmica também (cf. Valentim, 2022, p. 87).

Mais uma discussão profundamente importante em tal capítulo: como os assediadores tentam fazer suas vítimas parecerem algozes. Então, o autor adota posição clara, vendo totalmente injusto e absurdo responsabilizar uma vítima por seu medo ou silêncio (cf. Valentim, 2022, p. 89).

O capítulo 7, *Considerações no espelho*, enquanto o fechamento do livro, volta para alguns tópicos que o autor gostaria de frisar ou explicar melhor. Falando da valorização de micro lutas, ação individual e pontual etc.

Fala que depois de trabalhar em outros ramos teve um olhar talvez ingênuo em relação ao campo acadêmico, como um possível espaço de pensamento livre, uma espécie de paraíso terreno. Porque a universidade, como qualquer organização, é uma arena em disputa, com batalhas, contradições, alegrias, tristezas, decepções, inovações e por aí vai. Um espaço com hierarquias e hipocrisias, mesmo que as universidades públicas, em particular, estejam cheias de pesquisas e textos críticos. Ainda se olha pouco pra as relações entre os acadêmicos, pondera o autor.

Aqui gostaríamos de fazer um acréscimo, algumas ideias de Valentim nos parecem similares, em algum grau, as do projeto Heterodox Academy. Há acertos, mas algumas coisas também devem ser mais problematizadas. Uma história pessoal, que acredito que combine com toda essa discussão sobre autoetnografia, quando conhecemos o material da Heterodox Academy anos atrás, ainda no doutorado, seu principal divulgador para nós foi um jovem que queria importar o projeto, de forma pouco crítica em nossa leitura, e era, muito provavelmente, um fã de Olavo de Carvalho, ou seja, a universidade mais heterodoxa pode ser uma porta de entrada para uma aceitação maior de ideias de extrema direita, por exemplo. Uma universidade mais aberta para diferentes projetos pode ser também uma universidade com menos filtros qualitativos, esse é nosso ponto. Valentim deixa claro que seu projeto não é para ampliar a extrema direita, o negacionismo etc., mas veja como isso, pelo menos em nossa leitura, pode ser uma consequência não esperada. Nossa questão é simples, os tópicos de Valentim são de importância, mas poderiam ser explorados melhor em seu livro. Esse tom com certos elementos libertários nem sempre é algo bom, não nos esqueçamos como tais próprias ideias de Nietzsche puderam ser apropriadas pelo nazismo, em leituras heterodoxas de sua obra, claro, houve o auxílio de sua irmã, mas isso não é algo que aqui desejemos aprofundar. Nossa questão é apenas essa, como o próprio autor sabe, aqui estamos falando de relações de poder, saber, subjetividade, sobre dispositivos etc., logo não haverá um vaco de poder.

Avancemos, o autor então fala que a universidade precisa ser um lugar de alegrias e potências (Valentim, 2022, p. 98), rompendo com o conformismo utilitário. Dentre os elementos que o autor defende vemos: reduzir a vontade de popularidade, abrir mão de agradar tudo e todos, desconstruir uma ideia de perfeccionismo (afinal o tempo, a vida, é limitado, a perfeição não existe), desconstruir o caráter supostamente natural das hierarquias (Valentim, 2022, p. 101-102).

Diz não estar em guerra contra a universidade, não generaliza que a universidade seja algo ruim, pelo contrário. Quer universidades públicas mais fortes e inclusivas, com pessoas mais alegres. É uma indagação sobre o que pode ser feito para melhorar tais espaços.

Recorre a Nietzsche e ao filme *Matrix Resurrections* para falar que é uma minoria que quer

autonomia, criatividade etc., sendo muitas pessoas presas ao conforto do rebanho.

O livro fecha falando das pequenas iniciativas, novamente, abordando a criação de resistências e fissuras, brechas, linhas de fuga na direção de mundos mais democráticos e horizontais. Afinal, somos todos interdependentes. Em suma, entre concordâncias e discordâncias, o livro de Valentim é interessante e provoca reflexão, mesmo que estivéssemos esperando mais do mesmo em termos de densidade teórica, reflexões metodológicas e coisas desse gênero.

REFERÊNCIAS

Bortolini, Alexandre. É pra falar de Gênero SIM: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação. [s. n] Brasília, 2023.

VALENTIM, Igor Vinícius Lima. Cafetinagem acadêmica, assédio moral e autoetnografia. Rio de Janeiro: ComPassos Coletivos, 2022.

RESENHA:

MATTEI, CLARA. A ORDEM DO CAPITAL: COMO ECONOMISTAS INVENTARAM A AUSTERIDADE E ABRIRAM CAMINHO PARA O FASCISMO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2023.

VINÍCIUS GERBASI²⁰

“Há uma guerra de classes, tudo bem, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo a guerra, e nós estamos ganhando.”

Warren Buffet

“Mesmo que os economistas e os técnicos conhecessem o remédio secreto, não poderiam aplicá-lo até que tivessem persuadido os políticos; e os políticos, que têm ouvidos, mas não olhos, não atenderão à persuasão até que ela reverbere para eles como um eco do grande público.”

John Maynard Keynes

Desde a ascensão da extrema direita no mundo todo surgiram estudiosos dedicados à sua investigação, relacionando-a ao fracasso do neoliberalismo e ao sistema político e representativo das democracias burguesas ocidentais. Há, entretanto, um pilar de sustentação das sociedades neoliberais: a política de austeridade, praticada e difundida por todos os países do Ocidente. É para explicar as origens e causas da austeridade que o livro de Clara Mattei, *A Ordem do Capital*, contribui.

A proposta e hipótese original de Mattei é compreender a trajetória e o significado da austeridade - que se seguiu, a partir dos anos de 1970-1980, com máximo rigor e muitas resistências, por uma série de reformas econômicas e privatizações, - e o modo como foi implementada tanto em sistemas políticos autoritários quanto em democracias liberais. Observadores e comunidade internacional, entre eles financistas, bancos e ministros avaliam um governo totalitário como o fascismo, “apenas em termos do seu desempenho económico” (p.358), não importando por quais meios atinge-se certos fins.

A austeridade pode ser entendida como: “um conjunto de barreiras fiscais, monetárias e industriais de uma economia, que garanta a “santidade” destas relações sociais (p.17).

²⁰ UNESP.

Portanto

O momento da invenção da austeridade reflete as suas motivações animadoras. De maior importância do que a suposta eficácia económica da austeridade foi a sua capacidade de proteger as relações capitalistas de produção durante um período de organização social sem precedentes e de agitação pública por parte das classes trabalhadoras (p. 17).

O livro, ao tratar a questão da austeridade a partir do interesse do capital, distancia-se de alegações como as de “falência do político” e da falaciosa separação entre economia e política; a primeira captura continuamente a segunda e impõe-lhe instrumentos de política econômica, como circulação da moeda, taxa de juros e de câmbio e inflação. O objetivo é garantir a riqueza acumulada dos mais ricos e a acumulação do capital, garantindo investimentos privados e lucros.

A leitura não é dirigida apenas à economistas, mas àqueles que não se deixam enganar por economistas e por suas ideias dogmáticas e supostamente irrefutáveis. Face ao pensamento econômico hegemônico, o livro dá certo alívio num ambiente caracterizado por análises e discurso econômico obstinados e sufocantes.

Engana-se, portanto, aqueles que pensam que a austeridade é um problema técnico, pois é, inicialmente, sociopolítico de distribuição de riqueza e, por outro lado, um mecanismo político contemporâneo. A autora persegue a história política e econômica para demonstrar em suas causas e origens, que a austeridade não consiste nem numa ideia e prática nova, nem numa questão de contabilidade social e nacional. Assim, as explicações do livro refutam a tradição liberal ortodoxa e abrem uma perspectiva teórica pela sua interpretação significativa, por duas razões: pela análise histórica e documental e pela relação de colaboração e assistência, entre liberais e fascistas. É notório, como demonstra Mattei, a leniência e benevolência pela qual foi tratada o fascismo por banqueiros, diplomatas e políticos britânicos em relação aos excessos cometidos por um Estado violento, pois eles poderiam justificar-se pela economia.

A história da austeridade vai além das décadas de 1970-1980, pois é anterior, remontando-a ao começo do século XX, brevemente interrompida pelas políticas keynesianas a partir do pós-guerra, e praticadas por países de sistemas políticos-representativos antagônicos, fascistas na Itália e tradição liberal na Grã-Bretanha, fiéis parceiros na empreitada da austeridade; por bancos privados e comerciais e depois por Bancos Centrais e Tesouro dos governos. A Inglaterra concedeu empréstimos financeiros à Itália e monitorava constantemente suas finanças e política monetária.

O livro tipifica três grandes pilares norteadores da austeridade, a “trindade da austeridade”, segundo Mattei, imperativo para reproduzir e revigorar sistematicamente a ordem do capital - desde seu surgimento até os dias atuais - são eles: fiscal, monetária e industrial. São, grosso modo, políticas que promovem recessões, cortes e redução orçamentária, bem como a não depreciação da moeda, beneficiando sobretudo os ricos e, por outro lado, uma depreciação produtiva e industrial, promovendo reduções salariais, menor consumo e repressão à sindicatos e greves. O reembolso da dívida, a taxa de câmbio e o controle da inflação, bem como orçamentos enxutos cumprem com objetivo fundamental: domar o conflito de classes, “essencial para a reprodução contínua do capitalismo” (p. 23).

Visto desta maneira, ao abordar o conceito austeridade e subdividi-lo nas três formas descritas, contribui fundamentalmente à compreensão da função social da austeridade dentro do capitalismo, qual seja, domar o conflito de classes que se dá, para além e aquém, da luta direta entre classes sociais, manifestadas nos conflitos mais visíveis entre capital e trabalho, mas e, principalmente, sobre os mecanismos de controle monetários e fiscais embarcados nas relações de produção capitalista.

A separação entre economia e política, cuja origem remete-se entre os economistas neoclássicos, consiste num instrumento para efetuar, no plano epistêmico, uma ciência econômica pseudocientífica, e supostamente neutra e salvaguardada da dimensão política. Essa ciência econômica, exprimiria, tão somente, leis imutáveis inscritas na realidade social.

As fontes e documentação históricas são resgatadas de correspondências entre Inglaterra e Itália; representantes de bancos ingleses e autoridades políticas, presidentes do Tesouro e Banco centrais e Ministros; além de jornais como Economist e Financial Times, abertamente favoráveis ao regime de político de Benito Mussolini, sobretudo em razão de sua intolerância contra o socialismo e “contra a insubmissão revolucionária” e por garantir investimentos e lucros ingleses naquele país.

A manobra intelectual aqui era explícita: as considerações económicas e políticas eram domínios de julgamento separados e distintos - e desiguais. Por mais desconfortável que fosse um cenário político autoritário, era o necessário para alcançar o sucesso económico (p. 347)

Aí, portanto, reside uma enorme contribuição teórica do livro: baseada na análise da história econômica, a autora demonstra que a austeridade foi implementada na Itália, ao modo inglês, sob o fascismo de Benito Mussolini, e com apoio financeiro e político dos ingleses. Segundo o código penal, reformado no período do fascismo italiano, era

necessário que se observe e se faça cumprir “supressão dos elementos subversivos” (p. 345). Isso permite uma abordagem única cujo enfoque, até então pautado a partir da década de 1970, ponto histórico de potência e aprofundamento da austeridade, principalmente nos países ocidentais e, conseqüentemente, das privatizações de empresas públicas. Isso demonstra a relação, da qual estava consciente a comunidade internacional, entre a ordem do capital e necessidade de um Estado autoritário e violento e, por conseqüência, ataques à opositores, fraudes eleitorais, intimidações e expulsão de socialistas da burocracia estatal, de cargos políticos e até mesmo assassinatos contra aqueles que se opusessem à acumulação do capital, num contexto histórico decisivo no qual a crise econômica do pós-guerra primeira-guerra e o movimento dos trabalhadores ameaçavam as relações sociais capitalistas.

Desse modo, e diferentemente do livro de Mark Blyth, “austeridade: a história de uma ideia perigosa”, cujo enfoque se dá pela abordagem sobre o entendimento da austeridade e suas conseqüências trágicas à sociedade, Mattei, ao explicar suas causas e origens, e ao empregar a perspectiva histórica para mostrar a relação entre austeridade e capital, consegue demonstrar a rendição da política internacional, bem como a seleção de um conjunto de ideais econômicas, para a manutenção da ordem do capital; refutando quaisquer argumentos que vise trata-la como fenômeno apolítico, e que relacione-a à tipos de sistemas políticos específicos.

Em sistemas políticos liberais ou autoritários, tanto no passado quanto atualmente, a austeridade, o que existe em comum nestes dois sistemas, quando o objetivo é a acumulação do capital, buscará assegurar a existência do capitalismo, em tempos de crise e de recessões econômicas, e sólidas bases das relações de produção, isto é, a propriedade privada, a dominação dos conflitos salariais, a criação de um Estado psíquico-ideológico entre trabalhadores sobre o “realismo” capitalista. Por outro lado, o uso do emprego da política monetária e fiscal para a manutenção dos lucros da classe proprietária dos meios de produção, frente às ameaças do sistema. Assim em sistemas totalitários e ou liberais, a teoria econômica da austeridade, fez nada mais do que garantir a dinâmica da acumulação e a continuidade perpétua do capitalismo, onde ele pôde ser ameaçado, por forças políticas, sindicatos, trabalhadores organizados e intelectuais.

A ocultação, de políticos e economistas ingleses, sobre o autoritarismo do fascismo italiano, mostra que, na visão deles, toda violência e ausência de liberdade e direitos políticos foram justificáveis para subjugar a classe trabalhadora e para reestabelecer a ordem. O sucesso do governo italiano em respeitar às regras internacionais, acumulando divisas via exportação, garantindo o pagamento das dívidas externas e estabilizando suas

finanças, foi reconhecido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos a partir da chegada de Mussolini ao poder, em 1922, os quais intensificaram seus investimentos financeiros. Ao fim e a cabo, economistas fascistas e liberais concordavam nesse ponto: a necessidade de um Estado forte e autoritário. A existência necessária de um Estado forte onde quer que exista e existiu o capitalismo, como a independência dos Bancos Centrais, foi crucial para perseguir os objetivos do capital para a remuneração/premiação do capital via títulos da dívida pública.

Assim também foi importante a criação de uma tecnocracia e da “neutralidade” de instituições e de políticas econômicas e de uma Ciência econômica livres e “descontaminadas” de ideologias. Isso é fundamental para entender velhas proposições e ideias rotuladas como “novas”. No Brasil, o objetivo da “autonomia” do Banco Central, que pôde ser concretizado através de lei, sancionada em 2021, que lhe concede maior poder de influência do capital, enfraquecendo o Estado de desenvolver o mecanismo de política monetária, essencial para o desenvolvimento econômico e social. Assim, teoria e prática unem-se para o disciplinamento dos governos e da classe trabalhadora.

Se, a austeridade dobrou a aposta desde a crise financeira de 2008, embora revertida momentaneamente na pandemia, pelo aumento de gasto público na área social e econômica, ela não pode resolver problemas crônicos como crises sistêmicas e recorrentes do capitalismo que desencadeiam desemprego e acentuação das desigualdades sociais. No entanto, enquanto elemento de disciplinamento, ela garante a acumulação à custa de estagnação econômica. Até quando poderão os governos utilizá-la como instrumento de manutenção dos lucros, para restabelecê-los, por meios violentos e impopulares, sem que se instale uma convulsão social?

Na esteira das crises, transformadas em recessões permanentes e, portanto, de queda acentuada na arrecadação do Estado, a disputada pelo excedente social torna-se cada vez mais acirrada. Tomar a austeridade como medida para salvar e/ ou alavancar as engrenagens da produção e do emprego é contraproducente e apenas agrava a situação política, social e econômica. A história demonstra que a saída das crises faz-se combatendo deliberadamente a desigualdade social e protegendo e garantindo os direitos e salários dos trabalhadores, responsáveis pela riqueza produzida.

REFERÊNCIA

MATTEI, Clara. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo.

